



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015 **INCRA – SR 07**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E

REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional do Rio de Janeiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e 147/2015 da Portaria TCU nº321/2015, que orienta a elaboração dos Relatórios de Gestão, bem como a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas – e-contas.

Área de Planejamento e Controle
Responsável pela elaboração do Relatório

RIO DE JANEIRO/RJ
MARÇO/2016



Superintendente Regional
Maria Lucia de Pontes

Superintende Regional Substituto
Maria Mota Pires

Chefe da Procuradoria Regional
Fabiana Martinelli Santana de Barros

Chefe da Divisão de Administração
João Carlos Ferreira Marinho de Carvalho

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Newson Reis Monteiro

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
Anida Cláudia Dominici Soares

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
Paulo Cesar Paz de Mello

Ouvidoria Agrária
Pablo Alves de Souza Pontes

Planejamento e Controle
Cláudia Fajardo da Fonseca Videira

Missão

Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.



Visão de Futuro

Ser referência internacional de soluções de inclusão social.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Pùblico Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degrada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Pùblico da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

Lista de Quadros

Quadro 1 - Identificação da UJ.....	13
Quadro 2 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 1	14
Quadro 3 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 2	16
Quadro 4 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 3	17
Quadro 5 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 4	18
Quadro 6 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 5	18
Quadro 7 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 6	19
Quadro 8 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária.....	22
Quadro 9 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*	23
Quadro 10 - Ações do macroprocesso Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	35
Quadro 11- Ações do macroprocesso Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*	36
Quadro 12 - Vistoria para obtenção de imóveis rurais – trabalho de campo	40
Quadro 13- Elaboração de Cadeias Dominiais.....	40
Quadro 14 - Perícias Judiciais	41
Quadro 15 - Relatório de Análise de Mercado de Terras/ Planilha de Preços Referenciais de Terra.....	42
Quadro 16 - Custos médios aplicados por hectare.....	42
Quadro 17 - Projetos de Assentamento criados em 2015	47
Quadro 18- Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do Macroprocesso.....	51
Quadro 19 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*	52
Quadro 20 - Recomendações da CGU.....	80
Quadro 21 - Acompanhamento do Protocolo e Emissão do Cadastro Rural – CAR do perímetro dos PA'S.....	91

Lista de Tabelas

Tabela 1- Execução descentralizada com transferência de Recursos	20
Tabela 2 - Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	66
Tabela 3 - Distribuição de Servidores	77
Tabela 4 – Informações sobre Contratos de Mão-de-obra Terceirizada.....	78

Sumário	
1- APRESENTAÇÃO.....	11
2- VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	13
2.1- Identificação da unidade.....	13
3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional	14
3.1- Planejamento e resultados alcançados.....	14
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	20
3.3- Desempenho operacional	22
4- Governança	62
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	62
4.2- Gestão de riscos e controles internos	62
5- Relacionamento com a sociedade.....	65
5.1- Canais de acesso do cidadão	65
6- Desempenho financeiro e informações contábeis	67
6.1- Desempenho financeiro do exercício	67
6.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	68
6.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	69
7- Áreas especiais da gestão	76
7.1- Gestão de pessoas.....	76
8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.....	80
8.1- <i>Tratamento de deliberações do TCU</i>	80
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	80
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	83
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	83
9- Anexos e apêndices	84
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ.....	84
9.2- Resultados do atendimento ao público externo	85
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	87
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	91

1- APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão 2015 individual do INCRA no Rio de Janeiro, em conformidade com o disposto na Decisão Normativa TCU Nº 63 de 01/09/2010, Parte C da Decisão Normativa TCU nº 146 de 30/09/2015, da Portaria TCU nº 147/2015 e das demais orientações do Órgão de Controle Interno.

Além disso, devido ao seu caráter público objetiva dar conhecimento aos cidadãos sobre as ações empreendidas pela Superintendência Regional do Incra no estado do Rio de Janeiro durante o exercício de 2015 e as projeções para o exercício subsequente.

Em 2015, o INCRA-RJ estabeleceu muitas parcerias e conquistas importantes no campo da regularização de terras quilombolas e na reforma agrária. Foram firmados acordos estratégicos e assumidos compromissos com instituições de renome, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist/UFRJ), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em Janeiro, a rede de Salas da Cidadania existente foi ampliada pela inauguração em janeiro, da sala no município de **Campos dos Goytacazes**, e através da parceria firmada com a **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural** (Emater/Rio) para implantar salas de atendimento ao público, em seus escritórios. As Salas da Cidadania possibilitam ao cidadão ter acesso aos diversos serviços da Autarquia, sem a necessidade de deslocamento à capital fluminense.

Em maio, o Incra/RJ e o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** firmaram parceria, tendo como base quatro temas específicos: apoio técnico para planejamento territorial, elaboração de um atlas, a integração de bases territoriais e a incorporação de novos temas (troca de informações entre os dois órgãos).

Em junho, o Incra e o **Governo do Estado do Rio de Janeiro** firmaram acordo de cooperação visando ao desenvolvimento de uma agenda conjunta, em benefício dos públicos das políticas do Incra. Entre as ações planejadas está a regularização fundiária e a destinação adequada dos imóveis urbanos e rurais que compõem a Fazenda Nacional de Santa Cruz, nos quais vivem cerca de 1,5 milhão de pessoas. A área de Fazenda é formada por cerca de 80,6 mil hectares, que abrangem os bairros de Santa Cruz e Sepetiba, na cidade do Rio de Janeiro, e os municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Piraí e Rio Claro.

Em julho, se formalizou a parceria entre o Incra e a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, da **Universidade Federal do Rio de Janeiro** (RedeSist/UFRJ). A equipe da RedeSist se comprometeu a propor uma metodologia específica para o desenvolvimento do Incra para os próximos 10 anos. O plano de trabalho da cooperação entre as duas instituições foi coordenado, em 2015, pelas superintendências regionais do Incra no Rio de Janeiro e no Ceará. Em agosto, foi realizado em Fortaleza (CE), um seminário nacional do Incra, onde foram esmiuçadas as estratégias da cooperação, as atividades que serão desenvolvidas e os produtos que serão gerados no decorrer dessa parceria.

Entre as parcerias estabelecidas ao longo de 2015, destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica entre o Incra e a **Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**, firmado em outubro, com o objetivo de incentivar a produção de plantas medicinais e fitoterápicas nos assentamentos e de incentivar o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias voltadas para o uso sustentável da

biodiversidade. Entre as medidas previstas no acordo, estão o aumento da produção de plantas medicinais e fitoterápicas, a estruturação de arranjos produtivos - para aumentar a geração de empregos, e a implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara).

No âmbito da regularização fundiária de territórios quilombolas, a grande conquista da superintendência foi a titulação, em outubro, da **comunidade quilombola da Ilha de Marambaia**, localizada no município de Mangaratiba. As 124 famílias quilombolas receberam o título definitivo de suas terras, assegurando o domínio coletivo de 52,99 hectares.

Em junho, foi publicado o decreto presidencial do território da **comunidade quilombola de Cabral**, localizado no município de Paraty, com 512 hectares que reúne 43 famílias e está situado em uma região que concentra o maior número de remanescentes de Mata Atlântica do estado.

Entre as conquistas realizadas pela divisão de Obtenção de Terras, destaca-se a imissão na posse, em maio, da fazenda Ribanda e Anexo Sítio Rio Bandar, situada no município de Paracambi, região metropolitana do Rio de Janeiro. O imóvel possui 460 hectares e capacidade para 20 famílias de trabalhadores rurais. Este será o primeiro projeto de assentamento na modalidade Casulo implantado no RJ. Desenvolvido em parceria com o poder público municipal, mediante acordo de cooperação técnica, esse tipo de assentamento é indicado para áreas localizadas no entorno de núcleos urbanos. A aplicação de políticas públicas ocorre por meio dessa cooperação entre agentes públicos proporcionando trabalho, renda e segurança alimentar para os assentados.

No campo da educação do público da reforma agrária e do desenvolvimento de assentamentos, o Incra assinou, em maio, um contrato de Cessão de Uso, junto à prefeitura de Rio das Ostras, de uma área 1.570m² no Projeto de Assentamento Cantagalo. O documento autoriza a prefeitura a construir uma creche na localidade, atendendo a cerca de 120 crianças de até 3 anos de idade.

No âmbito da educação do campo, em março, foram iniciadas duas turmas de Residências através do TED nº 19 com o CNPQ: a) Residência Jovem, com a Fiocruz/CNPq com 37 alunos, b) Residência Agrária, com a UFRRJ/CNPq, com 36 alunos. Em julho/15, formaram duas turmas de 50 alunos cada, resultado do TED nº 26/CNPq. E em dezembro, 20 alunos concluíram o curso de Serviço Social oferecido pela UFRJ, iniciado em 24/02/2011, restando 34 alunos para formar em Julho/16.

As principais dificuldades encontradas para execução dos objetivos e metas propostas para o ano de 2015 foram:

- O corpo funcional aquém das reais necessidades da Superintendência Regional;
- As dificuldades junto ao poder judiciário para obter imissão na posse nas ações de desapropriação;
- Redução do quadro da Procuradoria Federal Especializada junto a esta SR;
- E as constantes redefinições de planejamento ocorridas em âmbito nacional.
- Corte orçamentário de acordo com a Portaria 383 de 28/07/2015 e posteriores ajustes decorrentes da Portaria nº651, de 25 de novembro de 2015;

Os itens relativos às Superintendências das regiões Norte e Nordeste, assim como para os itens ligados à Superintendência Regional localizadas em área de fronteira internacional, foram mantidos no texto, contendo apenas a informação “não se aplica”, pois estamos localizados na região Sudeste.

2- VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.1- Identificação da unidade

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação

Poder: Executivo

Órgão de vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Código SIORG: 17125

Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

Natureza jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo

CNPJ: 00375972/0009-18

Principal atividade: Administração Pública em Geral

Código CNAE: 84.11-6-00

Código SIORG: 1799

Código LOA: 49201

Código SIAFI: 373062

Contatos

Telefones/fax: 21 2224-6363 / 21 2224-3647

Endereço postal: Rua da Conceição, 69, CEP: 20051-011, Rio de Janeiro – RJ.

Endereço eletrônico: canalrh.rj@rjo.incra.gov.br, cidadania_rj@rjo.incra.gov.br

Página na internet: <http://www.incra.gov.br>

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código Siafi	Nome
Não se aplica	

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código Siafi	Nome
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
373062	37201

3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Planejamento e resultados alcançados

As metas fixadas para o exercício alinham-se aos objetivos estratégicos pactuados no Caderno de Metas elaborado e aprovado pela Portaria nº383, de julho de 2015, alterado através da Portaria nº651, de 25 de novembro. Foi elaborado um plano de ação por cada Divisão da Superintendência, obedecendo ao orçamento disponibilizado pela Sede.

Todos os Programas e suas correspondentes ações constantes no plano estratégico de atuação da Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro SR(07), têm vinculação direta e estão previstos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, bem como são de estrita competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a sua operacionalização.

De posse do estabelecimento das metas e distribuição dos limites orçamentários, a Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro SR(07)/RJ promoveu reunião inicial com seus dirigentes visando conhecer, estudar, opinar, discutir a demanda dos trabalhos a serem executados, em suas especificidades e detalhes, para superar os desafios no intuito de atender ao Programa de Governo: “Política de desenvolvimento agrário, de combate à pobreza extrema e de aceleração do crescimento”.

Em virtude do atraso na definição do Caderno de Metas, a execução das ações atenderam os critérios de prioridades, tais como, exigências dos Órgãos de Controle – MPF –TCU, etc., bem como, situações emergenciais originadas em campo.

A Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro SR(07)/RJ possui considerável capilaridade de ações, com isso, os fatores que interferiram no alcance das metas, os reflexos e limitações de orçamento e movimentação financeira que ocorreram, em cada uma delas, serão detalhados ao longo do presente relatório.

3.1.1- Nome do objetivo estratégico

i. Descrição

A seguir apresentamos em quadros as informações referentes ao planejamento e resultados alcançados através dos 06 (seis) objetivos estratégicos finalísticos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no âmbito da Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro SR(07)/RJ

Quadro 2 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 1

Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	472	189
Número de famílias atendidas com assistência técnica	0	0
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	180	150
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	0	0
Número de créditos instalação supervisionados	0	2

Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
a) Descrição		
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	1	5
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	0	0
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	0	35
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	54	54
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	173	173
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	0	0
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
O Objetivo 01 engloba atividades de desenvolvimento dos projetos de assentamento e regularidade ambiental. A meta da ação Pronera é dividida em alunos com formação iniciada (73) e formação concluída (100). As duas metas foram alcançadas. No Terra Sol, foram atendidas 150 pessoas na Feira e Exposição de Produtos da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro.		
Em se tratando da regularidade ambiental, a SR cumpriu as metas estabelecidas. As ações ambientais têm sido tratadas também por meio da busca de parcerias com instituições públicas, dentre as quais as universidades, a EMBRAPA-Agrobiologia e o Instituto de Florestas. Assim, estabeleceu-se um calendário de reuniões com essas instituições visando à elaboração e execução de Planos de Desenvolvimento / Planos de Utilização dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável Sebastião Lan II e Osvaldo de Oliveira.		
Por outro lado, segundo informações de algumas associações de assentados, ações de recuperação ambiental vêm sendo implantadas em projetos de assentamentos pelo Programa RIORURAL do Governo do Estado, sem o devido acompanhamento do INCRA. Nesse sentido, traçou-se a estratégia de interagir com a EMATER-RJ na busca de uma parceria institucional no âmbito do Programa RIORURAL, de recuperação de áreas de preservação permanente, com a finalidade de participar no planejamento, execução e monitoramento de tais ações, relacionadas aos assentamentos do INCRA.		
Ainda em relação à questão ambiental, as alterações legais nos procedimentos de licenciamento e regularização ambiental de assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, ainda suscitam dúvidas, que precisam ser dirimidas pelo órgão ambiental estadual – INEA, quer seja de interpretação da Lei 12.651/2012, alterada pela Lei 12.727/2012 (principalmente quanto à questão da Reserva Legal de projetos criados antes de 2008), quer seja quanto ao uso de legislação estadual específica. Adotou-se, pois, como estratégia de trabalho uma maior interação com o órgão ambiental estadual – INEA, para o aprofundando das relações de Cooperação Técnica na execução do CAR e na busca de entendimentos formais quanto à questão do licenciamento ambiental de assentamentos.		
Em prosseguimento aos trabalhos realizados, programou-se para o ano de 2016 a solicitação através de requerimento do CAR de dois Projetos de Assentamento criados em 2015: PA Irmã Dorothy e PCA Terra.		
As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso do Desenvolvimento e seus itens.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Conseguimos alcançar e superar as metas estabelecidas, com exceção da ação de concessão de crédito. Esta sofreu com o contingenciamento de recursos e as consequentes dificuldades operacionais. Após anos seguidos da realização da “Feira e Exposição de Produtos da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro”, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro incluiu a feira no seu calendário oficial, abrindo um espaço permanente para a comercialização dos produtos da Reforma Agrária no Estado.	Formar os alunos que tiveram seus cursos iniciados em 2015. Aumentar a capacidade de concessão de crédito para os assentados. Com relação a ação de ATES e de Infraestrutura, não há previsão de atendimento por força de limitação orçamentária para estas ações. Elaboração e Execução Planos de Desenvolvimento/Planos de Utilização do PDS Sebastião Lan II e do PDS Osvaldo de Oliveira, juntamente com as instituições parceiras; Formatar banco de dados e informações, além de ampliar as ações relativas ao Programa RIORURAL em Projetos de Assentamentos; Requerer CAR de 02 projetos de assentamento criados em 2015: PA Irmã Dorothy e PCA Terra. Requerer CAR de novos Projetos e o Licenciamento Ambiental de atividades e infraestruras, com sujeição.	Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 3 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 2

Objetivo Estratégico 02: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	4.405	6.266
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	0	0
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Meta da Sede	Meta da Sede
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	7	0
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	0	0
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento.	23	38
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Não se aplica	Não se aplica
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 02 representa atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, condições prévias a documentação das parcelas em projetos de assentamentos. Das 09 (nove) atividades que englobam o Objetivo 02 somente 03(três) apresentam metas estabelecidas e destas duas com resultados alcançados. A meta de atualizações cadastrais foi superada assim como a de imóveis rurais com fiscalização cadastral realizadas. Esses objetivos foram alcançados devido a expansão das UMCs nos municípios. As interfaces criadas na página do Incra, permitiram o acesso de qualquer ponto do Brasil, evitando os deslocamentos às sedes das superintendências nos estados, facilitando e aumentando os atendimentos. As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso do Ornamento Fundiário e seus itens.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Com alinhamento do Planejamento Estratégico e a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2015, consideramos que com os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 2 teve avanços quanto a atualização cadastral realizada no SNCR, e na Titulação, Concessão e destinação de imóveis rurais nos PA's. Nas demais atividades, as limitações de orçamento, o contingenciamento, a demora na aprovação de normativas, impactaram negativamente no atendimento pleno do Objetivo. Destaque-se, que a Superintendência Regional não pactuou meta de Georreferenciamento para o exercício, a julgar que a responsabilidade do INCRA, de acordo com a legislação vigente, se dá em imóveis particulares de até 4 (quatro) módulos fiscais e até então esta autarquia não foi procurada por prefeituras com o intuito de promover tal ação.	Continuidade dos trabalhos de expansão e treinamento das UMCs até atingirmos todos os municípios do RJ. Finalização da higienização do acervo da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC), o que permitirá o início das regularizações fundiárias dos municípios englobados pela FNSC.	Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 4 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 3

Objetivo Estratégico 03: Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	4.267,0000	1.174,9500
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	2	2
Número de famílias assentadas	180	129
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionada (laudo entregue)	0	158

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 03 engloba atividades prévias à criação dos projetos de assentamento e supervisão de projetos de assentamento que resultam no acompanhamento efetivo das parcelas, regularidade da família assentada ou a retomada do lote irregularmente ocupado. As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso específico e seus itens.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA) (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Com alinhamento do Planejamento Estratégico na construção dos indicadores do Caderno de Metas 2015, os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 3 não tiveram avanços significativos, apenas na ação de Supervisão Ocupacional teve resultado positivo, o que possibilitou a SR atingir 71,66% da meta de famílias assentadas. Impactaram negativamente no atendimento pleno do objetivo, o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, que impediram o Governo Federal, decretar áreas para criação de novos Projetos de Assentamentos.	<p>Concluir laudos de áreas vistoriadas em 2015, daqueles que forem possíveis.</p> <p>Realizar evento envolvendo os diversos atores para buscar soluções quanto à questão da obtenção de terras para reforma agrária no estado do Rio de Janeiro;</p> <p>Obter terras por meio da adjudicação e outras modalidades;</p> <p>Efetivar a reestruturação de supervisão ocupacional envolvendo as Divisões de Obtenção de Terras e de Desenvolvimento;</p> <p>Finalizar os Relatórios de Análises de Mercado de Terras (RAMTs) e utilizá-los para os fins a que se propõe;</p> <p>Assentar famílias e buscar meios para dotá-las de condições para o seu desenvolvimento.</p>	<p>Os efeitos dos trabalhos desenvolvidos neste objetivo, sempre são de longo prazo. O exemplo, são as várias vistorias já realizadas que terão impactos na desapropriação e consequentemente na criação de novos PA's, possibilitando as famílias acampadas, acessarem a tão esperada terra.</p>

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 5 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 4

Objetivo Estratégico 04: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	0	0
Número de mulheres beneficiárias com ATER	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 04 representa a priorização da mulher em políticas públicas da reforma agrária. A ação de concessão de crédito passa por reformulações e a assistência técnica não foi prestada pela SR em 2015, o que impediu a aplicação do Fomento Mulher, como exige a norma.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Não foi possível aplicar o Crédito Fomento Mulher, uma vez que segundo a norma, é necessário ter ATER para aplicação deste crédito.	Assim, que a SR tiver ATER, será aplicado o Fomento Mulher.	Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 6 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 5

Objetivo Estratégico 05: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu desenvolvimento.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	0	0
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	38,9320	52,9939
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	0	0
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	1	2
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	0	2
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	0	6
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 05 engloba as atividades a serem executadas em áreas de Comunidades remanescentes de quilombolas. A análise destes resultados está disposta neste relatório nos macroprocessos e seus itens

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
A ação Quilombola trabalha seguindo as definições diretas da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária em Brasília. Os trabalhos realizados estão textualizados na análise do item 3.3.1 – subitem iii. Este objetivo apresenta avanços porque após muitos anos de trabalho a Superintendência teve 01 decreto publicado e 01 área com Portaria de reconhecimento publicada a área de 52,9939 ha de terras remanescentes de Quilombo Marambaia, no Estado do Rio de Janeiro. Bem como 06 títulos definitivos também em Marambaia.	Poderemos avançar para outras áreas reconhecidas que estão sendo preparadas em médio prazo, porém esta é uma ação que sofre interferência de muitos fatores – financeiros – jurídicos e políticos.	Esta ação é especificamente de longo prazo. Ainda que tracemos metas, estas não são executadas no prazo previsto, pois esta ação sofre influencia de fatores diversos. Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.

¹ Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 7 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 6

Objetivo Estratégico 06: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	0	26

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Foram realizados cadastros, indistintamente, de todas as pessoas que procuram a superintendência, além dos cadastramentos realizados nos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra e dos candidatos encontrados nos lotes, mas não há um trabalho específico para cadastrar menores de 30 anos. Mesmo assim, obedecendo a Portaria MDA nº06/2013 foram assentados 26 jovens menores de 29 anos.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Leva-se em consideração o previsto na Portaria MDA nº 06/2013 que determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos. Não há lançamento de meta, pois, não é possível prever, antecipadamente o número de jovens que desejam ser assentados.	Dependente da demanda dos movimentos sociais e não há como prever, antecipadamente, o número de jovens que desejam ser assentados.	Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Tabela 1- Execução descentralizada com transferência de Recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes		Prestadas	Dentro do prazo	-
			Fora do prazo	-
Total de valores repassados		Não prestadas	Dentro do prazo	-
			Fora do prazo	-

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Conforme demonstrado nas tabelas abaixo, existem no âmbito desta superintendência, 07 convênios com inadimplência suspensa, 01 convênio que não teve prosseguimento e está sendo providenciado o ajuste no SICONV, e 05 convênios com inadimplência. Os convênios inadimplentes tiveram seus processos autuados. Diante disto, foi elaborada a Portaria 11/2015, de 09/06/2015, criando a Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especial – CPTCE, para dar prosseguimento às análises das prestações dos convênios abaixo relacionados. Desde 2009, esta Superintendência não firma convênios.

1. Convênios com Inadimplência Suspensa

Nº Convênio SIAFI	CNPJ Convenente	Convenente	Valor Convênio	Data Início	Data Final	Situação
702209	68342435/0001-58	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.	1.235.646,24	29/12/08	29/12/11	O convênio não teve prosseguimento. Está sendo ajustado no SICONV.
599590	28741098/0001-57	Município de Silva Jardim	365.548,54	13/11/07	08/12/08	Inadimplência Suspensa
467519	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	144.000,00	14/11/02	07/11/04	Inadimplência Suspensa
487059	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	151.801,00	11/12/03	27/07/04	Inadimplência Suspensa
487063	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	20.878,00	19/12/03	16/06/04	Inadimplência Suspensa
487056	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	91.000,00	11/12/03	07/06/04	Inadimplência Suspensa
401033	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	124.500,00	31/10/00	26/07/01	Inadimplência Suspensa
328928	40173726/0001-40	Inst. de Terras e Cartografia do Est. do RJ	127.025,00	20/11/97	01/09/98	Inadimplência Suspensa
		Total	R\$ 2.260.398,78			

2. Convênios na Inadimplência

Nº Convênio SIAFI	CNPJ Convenente	Convenente	Valor Convênio	Data Início	Data Final	Situação
487065	30144125/0001-56	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Est RJ	61.675,00	19/12/03	20/12/14	Inadimplente
487067	72223829/0001-64	União das Assoc. e Cooperat. Usuários do Pavilhão 30	10.237,00	16/12/03	16/07/04	Inadimplente
483374	30144125/0001-56	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Est RJ	150.145,00	07/10/03	08/04/04	Inadimplente
483373	01440209/0001-39	Cooperativa de trabalho em Serviços Técnicos Ltda - COP	128.945,00	07/10/03	08/04/04	Inadimplente
540817	3730622005020-00	Prefeitura de Conceição de Macabu	35.980,00	21/12/05	21/04/06	Inadimplente
		Total	R\$ 386.982,00			

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

A seguir, apresenta-se a Demonstração dos Resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da Superintendência Regional No Rio de Janeiro SR(07)/RJ

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	4.405	6.266	13.320,13	15.723,20	13.320,13	13.320,13	12.920,13	0
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	60.593,60	114.649,50	92.967,28	60.593,60	59.223,60	32.373,68
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	7	0	4.698,06	5.607,80	4.698,06	4.698,0	4.698,0	0
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0	0	0	0	0	0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	38,9320	52,9939	59.673,00	76.061,00	46.259,80	46.259,80	46.259,80	0
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI – Monitoramento

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar***Execução de restos a pagar**

Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	0	3.837,27	0	1.700,00	2.137,27
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	903.650,00	0	0	903.650,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	0	401,58	0	316,28	85,30
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	2.309,99	0	0	2.309,99
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	0	44.131,51	7.270,00	1.975,00	34.886,51
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0	0	0	0	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Análise

Com base no Regimento Interno, PPA-2012/15 e LOA/2015, cabem a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, coordenar e supervisionar a execução das atividades da Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural e da Ação 210U - Organização da Estrutura Fundiária, com seus planos orçamentários voltados a, Regularização Fundiária, Georreferenciamento da malha Fundiária Nacional – Cartografia, a Gestão de Terras Públicas e a Ação 210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas com seus planos orçamentários de Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas e Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

1. Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

O gerenciamento do cadastro rural, tem como finalidade auferir a qualidade e funcionalidade à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiros; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de Reforma Agrária. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos.

Para que se atinja a finalidade da Ação, ela tem de proporcionar os seguintes resultados concretos:

- a- Captação, análise e crítica dos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento *in loco* (vistoria de fiscalização);
- b- Inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da taxa de serviço cadastral e intercâmbio de informações entre INCRA e os Serviços Registras;
- c- Qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
- d- Fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
- e- Produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
- f- Geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
- g- Base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

As metas para 2015 foram estabelecidas com base na infra-estrutura e capacidade operacional da SR-07/RJ.

Descrição	Programado	Realizado
Expansão da Rede Nacional de Cadastro Rural – UMC	2	2
Renovação De Termo de Cooperação Técnica	7	17
Capacitação de Representantes Municipais – UMC's	55	54
Atualização Cadastral	4405	4736
Emissão de CCIR – SNCR/Web	-	13.041
Emissão de CCIR – Internet	-	28.425

Fonte: Leitura de Execução / Caderno de Metas 2015 – 1^a Revisão Nov/15

O resultado superou as expectativas, considerando a meta prevista, a contenção de gastos e as dificuldades com a liberação dos recursos financeiros quando solicitados pela SR. Não só cumprimos como superamos as metas. Conseguimos a expansão da rede (de UMC's) programada, renovamos um maior número de Termos de Cooperação Técnica com as Prefeituras Municipais e capacitamos representantes Municipais conforme previsto.

Uma análise crítica sobre o desenvolvimento das atividades inerentes ao Gerenciamento do Cadastro Rural expõe a fragilidade da infra-estrutura da Superintendência, quer seja pela quantidade, e pela precariedade de sua frota de veículos. Mas o grande vilão é sem dúvidas a liberação dos recursos financeiros pela Sede/BSB, que além de reduzir os valores programados, não liberou no tempo solicitado. Isto acarretou uma série de problemas, uma vez que os contatos e ações eram com outros Órgãos, cujos Prefeitos e Secretários Municipais não dispunham de datas para re-agendar novas reuniões com os técnicos do INCRA.

A estratégia para o próximo exercício será fortalecer a comunicação com as Prefeituras no segundo trimestre a fim de formatar um quadro da situação das diversas UMC's, bem como o interesse das Prefeituras na implantação de novas unidades. Esta fase não necessitará de recursos financeiros. Em seguida, de posse das informações colhidas junto as Prefeituras, estabeleceremos um cronograma físico financeiro com duas vertentes. Uma focará na expansão da rede de UMC's, com visita de técnicos àquelas Prefeituras que responderam positivamente ao contato inicial, a fim de buscar o engajamento dessas ao processo de ampliação das UMC's no estado. Na outra ponta a formatação de 3 Pólos de Treinamento e Supervisão no Estado. Esta seria uma forma de otimizar os recursos e tempos dos técnicos, promovendo ações junto aos representantes Municipais. Os Pólos seriam definidos estrategicamente no estado de modo a permitir a presença massiva dos UMC's daquelas regiões.

1.1 - Treinamento e Capacitação de UMC's

Em 2015, foi priorizada o treinamento do novo SNCR *on line* aos analistas de cadastro na Superintendência, também aos UMC's no estado. O primeiro passo foi à formalização de convites as Prefeituras Municipais através de ofício, onde foram prestados todos os esclarecimentos necessários, bem como enfatizada a importância desta ação para os detentores de imóveis rurais locais.

A segunda etapa somente foi possível ser efetivada de forma precária no primeiro trimestre, apesar do atraso na liberação dos recursos destinados a esta ação. Com todos os problemas de recursos e infra-estrutura da SR, conseguimos atingir e suplantar a meta, graças a dedicação e experiência dos técnicos da Divisão Fundiária.

Expandimos a rede de UMC's no Estado com a implantação de duas unidades, nos Municípios de Itaguaí e Japeri.

Através de contatos através da *Web* e visitas aos Municípios foi possível renovar 17 Termos de Cooperação Técnica habilitando o funcionamento de 17 unidades UMC's : Bom Jesus de Itabapoana, Cardoso Moreira, Carmo, Cordeiro, Italva, Macaé, Natividade, Magé, Nova Friburgo, Paraty, Paulo de Frontin, Quatis, Rio Claro, Santa Maria Madalena, Seropédica, Sumidouro e Varre-Sai.

Como parte da estratégia utilizada em 2014, avaliamos o desempenho das UMC's ao longo do exercício 2015 para definir o local onde seriam instalados os dois Pólos de Treinamento e Capacitação, um em Nova Friburgo, que foram treinados 23 UMC's outro em Barra do Piraí, forma treinados 7 UMC's. Na sede da Superintendência, foram treinados mais 17 UMC's.

1.2 – Aquisições de Terras por Estrangeiros

Em 2015, continuamos com a atualização e depuração do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, com foco na Aquisição de Imóvel rural por Estrangeiro. A nossa ênfase atual é sobre o grande número de imóveis registrados sem o devido respeito às regras fixadas pela Lei 5.709/71. Esta situação gera uma verdadeira indústria de vendas ilegais, com cumplicidade de corretores de imóveis e Cartórios, incrementada pela falta de providências da Corregedoria Geral, nestes casos.

Iniciamos os procedimentos nestes processos com apenas um servidor, que após análise e os devidos enquadramentos na legislação resultaram em comunicações aos adquirentes, a fim de que prestassem informações que comprovassem e atestassem a legalidade da compra. O resultado não foi muito promissor face da falta de atualização de endereços no SNCR, que ocasionou o retorno da grande maioria dos ofícios sem que o interessado houvesse tomado ciência de seu conteúdo. Sem alternativa para prosseguir, os processos foram arquivados e os códigos dos imóveis inibidos, seguindo orientação da Diretoria Fundiária/BSB.

Neste ano ocorreram apenas dois casos em que os Cartórios foram investigados por Núcleos da Procuradoria Geral da República e pela Corregedoria de Justiça do Rio de Janeiro. Por isso é importante insistir na visitação aos Cartórios e aos Núcleos das Corregedorias a fim de prestar esclarecimentos, orientações e responder a questionamentos.

Aproveitou-se o deslocamento de técnicos para o treinamento dos UMC's e inserimos mais um técnico na equipe para que este ficasse responsável pelo contato direto com os serviços Registrais para esclarecimento e orientações sobre os procedimentos legais para registro de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

1.3 – Fiscalização Cadastral

A Diretoria Fundiária no início de 2013 deflagrou o Plano de Ação 2013/2104, com objetivo de finalizar os processos de Fiscalização Cadastral referentes à Portaria 12/2006. Na Superintendência foram formalizados 32 processos, todos tendo como alvo as Usinas Cupim e Barcelos.

As formalidades legais foram adotadas e conduzimos os trabalhos conforme determina o Manual de Fiscalização. Todos os processos foram arquivados e reabertos, foram feitas várias notificações, por motivos diversos e nenhuma delas respondidas adequadamente.

Os problemas mais comuns nesta atividade estão relacionados à falta de interesse do proprietário em atender as notificações da Autarquia para que apresentem documentação de dominialidade e dados de produção e a impossibilidade de se identificar o destaque dos registros do patrimônio público.

A única estratégia utilizada é a inibição do código de imóvel, que não surte o efeito desejado. Os Serviços Registrais foram notificados para que nos enviem certidões referentes aos imóveis sob fiscalização.

1.4 – Fiscalização dos Cartórios

A Lei 10.267/2001 estabeleceu a comunicação efetiva do INCRA com os Serviços Registrais na troca de informações, uma vez que estes foram obrigados a informar mensalmente todas as alterações nos registros de transmissões de imóveis rurais. A informação obtida é processada e analisada por técnicos da Divisão Fundiária. Nos casos em que se detecta uma possível irregularidade, é feita imediata comunicação a Corregedoria Geral para que se proceda à investigação daquele Serviço Registral.

As irregularidades mais frequentes são as de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros, abaixo da fração mínima de parcelamento – FMP e parcelamento de imóveis com fins de formar condomínios.

Enfrentamos um grave problema que torna inócuas a atuação do INCRA nesta atividade. Quando detectado a irregularidade, formalizamos processo onde todos os procedimentos são seguidos, culminando com a comunicação a Corregedoria Geral. Esta, em vez de se posicionar com base na documentação apresentada pelo INCRA e na justificativa dos Serviços Registrais, encaminha a documentação ao INCRA novamente para ciência e manifestação sobre a resposta dos Serviços Registrais, estabelecendo um contraditório que não está prescrito nas normas. Também existe a posição da PFE que não atende ao pedido do INCRA para mover uma ação de anulação do Registro irregular, conforme preceitua as normativas.

A estratégia de ação resume-se em estreitar os contatos entre a PFE e a Corregedoria Geral, a fim de estabelecer um procedimento menos burocrático e mais eficaz para sanar os impasses narrados.

DESCRÍÇÃO DA ATIVIDADE	Nº PROCESSOS / OFÍCIOS
PROCESSOS FORMALIZADOS (Irregularidades)	11
OFÍCIOS EXPEDIDOS (Corregedoria Geral / MPF)	2
OFÍCIOS EXPEDIDOS P/ ATUALIZAÇÃO (Contribuinte)	405
OFÍCIOS EXPEDIDOS P/ ESTRANGEIRO (Contribuinte)	32
RECURSOS FINANCEIROS	0

1.5 – Resumo Geral da Movimentação de Processos

Abaixo transcrevemos o resumo dos processos que foram formalizados, analisados e concluídos pelos servidores da Divisão Fundiária no exercício 2014. Neste resumo estão todas as atividades desenvolvidas na Divisão: Informações oriundas do SNCR (solicitadas pelo MPF, Justiça do Trabalho, Órgãos Públicos e Entidades Privadas, Bancos, proprietários...), Cancelamentos de Cadastro no SNCR de imóveis rurais localizados em zona urbana por descaracterização e Imóvel Rural, Certificação, Aquisição por estrangeiro, Fiscalização Cadastral, regularização Fundiária, Dados Cartográficos e outros...

DESCRÍÇÃO	Nº PROCESSOS	MÉDIA ANALISE	PROC. ANALISADOS
CADASTRO / INFORMAÇÕES	115	4	460
CANCELAMENTOS SNCR	75	4	300
CARTOGRAFIA / PLANTAS E MEMORIAL	55	1	55
CERTIFICAÇÃO	157	2	314
AQUISIÇÃO DE IR POR ESTRANGEIRO	48	3	144
FISCALIZAÇÃO CADASTRAL	19	8	152
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	35	1	35
PARCELAMENTO DE SOLO	3	5	15
OUROS	5	1	5
TOTAL DE PROCESSOS FORMALIZADOS	512		
		TOTAL DE ANÁLISES	1480

Média Análise é quantas vezes o técnico se manifesta nos processos antes de seu arquivamento. Não está computado no quadro acima: os atendimentos dos encaminhamentos da Sala da Cidadania (478) e os documentos que foram respondidos sem a necessidade de formalização de processos (312).

O Serviço de Cartografia é responsável também, pela base de dados da superintendência, que contempla os projetos de assentamento e os imóveis rurais certificados no estado e pelo georreferenciamento de imóveis rurais abaixo de 4 (quatro) módulos fiscais, obrigação do INCRA de acordo com a lei 6015/73, que ainda não foi iniciada por ausência de normativo (previsto no decreto nº 4449/02) e também pela ausência de demanda. A obrigatoriedade deste trabalho para imóveis deste tamanho se iniciará somente em 2023 (para áreas que não são objeto de ações judiciais).

No estado do Rio de Janeiro o Serviço de Cartografia da superintendência do INCRA atua na análise de requerimentos de certificação de imóveis rurais de particulares, na demarcação topográfica dos PA's, no levantamento e/ou aprovação de medições de áreas objeto de cessão de uso em projetos de assentamento, no atendimento a demandas externas como solicitações de reconhecimento de limites e demandas judiciais ou ainda de outros órgãos das esferas federal, estadual ou municipal.

2. Ação 210U - Organização da Estrutura Fundiária, com seus planos orçamentários voltados a, Regularização Fundiária, Georreferenciamento da malha Fundiária Nacional – Cartografia e Gestão de Terras Públicas

Descrita no item *ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica*

3. Ação 210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas com seus planos orçamentários de Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas e Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Descrita no item *iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.*

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2015	
Processos protocolados	
Estoque inicial de processos protocolados até 2015	169
Processos protocolados em 2015	+0
Processos analisados em 2015	-0
Estoque final de processos protocolados em 2015	=0
Processos analisados	
Estoque inicial de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	0
Processos analisados em 2015	+ 0
Processos arquivados em 2015 (a)	- 0
Processos certificados em 2015 (b)	- 0
Estoque final de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	= 0
Processos concluídos	
Processos arquivados em 2015 (a)	+ 0
Processos certificados em 2015 (b)	+ 0
Total de processos concluídos (a + b)	0

Fonte: Serviço de Cartografia – SR(07)/RJ

Obs: Não há mais abertura de processos de certificação, tudo é executado via SIGEF.

Análise

A Ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, vinculada ao Programa 2066, tem por finalidade estruturar os perímetros de imóveis rurais, públicos e privados, através de coordenadas geográficas referenciadas ao Sistema Geodésico Nacional – SGB, dos vértices definidores dos limites de cada imóvel rural numa base de dados. Desta forma as informações geradas pela ação, preveem que sejam realizadas pelos proprietários atualizações cadastrais no SNCR, com a área do imóvel rural precisa, bem como uma nova matrícula com descrição do perímetro certificado.

As certificações rurais são realizadas através do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, regulamentada pela IN/INCRA Nº 77/2013. Cabe aos técnicos da Superintendência Regional proceder à análise quando solicitada referentes às questões de registro, desmembramentos, remembramentos, retificações, cancelamentos e sobreposições. Foram analisados no SIGEF 180 processos com área de 30.553,83ha (dados do SIGEF).

Os recursos financeiros liberados foram utilizados na verificação de sobreposição de áreas particulares com Projetos de Assentamentos.

Um problema que ainda não foi resolvido é a disponibilização de todas as ferramentas do SIGEF, pois até o momento ainda não se podem abrir requerimentos de desmembramentos e remembramentos, que impedem os credenciados de utilizarem as ferramentas corretas, gerando algumas dúvidas para estes usuários.

O desafio para 2016 continua sendo a certificação dos perímetros dos Projetos de Assentamentos, preferencialmente por execução direta, que se mostrou mais econômica. No exercício de 2015, isto não foi possível devido ao não recebimento de recursos para a certificação de imóveis rurais. Mesmo com as dificuldades financeiras ainda temos esperanças de realizarmos por via direta pelo menos 4(quatro) perímetros referentes aos projetos de assentamento.

A Divisão Fundiária através da Cartografia em 2015 se restringiu no reconhecimento dos limites da Fazenda Nacional de Santa Cruz entre outros.

Regularização Fundiária - Fazenda Nacional de Santa Cruz

A Regularização Fundiária no Estado é bastante peculiar e difere de outras executadas pela Autarquia nos Estados da Federação. No Rio de Janeiro existe uma área de aproximadamente 70 mil hectares, envolvendo atualmente cinco municípios, sob responsabilidade da SR-07/RJ, que remonta ao Império e cuja legislação é única. No passado a regularização de terras nessa área ficava a cargo do Projeto Fundiário de Santa Cruz, com estrutura de Superintendência e cerca de 80 servidores. Hoje está restrita a um setor da Divisão Fundiária com dois servidores.

O acervo foi deslocado do antigo Projeto Fundiário para a Superintendência sem que houvesse um cuidado específico nas diversas mudanças. Hoje, esse arquivo, com livros fundiários centenários, plantas e processos encontra-se em precárias condições físicas e sanitárias, o que impossibilita o seu manuseio na solução de pedidos de regularização de imóveis rurais.

Em 2015 a principal atividade desenvolvida pelo setor de Regularização Fundiária foi o acompanhamento da higienização, recuperação, digitalização, vetorização e sistematização do acervo efetivada pela empresa vencedora de licitação (processo nº 54180.000254/20014-90) e o reconhecimento dos limites da FNSC. A demarcação do perímetro é indispensável para determinar se um imóvel está de fato dentro da área da Fazenda Nacional de Santa Cruz e a partir daí ter sua ocupação regularizada. As demais atividades finalísticas referentes à Fazenda Nacional de Santa Cruz se encontram em maior ou menor grau dependentes da conclusão dessas duas atividades iniciais.

A titulação, dependente de vistorias não foi efetivada pelos motivos já apontados: falta de condições de consultar o acervo, inexistência de um perímetro externo demarcado e claro, e a orientação do INCRA sede no sentido de não se proceder a regularização de áreas urbanas no momento, motivo pelo qual não foram feitas vistorias nesse tipo de imóvel. No entanto, é preciso informar que 122 processos solicitando regularização de áreas no âmbito da Fazenda Nacional de Santa Cruz aguardam o desfecho das atividades anteriores para terem seu prosseguimento normal. Esse é o passivo imediato identificado junto ao setor de regularização da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

Da área total de 78.884 hectares, cerca de 14.950 hectares são ocupados hoje de forma urbana, com destaque para os municípios do Rio de Janeiro e de Seropédica. O Gabinete desta Superintendência se reuniu com representantes dos municípios e tem conduzido negociações e estudos visando destinar as áreas urbanas em bloco, o que eventualmente poderá ser feito em favor de outro ente público desde que se encontre a correta adequação jurídica.

Apesar de importante passo ter sido dado, com a higienização do acervo da FNSC, necessitamos de outras medidas para efetivamente promovermos a regularização dos ocupantes, tais como a reestruturação do setor de Regularização Fundiária quer seja na incorporação de pelo menos mais 05 servidores e pela montagem de uma infraestrutura com acomodações adequadas e equipamentos, que de suporte a importância e volume de trabalho que será demandado.

É imprescindível recolhermos informações existentes nos Serviços Registrais dos Municípios que compõe a FNSC, bem como na Biblioteca Nacional, SPU... a fim de compor um mosaico junto a documentação de posse da Autarquia, para então iniciar todo um planejamento de ações de campo para efetivarmos a regularização dos ocupantes interessados.

E por último, o mais polêmico e difícil passo, uma alteração da legislação que regulamenta a regularização na FNSC, tornando uma ferramenta mais ágil, equilibrada e atualizada ao mundo atual.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Esta é com certeza a ação mais complexa do INCRA, por envolver situações peculiares e várias atividades multidisciplinares. A equipe é formada por Antropólogos, Agrônomos e Cartógrafos para a elaboração do RTID, peça fundamental para Titulação do Território Quilombola.

Em 2015 os cortes orçamentários foram maiores, de forma que foi preciso concentrar as ações nas frentes de trabalho já iniciadas e estabelecidas como prioritárias, como Marambaia, Bracuí, Prodígio e Boa Esperança, evitando-se assim abrir novas frentes de trabalho em novas comunidades, para não gerar expectativas que provavelmente seriam frustradas. A meta prevista para 2015 contemplou quatro variáveis, estabelecidas pela Diretoria Fundiária / BSB, abaixo detalhadas:

Foi realizada a qualificação de novas comunidades a terem relatórios iniciados (ou continuados) na Região dos Lagos incluindo Rasa, Baía Formosa e Maria Joaquina, que poderão ser trabalhadas em 2016 havendo recursos.

Resultado e analise das metas de 2015:

- a) RELATÓRIO ANTROPOLOGICO e RELATÓRIO AGRO-AMBIENTAL – Ficou definido para a Superintendência a elaboração de dois relatórios Agroambientais. Foi destacado um agrônomo sob a coordenação do Gestor da atividade para o trabalho. As comunidades escolhidas foram Marambaia, com 122 famílias, localizada em Mangaratiba/RJ e Bracuí, com 129 famílias, no município de Angra dos Reis/RJ. Os relatórios foram concluídos no ano, não obstante os problemas relacionados a contenção e retardamento na liberação dos recursos orçamentários e financeiros.
- b) RTID – Foi elaborado e encaminhado para publicação do RTID das Comunidades de Marambaia e Bracuí (que apresentava alto grau de complexidade e exigiu esforço de vários profissionais principalmente da cartografia) As fichas dos respectivos RTIDs foram encaminhadas à Sede para autorização da publicação, e os editais foram, de fato, publicados no ano.
- c) Conjunto Portaria/Decreto – Os territórios de Marambaia, localizado em Mangaratiba/RJ, foram encaminhados para Portaria com área de 52,9939 ha e 122 famílias. Não se aplica a exigência de Decreto pois trata-se de terras da União.
- d) Foi decretada a área de 512,8478, que atenderá 50 famílias da Comunidade Cabral, publicado no DOU em 23/06/2015 – Nº S/NA.
- e) Reconhecimento de território além das metas – Além das atividades inseridas nas metas 2015, avançamos para finalizar os trabalhos nos Territórios de: Prodígio e Boa Esperança.
 - a. RTID Quilombo Prodígio, com previsão de término para 2016, com 37 famílias e 120ha.
 - b. RTID Quilombo Boa Esperança com previsão de término para 2º semestre de 2016, com 82 famílias e 420 ha.
- f) Problemas, críticas e estratégias - Esta ação por ser complexa e demorada apresenta vários pontos de estrangulamentos, a começar pela delimitação do Território, que na maioria dos casos requer frequentes reuniões com a comunidade e MPF antes de se estabelecer um perímetro que represente os anseios das famílias dos remanescentes de Quilombolas e viabilize o custo imposto pelas desapropriações.

No caso de MARAMBAIA (Mangaratiba – 122 famílias), após exaustivas tratativas foi alcançado um acordo entre o INCRA, a Marinha do Brasil, o MPF e a Comunidade para a titulação do quilombo, e foi assinado pelas partes um Termo de Ajustamento de Conduta. O TAC possibilitou a conclusão do RTID em 2015.

No caso de BRACUÍ (Angra dos Reis – 129 famílias) - foi alcançado um acordo entre o INCRA e a Comunidade quanto ao território a ser pleiteado, o que exigiu muito do serviço de cartografia, devido às muitas ocupações não-quilombolas excluídas. O acordo possibilitou a conclusão do RTID.

O elevado preço das indenizações, em alguns casos se apresenta como limitante para a desapropriação de áreas que compõem o Território Quilombola, devido à quantidade e valor das benfeitorias, além do valor da terra nua.

As contestações judiciais apresentadas para evitar as desapropriações, e que constam dos processos, colocam em dúvida a constitucionalidade do Decreto nº 4887, paralisando, postergando e tornando indefinida a situação de titulação daquela comunidade.

Se não bastasse toda a complexidade da Ação, ainda há o contingenciamento e cortes de recursos que a Autarquia tem sofrido nos últimos anos. A liberação destes recursos pela Diretoria Fundiária não atende a programação da Superintendência, quer seja com relação aos valores descentralizados, ou pelo prazo que o financeiro chega a Superintendência Regional.

Não há planejamento que resista aos problemas colocados, mesmo com uma equipe preparada e engajada, como acontece na Superintendência. Diante de todos os problemas apresentados, a Superintendência conseguiu cumprir com sobra os compromissos assumidos e avançou em situações emblemáticas, como os casos das Comunidades de Marambaia e Bracuí.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

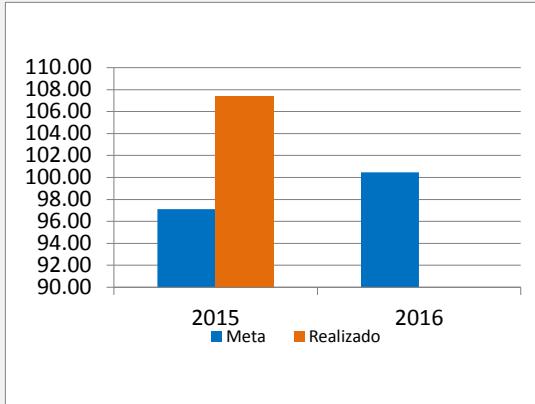
O modelo adotado para assegurar o controle e a fidedignidade das informações, bem como o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício se deu através de reuniões mensais previamente agendadas com os gestores de cada uma das ações. Nestas reuniões são discutidos o desenvolvimento das atividades, visando adequar a relação meta x gastos, a fim de otimizar recursos e a capacidade operacional da Divisão.

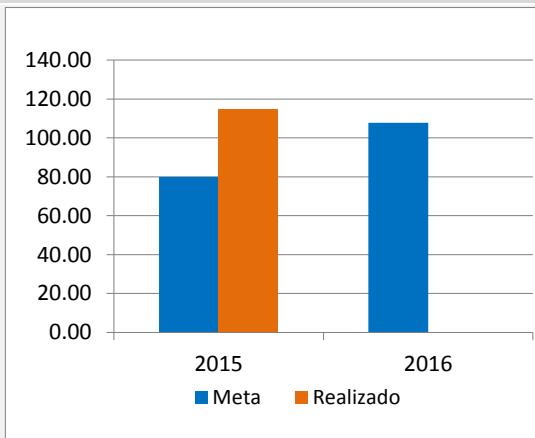
Além das reuniões mensais com os gestores das ações e a chefia da Divisão Fundiária, foram efetivadas reuniões trimestrais com os servidores da Divisão para repasse de informações e discussões sobre a metodologia de trabalhos para cada uma das ações, a fim de tornar do conhecimento de todos, o andamento dos trabalhos com foco na meta estabelecida e para colher opiniões sobre a condução das atividades da Divisão. Além destas reuniões internas, todas as atividades são discutidas semanalmente na reunião do CDR com as demais chefias, onde são repassadas as informações sobre cada uma das ações executadas para ser avaliada pelas demais chefias e pelo Superintendente Regional. Sendo a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária uma prestadora de serviços na área da cartografia para as demais Divisões. Nesta reunião são alinhavadas novas missões, sem prejuízo das metas já predefinidas pela própria Divisão.

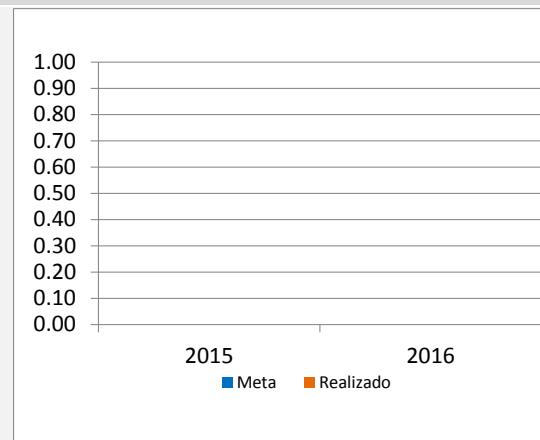
Ainda mantém-se permanente contato com a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, mais especificamente com os gestores das respectivas ações, repassando informações sobre o andamento dos trabalhos, bem como solicitando liberação e descentralização de recursos, mediante apresentação de

metas e plano de trabalho. Também há contatos constantes na busca de soluções para alguns empecilhos que fogem a governabilidade da Divisão e do Gabinete da Superintendência.

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de cadastramento de imóveis rurais										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>97,00</td> <td>107,00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2015	97,00	107,00	2016	100,00	100,00	<p>A meta prevista para 2015 era de 4.405 imóveis cadastrados e batemos a meta, pois foram cadastrados 6.266 imóveis. O índice é muito bom, e resulta de todo o trabalho da superintendência no aumento da rede e treinamento das UMCs, assim como da implantação do SIGEF.</p> <p>Não há meta definida para 2016, o gráfico disponibiliza uma meta através da média de execução dos últimos 04 anos. Porém a estratégia é manter as tarefas como, UMC capacitados, para que o cadastro fique sempre atualizado.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2015	97,00	107,00								
2016	100,00	100,00								

Índice de análise de processos de certificação de imóveis										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>80,00</td> <td>115,00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>105,00</td> <td>108,00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2015	80,00	115,00	2016	105,00	108,00	<p>A meta de 2015 foi estabelecida com base na média dos anos anteriores. Superamos a meta, totalizando 180 processos analisados do SIGEF e 12 do SNCR. A meta definida para 2016 foi gerada automaticamente com base na execução dos últimos 04 anos. A disponibilização de todas as ferramentas no SIGEF auxiliará na execução da meta.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2015	80,00	115,00								
2016	105,00	108,00								

Índice de regularização fundiária										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Índice de regularização fundiária</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>1.00</td> <td>0.00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>1.00</td> <td>0.00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2015	1.00	0.00	2016	1.00	0.00	<p>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</p> <p>Em 2015, não houve regularização fundiária. Os esforços concentraram-se no acompanhamento da higienização do acervo da FNSC e na elaboração de estratégias para a definição do perímetro da mesma. Em 2016, esperamos finalizar a higienização e a definição do perímetro da FNSC, e de posse desses dados iniciar a regularização fundiária da FNSC.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2015	1.00	0.00								
2016	1.00	0.00								

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais, não incluído no Programa Terra Legal.

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Não se aplica.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 10 - Ações do macroprocesso Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	4.267,00	1.174,950 0	106.422,00	136.074,00	121.753,49	96.174,17	55.096,42	25.579,32
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	180	129	11.223,30	10.203,00	6.338,40	6.338,40	6.338,40	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento atendido/monitorado / unidade	1	5	1.400,00	1.400,00	1.135,45	1.135,45	1.135,45	0,00
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	0	35	13.000,00	9.072,00	6.822,41	6.822,41	6.822,41	0,00

Fonte: SIAFI – Monitoramento

Quadro 11- Ações do macroprocesso Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	2.132,5822	75.922,96	18.260,30	34.843,92	22.823,74
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	0	5.916,00	0	5.916,00	0
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0	0	0
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0	0	0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	29.819,70	0	13.613,44	16.206,26
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Licença protocolada	0	1.736,57	0	1.731,50	5,07

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Análise

No Serviço de Obtenção foram realizadas vistorias de avaliação de imóveis que já tinham tido vistoria preliminar e também realizou-se vistoria de avaliação em conjunto, para fins de desapropriação; discussões da Câmara Técnica e de Grupo Técnico de vistoria e avaliação; elaboração de Relatórios de Análise de Mercado de Terras (RAMT) de Zonas Homogêneas do estado do Rio de Janeiro e respectivas Planilhas de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais (PPR); acompanhamento de perícias judiciais; comunicações prévias aos proprietários para a realização de vistorias; e estudos de cadeia dominial para imóveis rurais em processo de obtenção. No Serviço de Implantação de Assentamentos, a ação principal foi o procedimento de cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados, lotes retomados ou vacância em projetos de assentamento de reforma agrária e o gerenciamento do Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

Por fim, o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais teve como prioridades a adoção de providências necessárias à regularização ambiental dos assentamentos pelo Cadastro Ambiental Rural, recuperação de áreas degradadas e monitoramento dos assentamentos com ações de gestão ambiental.

Abaixo é apresentada a execução física e financeira das Ações da LOA ligadas à Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento:

a) Ação 211A PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

O Plano de Ação 2015, previu 4.267,0000ha para serem vistoriados e avaliados, com laudos entregues, a fim de obter imóveis rurais para a implantação de assentamentos de reforma agrária. Vistoriou-se, no exercício, um total de 3.921,7100ha, o que daria um percentual de 91,91%. Entretanto, como a meta para o exercício refere-se a hectare vistoriado com laudo entregue, por razões a serem justificadas a seguir, esse quantitativo foi de 1.174,9500ha, o que representa um percentual de 27,51%. As despesas liquidadas, no valor de R\$ 96.174,17 corresponderam a 70,68% da Provisão Recebida. Soma-se à questão dos entraves para a entrega dos laudos, o fato de que, nos últimos dois anos, por ter havido maior expressividade de vistoria de avaliação de imóveis rurais pela via de adjudicação, previa-se, para o ano de 2015, demanda da Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) para a realização das vistorias por essa modalidade, o que não ocorreu, reduzindo, assim, a expectativa de áreas vistoriadas e consequente execução financeira.

Considerando que no estado do Rio de Janeiro, a morosidade do Judiciário Regional, as ações judiciais favoráveis a proprietários, com recorrentes decisões que visam a suspender processos administrativos de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, a grande valorização do mercado de terras no estado e os imbróglis cartorários, são exemplos de fatores que tendem a inviabilizar a aquisição de imóveis rurais. A fim de traçar estratégias de intervenção que possam ser adotadas para melhoria dos resultados apresentados, torna-se necessário que a Autarquia viabilize outras modalidades de obtenção de terras, envidando esforços junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para realizar de fato a adjudicação.

Em vista dos argumentos apresentados, outra estratégia de intervenção será a SR buscar os meios necessários para realizar eventos que possibilitem discutir modelos produtivos mais viáveis para o estado do Rio de Janeiro, bem como novos paradigmas de obtenção de terras. A prioridade em 2016 será a conclusão dos Relatórios de Análises de Mercado de Terras do estado do Rio de Janeiro, que poderá subsidiar a aplicabilidade do Instituto de Terras, possibilitando maior arrecadação.

b) Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do PNRA

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários para o ano de 2015 era, inicialmente, de homologação de 480 famílias. Reiteradas vezes foi esclarecido e justificado ao INCRA Sede que o quantitativo tangível de famílias a serem assentadas por esta SR seria de 100 famílias, dada a meta história de assentamento da SR, que só teve superação das metas propostas nos anos de 2013 e 2014 devido à homologação de famílias da RESEXMar Arraial do Cabo, reconhecida pelo INCRA em 2013. Com a propositura de redução orçamentária dada pelo Governo Federal e as justificativas apresentadas pela SR, o Plano de Metas foi revisado e foi estabelecida uma meta de homologação de 180 famílias.

Pela observação dos números apresentados, verifica-se que, em termos de famílias assentadas, a margem de execução física alcançada foi de 71,67%, uma vez que homologou-se o assentamento de 129 famílias, sendo 21 em novos assentamentos, 38 em assentamentos antigos e 70 em assentamentos reconhecidos. O valor das despesas liquidadas, R\$ 6.338,40, corresponde a 62,12% da Provisão Recebida.

Cabe ressaltar que em 2014 foram criados três assentamentos, dos quais dois não tiveram a homologação do assentamento das famílias concluída por diversas razões, inclusive judiciais, e, em 2015, embora tenham sido criados dois novos projetos de assentamento, só foi possível homologar o assentamento das famílias em apenas um deles, restando ainda dirimir divergências jurídicas para conclusão da seleção e homologação do outro.

As estratégias a serem utilizadas para melhorar os resultados resumem-se em concluir ações que se encontram em andamento e que visam ao assentamento de famílias nos dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável, PDS Osvaldo de Oliveira e PDS Sebastião LAN II, definir entendimentos jurídicos quanto à questão de seleção de beneficiários para finalizar processo de seleção e homologação do assentamento das famílias do PA Irmã Dorothy, e, considerando a grande dificuldade de se obter terras no estado do Rio de Janeiro e o histórico da Superintendência, que é de assentar famílias em lotes vagos, outra estratégia a ser adotada será a de envidar esforços para realizar supervisão ocupacional de forma plena, com fiscalização efetiva e atuação nos encaminhamentos visando a resultados positivos decorrentes dessa fiscalização.

c) Ação 211A PO 02 – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento

O plano de ação de 2015 estabeleceu que 01 assentamento deveria ser monitorado com ações de gestão ambiental. Observando os números apresentados no Quadro, verifica-se que a SR superou a meta prevista, uma vez que foram monitorados 5 PAs.

Nesta ação o Serviço de Meio Ambiente deu ênfase à busca de apoios e parcerias interinstitucionais. Dessa forma, foi possível alcançar tais resultados a baixo custo, como se verifica no valor das despesas liquidadas, R\$1.135,45. O detalhamento das atividades realizadas nessa ação será devidamente apresentado em item específico.

d) Ação 211A PO 05 – Regularização Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária

O Plano de Ação 2015 não estabeleceu meta física para Regularização Ambiental por meio da inclusão no SiCAR de Projetos de Assentamento na SR-07/RJ. Tal fato, ocorreu, devido a indefinição quanto à operacionalização dos registros das regularizações no SiCAR, decorrentes da parceria estabelecida com a Universidade Federal de Lavras.

Entretanto, a partir do estabelecimento de tal parceria com a Universidade Federal de Lavras, foi possível protocolar a requisição de regularização ambiental de 35 projetos de assentamento, no que se

refere aos seus perímetros, conforme quadro “acompanhamento de protocolo de emissão de cadastro ambiental rural”, constante no item iv deste relatório.

A partir da parceria firmada com a Universidade Federal de Lavras foi possível, também, programar recursos da ordem de R\$13.000,00, tendo provisão orçamentária de R\$9.072,00, e despesa empenhada e liquidada de R\$6.822,41. As estratégias para a regularização ambiental dos PAs, assim como as justificativas para o nível de execuções atingido, serão devidamente descritas em item específico.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

a) Análise crítica do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, números obtidos e planejamento para o próximo exercício

No Plano de Ação/2015 foi estabelecida para a Ação “Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais” uma meta de 4.267,0000ha de áreas a serem vistoriadas com laudos entregues e, como resultado, obteve-se a vistoria de 1.174,9500ha de área, atingindo um percentual de 27,51%. Havia expectativa de se vistoriar áreas por via da adjudicação, tendo em vista que a obtenção por desapropriação está cada vez mais distante da realidade do estado do Rio de Janeiro, entretanto, apesar de a Superintendência, juntamente com a PFE, ter envidado esforços com a perspectiva de obter áreas por via de adjudicação, inclusive com reuniões promissoras com a Procuradoria da Fazenda Nacional, não se avançou nesse processo.

O planejamento teve como objetivo orientar de forma estratégica e operacional os trabalhos, de forma que nele foram sistematizadas ações prioritárias. Nesse sentido, como estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no PNRA, utilizou-se dos seguintes meios:

a) Reuniões da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA com a Procuradoria da Fazenda Nacional visando imóveis penhorados em favor da União com a finalidade de aquisição não onerosa ou de baixo custo por meio de adjudicação;

b) Recebimento de demandas de solicitação de vistorias por parte dos movimentos sociais, e ulterior análise e parecer sobre prosseguimento;

c) Priorização de entrega de laudos de exercícios anteriores e priorização de elaboração de Relatório de Análise de Mercado de Terras de Zonas Homogêneas onde existem áreas em processo de desapropriação, considerando especialmente áreas demandadas por famílias acampadas e pelos Movimentos Sociais e Sindicais.

Em relação ao planejamento para o próximo exercício, havia uma previsão no Relatório de Gestão de 2014, que seriam vistoriados 6.171,2748ha de área em 2016, mas havia também nesse mesmo relatório o registro da necessidade de se rever esse quantitativo de área, pelas próprias dificuldades de obtenção por desapropriação no estado do Rio de Janeiro. Assim, ratificando essa necessidade de revisão, e considerando que a SR dará prioridade à vistoria ocupacional para reassentamento de famílias, sem deixar de cumprir o seu papel constitucional de fiscalizar a função social da propriedade, estima-se, para o exercício de 2016, vistoria abaixo desse quantitativo.

Nos quadros a seguir constam as ações realizadas referentes à Vistoria e Avaliação, Estudo de Cadeia Dominial, Perícias Judiciais e Relatório de Análise de Mercado de Terras.

Quadro 12 - Vistoria para obtenção de imóveis rurais – trabalho de campo

Tipo de Vistoria	Nº de Imóveis	Nome dos Imóveis	Total da Área Registrada	Total da Área Medida
Preliminar	0	0	0	0
Avaliação	2	Fazenda La Florida Surubi e conjunto São Cristóvão Quilombinho	923,3100	898,3422
Conjunta	1	Fazenda Lagoa dos Patos	2.998,4000	3.782,2613
TOTAL	3	-	3.921,7100	4.680,6035

Fonte: Divisão de Obtenção – SR (07)

Considerando o trabalho de campo relativo à vistoria de imóveis, segundo o quadro acima, no ano de 2015 foram realizadas 03 (três) vistorias, sendo duas de avaliação e uma de avaliação em conjunto com ECGR, totalizando 3.921,7100ha de área registrada vistoriada. Ao considerar área medida, esse quantitativo eleva para 4.680,6035ha.

Das três vistorias realizadas, a da Fazenda La Florida Surubi, foi considerada inviável em razão do elevado custo por família, da reduzida capacidade de família (apenas 10) e por diferentes fatores limitantes (relevo predominantemente forte ondulado e, nas regiões de relevo mais suaves, predominância de solos sódicos); a do Conjunto São Cristóvão Quilombinho, após a vistoria, o procedimento administrativo foi suspenso por Decisão Judicial, não sendo possível a entrega do laudo; e a última, a da Fazenda Lagoa dos Patos, teve a conclusão do Laudo Agronômico de Fiscalização retardado em razão da negativa de acesso ao INCRA pela Secretaria de Estado de Agricultura às informações necessárias ao cálculo do efetivo pecuário. Em todos os casos, o encaminhamento dos processos para Decreto em 2015 ficou prejudicado.

Quadro 13– Elaboração de Cadeias Dominiais

Nº processo	Cód. do imóvel	Nome do imóvel	Município	Área – ha	Data da conclusão do trabalho
54180.001228/14-89	521.108.001.600-9	Fazenda Rio Novo	Paracambi	717,7571	23/12/2015
54180.001532/14-26	522.013.268.	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio	3.107,0400	Em elaboração
54180.001227/14-34	517.020.006.319-9	Fazenda Nova Esperança e anexos	Volta Redonda/B arra do Priraí	392,4700	Processo administrativo de desapropriação arquivado
54180.001471/14-05	513.075.003.247-7	Fazenda Lagoa dos Patos	Quissamã	3.185,0000	Em elaboração

Fonte: Divisão de Obtenção

Referente à meta de elaboração de estudo da cadeia dominial, tínhamos 04 (quatro) processos com essa perspectiva, entretanto, devido ao arquivamento do processo administrativo de desapropriação da Fazenda Nova Esperança e Anexos em 2015, pelo alto custo por família (R\$ 336.660,71, capacidade de 12 famílias), apenas uma cadeia dominial foi concluída, a do imóvel Fazenda Rio Novo. Os demais processos de cadeia dominial, pela complexidade cartorial que os envolve, ainda estão em andamento.

Quadro 14– Elaboração de Cadeias Dominiais

Nº PROCESSO	CÓD. DO IMÓVEL	NOME DO IMÓVEL	MUNICIPIO	ÁREA – HA	DATA DA CLONCLUSÃO DO TRABALHO
54180.001228/14-89	521.108.001.600-9	Fazenda Rio Novo	Paracambi	717,7571	23/12/2015
54180.001532/14-26	522.013.268.	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio	3.107,0400	Em elaboração
54180.001227/14-34	517.020.006.319-9	Fazenda Nova Esperança e anexos	Volta Redonda/Barr a do Priraí	392,4700	Processo administrativo de desapropriação arquivado
54180.001471/14-05	513.075.003.247-7	Fazenda Lagoa dos Patos	Quissamã	3.185,0000	Em elaboração

Fonte: Divisão de Obtenção – SR(07)

Em relação às Perícias Judiciais, há uma que foi iniciada em 2014, novamente realizada em 2015, e que ainda se encontra em andamento, a da Fazenda Santo Inácio; e outra, relacionada à Gleba Capivari. Não há como prever para o ano de 2016 áreas a serem periciadas.

Quadro 15 - Perícias Judiciais

Nº PROCESSO	CÓD. DO IMÓVEL	NOME DO IMÓVEL	MUNICIPIO	DATA/MÊS DO RETORNO DE CAMPO	DEMANDANTE
54200.0001028/00-41	950.033.497.533-4	Faz. Santo Inácio	Trajano de Moraes	12/02/2015	Juízo
54180.001540/99-63		Gleba Capivari	Duque de Caxias	15/10/15	Juízo

Fonte: Divisão de Obtenção – SR(07)

b) Demonstração do planejamento e resultados obtidos para elaboração de Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR)

Em 2015, elaborou-se um ECGR, o da Fazenda Nova Esperança e Anexos, mas, em razão do elevado custo por família, o processo de desapropriação foi arquivado. Com a publicação da IN nº 83, de 30/07/2015, que traz a figura do ECGR Regionalizado, priorizou-se, para o exercício, a definição das Zonas Homogêneas. Foram elaborados três RAMTs (Relatório de Análise do Mercado de Terras), e para o ano de 2016, está prevista a confecção dos últimos três RAMTs e elaboração dos ECGR Regionalizados, conforme as zonas homogêneas. Descreve-se, abaixo, a situação de cada RAMT do estado do Rio de Janeiro:

- RAMT da ZH Nordeste Fluminense – o relatório, já adequado à atual metodologia, NE/INCRA/DT/Nº112/2014, foi apreciado pela CT e aprovado pelo CDR no exercício de 2015. Entretanto, em razão de a definição das ZH ter ocorrido em data posterior a esses eventos de apreciação e aprovação, e devido à ZHNF ter abrangido municípios além daqueles inseridos na então Região de Governo Noroeste Fluminense, o trabalho de campo visando à pesquisa de preços de terras nesses outros municípios foi realizado, estando o RAMT em fase de finalização para nova apreciação e aprovação, sendo incorporado posteriormente ao processo nº 54180.000622/2015-81.
- RAMT da ZH Vale do Paraíba – o relatório, também já adequado à atual metodologia, foi apreciado pela CT, não tendo sido encaminhado para aprovação pelo CDR em razão de que, nesse ínterim, as Zonas Homogêneas foram definidas, e como houve inclusão de

municípios, houve necessidade de realizar trabalho de campo visando à pesquisa de preços de terras nesses outros municípios, estando o RAMT em fase de finalização para nova apreciação e aprovação, e, da mesma forma que o anterior, será incorporado ao processo nº 54180.000622/2015-81.

- RAMT da ZH Leste Fluminense: nesta ZH, todo o trabalho de campo foi realizado, o RAMT foi apreciado pela CT, restando apenas a aprovação pelo CDR. Esse RAMT já se encontra no processo nº 54180.000622/2015-81.

Quadro 16 - Relatório de Análise de Mercado de Terras/ Planilha de Preços Referenciais de Terra

Nº PROCESSO	MUNICÍPIO	Nº DA O.S	DATA DA O.S	DATA DA ENTREGA RELATÓRIO
54180.000900/14-19	Região Noroeste Fluminense	11/14	07/07/2014	07/10/2014(1º relatório entregue com metodologia anterior a NE) e 10/03/2015 (entrega do relatório adequado à nova metodologia – NE/INCRA/DT/Nº112/2014)
54180.000900/14-19	Região Médio Paraíba	22/14	19/08/2014	18/06/2015 (relatório seguindo a nova metodologia – NE/INCRA/DT/Nº112/2014)
54180.000622/15-81	Região Norte(Zona homogênea Leste Fluminense) e demais Zonas do Estado do RJ	15/15	04/05/2015	14/12/2015 (RAMT Zona Homogênea Leste Fluminense)

c) Resultados de obtenção de terras por região de interesse da SR (conforme resultados dos estudos empreendidos pela SR e enviados à Diretoria de Obtenção), destacando as modalidades de obtenção utilizadas, os custos médios aplicados por hectares e as justificativas do gestor.

A SR possui um quantitativo de 26 processos de vistoria e avaliação em andamento para aquisição de imóveis rurais, sendo 15 por meio de desapropriação, 10 por adjudicação e 01 por cessão. Dos 15 processos por desapropriação, 09 possuem óbices judiciais que impedem seus trâmites administrativos normais. Portanto, havia possibilidade de encaminhamento de 06 processos de desapropriação, entretanto, dois foram arquivados pelo alto custo por família, dentre outros impedimentos; há indicativos de mais um ser arquivado pelo mesmo motivo e dois existem imbróglions cartoriais, restando apenas um para dar prosseguimento.

Em relação à modalidade de obtenção mais adotada, nos anos de 2013 e 2014, a adjudicação de imóveis teve importância maior que a desapropriação para fins de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, apesar de o Incra não ter arrecadado nenhuma área, mas houve, nesses dois anos, demanda da PFN, o que resultou em vistoria visando à arrecadação. Em 2015, a SR despendeu esforços para dinamizar os procedimentos relativos a essa modalidade, tendo em vista que é um processo mais rápido do que a desapropriação, uma vez que não se discute a produtividade do imóvel, além de o custo da aquisição em termos judiciais ser mais barato, mas não houve qualquer avanço. Por isso, diferindo dos dois anos anteriores, em 2015, todas as áreas foram vistoriadas aplicando-se a modalidade de desapropriação por interesse social.

Quadro 17 - Custos médios aplicados por hectare

Imóvel	Município	VTI - R\$	Benfeitorias R\$	VTN – R\$	VTN/ha – R\$	VTI/há – R\$	Custo Família R\$
La Florinda	Italva	2.904.437,74	237.373,80	2.667.063,94	6.131,93	6.677,68	290.443,77
Nova Esperança e Anexos	Volta Redonda /Barra do Piraí	4.039.928,54	1.221.765,22	2.818.163,22	7.433,41	10.656,03	336.660,71

Fonte: Divisão de Obtenção

Considerando apenas os Laudos de Vistoria e Avaliação (LVAs) entregues no exercício de 2015, não levando em conta as vistorias de fiscalização, é possível afirmar, pelos números apresentados, que há uma grande valorização das terras no estado do Rio de Janeiro, o que tem inviabilizado a obtenção de terras para a Reforma Agrária, ainda que os imóveis vistoriados localizem-se nas em regiões consideradas prioritárias por concentrarem as maiores demandas de obtenção de terras, conforme resultados apresentados no Diagnóstico Regional da SR(07).

d) Análise crítica e orçamento projetado para providências de implantação e manutenção dos Projetos de Assentamento criados no exercício, incluindo serviços de topografia, elaboração de PDA/PRA

Em 2015 foram criados 02 (dois) Projetos de Assentamento: PA Irmã Dorothy e PCA Terra. Em ambos, foi realizada a ação de CadÚnico e as famílias foram devidamente cadastradas no SIPRA, sendo que apenas no projeto Casulo foi feita a homologação do assentamento de todas as famílias, conforme a capacidade.

No PA Irmã Dorothy, por haver um número maior de famílias do que a capacidade e também pela lacuna existente na legislação referente à definição do marco temporal do direito de preferência, ou seja, a data a ser considerada como vínculo para aceitação de arrendatários como beneficiários preferenciais, lacuna essa que leva a entendimentos diversos, não foi possível concluir em 2015 o processo de seleção das famílias. Nesse PA, foi executado serviços de topografia visando à retificação do perímetro, bem como foi realizado estudo de capacidade de geração de renda para se definir a capacidade real do assentamento, tendo em vista a redução do perímetro da área. Para essas ações, o orçamento projetado e os recursos utilizados foram suficientes, havendo necessidade de aporte de recursos em 2016 para o parcelamento dos lotes e demais ações visando ao desenvolvimento do assentamento.

Em relação ao PCA Terra, foi iniciado em 2015, diálogo com a Secretaria de Agricultura do município de Paracambi para planejamento e execução de ações em conjunto, sendo necessário dar continuidade às tratativas em 2016. Nesse assentamento, faz-se necessário também realizar os serviços de topografia, tendo em vista que a falta do parcelamento pode aumentar a situação de conflito existente na área.

Por fim, em virtude de não ter sido realizada a Chamada Pública de ATER no estado do Rio de Janeiro, não foi possível a elaboração de estudo (Plano de Desenvolvimento de Assentamento -PDA) em nenhum dos assentamentos criados no exercício.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referente a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatada.

O levantamento do custo da recuperação de áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP) desmatadas é feito durante as vistorias e seus valores são descritos nos laudos. Como não houve continuidade na desapropriação das áreas vistoriadas no exercício, pelas razões já expostas, não houve valores descontados referentes a passivos ambientais (áreas de reserva legal e de preservação permanente) no ano de 2015.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional.

a) Situação da Regularização Ambiental em projetos de assentamentos da reforma agrária

Entre os anos de 2012 e 2013 aconteceram mudanças significativas na legislação ambiental em geral, e em específico, relacionadas diretamente aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

A Lei nº 12.651/2012, alterada pela Lei nº 12.727/2012, e o Decreto nº 7.830/2012 substituíram o antigo Código Florestal (Lei nº 4771/65). A mudança na legislação trouxe novas ferramentas de gestão ambiental para imóveis rurais, dentre elas, as mais importantes corresponderam ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Além disso, a Resolução Conama N°387/2006, que estabelecia procedimentos para o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, foi revogada pela Resolução Conama N°458/2013, que limitou o licenciamento ambiental em Projetos de Assentamento às de atividades agrossilvipastoris e aos empreendimentos de infraestrutura, passíveis de licenciamento, de forma simplificada.

Esse conjunto de mudanças determinou nova sistemática para a regularização ambiental de imóveis rurais, inclusive para os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. A nova base legal modificou o conceito de regularidade ambiental de imóveis rurais, cujo foco passou a ser o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em substituição ao licenciamento ambiental.

Para a regularização ambiental de Projetos de Assentamento, o Serviço de Meio Ambiente desta Superintendência está utilizando como referência o posicionamento estabelecido pela Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM), conforme Parecer INCRA/DTM/N°02/2013, fundamentado no Parecer CGA/PRCF/PFE INCRA/N°51/2013.

Segundo o Parecer da DTM, “*Diante da análise jurídica resta claro que não há mais necessidade de licenciamento prévio para a criação de projetos de assentamento.*” Dessa forma, estabeleceu-se que a regularização ambiental de Projetos de Assentamento (PA) está condicionada ao procedimento de inclusão do Assentamento no Sistema de Cadastramento Ambiental Rural (SiCAR), e quando couber, a participação no Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Informa-se, também, que o Serviço de Meio Ambiente desta SR fez consulta junto à PFE/RJ (processo nº 54180.000700/2014-66) acerca da aplicabilidade dos Pareceres citados perante a legislação ambiental estadual, e obteve resposta (Parecer/PFE/INCRA/RJ/N°53/2014) alinhada com o posicionamento da DTM.

Portanto, como forma de atender à demanda de Regularização Ambiental, o Serviço Ambiental priorizou a inclusão dos Projetos de Assentamento (PA) no SiCAR.

Visando atender às novas determinações legais quanto à regularização ambiental de projetos de assentamento, a SR-07/RJ procedeu, em 2014, no cadastramento junto ao SiCAR de 4 (quatro) projetos de assentamento. Posteriormente, no início do ano de 2015, o INCRA/Sede, por meio da DTM, sinalizou a possibilidade de realização de um Termo de Execução Descentralizada (TED) junto à Universidade Federal de Lavras (UFLA) para a elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e inserção no SiCAR de todos os assentamentos do INCRA no País. Tal fato alterou as diretrizes de planejamento e a rotina operacional da SR-07/RJ, fazendo com que o Serviço Ambiental local não pactuasse meta de elaboração e inserção de projetos no SiCAR.

Com a formalização do Termo de Execução Descentralizada (TED) junto à Universidade Federal de Lavras (UFLA) o Serviço Ambiental da SR-07/RJ efetuou o preenchimento de um banco de dados e informações cartográficas dos seus PAs no Estado, que foi repassado aos técnicos da UFLA, em abril de 2015. Assim, a partir do estabelecimento de tal parceria com a Universidade Federal de Lavras, foi possível protocolar a requisição de regularização ambiental de 35 projetos de assentamento, no que se refere aos seus perímetros, conforme Quadro 21– nos anexos.

- b) Regularização das áreas em processo de obtenção para fins de reforma agrária e dos projetos de assentamento criados*

Durante o ano de 2015 a SR-07/RJ não projetou / executou a regularização ambiental de áreas em processo de obtenção para fins de reforma agrária.

- c) Recuperação Ambiental de Assentamentos*

Em relação à recuperação ambiental em assentamentos do INCRA, o Serviço de Meio Ambiente da SR-07 vem dando ênfase na busca de apoio e parcerias para a recuperação e conservação dos recursos naturais dos projetos de assentamento no Estado.

Assim, estabeleceu-se um conjunto de reuniões com o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, onde foram estabelecidas tratativas para a recuperação e conservação das áreas legalmente protegidas dos assentamentos do INCRA no Estado. Destaca-se, nesse sentido, a elaboração do Termo de Cooperação Técnica - TCT entre o INCRA e o INEA, cujo objetivo central é a inserção dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Rio de Janeiro no Cadastro Ambiental Rural – CAR. O TCT foi amplamente discutido nos anos de 2012/2013, assinado no final de 2013, e em execução a partir de 2014, cuja conclusão se dará no ano de 2016.

O TCT visa, ainda, desenvolver ações conjuntas para direcionar a demanda de compensação ambiental da iniciativa privada e do Programa Jogos Limpos para a recuperação de passivos ambientais dos Projetos de Assentamento. Nesse sentido, o Serviço de Meio Ambiente vem efetuando o levantamento/mapeamento das áreas degradadas dos projetos de assentamento, e repassando os dados e mapas para a instituição contratada pelo órgão ambiental estadual, para formar o banco de áreas do Programa Jogos Limpos, conforme processo nº 54180.000594/2013-30.

Há dois projetos de recuperação ambiental sendo executados por terceiros e monitorados pelo INCRA em seus assentamentos. Esses projetos estão localizados nos PA's João Batista Soares e São Bernardino. Ressalta-se, segundo informações colhidas recentemente que há outros tantos projetos sendo desenvolvidos em assentamentos que necessitam de identificação, mapeamento e monitoria por parte da SR-07/RJ, todos no âmbito do Programa RIORURAL do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação aos dois projetos identificados e monitorados pela SR-07/RJ, tem-se o seguinte:

- a) Projeto de Reposição Florestal em Áreas de Preservação Permanente (APP) do PA João Batista Soares, que começou a ser implantado no início de 2014, e está previsto para ser concluído no fim de 2018. O Projeto de Recomposição Florestal é executado pela Petrobrás em cerca 38,0 hectares em 30 parcelas do PA. Considerando que a implantação do projeto de Reposição Florestal da Petrobras envolve dezenas de lotes, ficou estabelecido que o Incra faria o acompanhamento da execução da restauração e a mediação entre a empresa executora e os assentados. Para tanto, durante o ano de 2015, foram realizadas diversas diligências de técnicos do Serviço de Meio ambiente ao PA.*
- b) Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), do lote nº40 em área de 4,14 hectares, do PA São Bernadino, fruto de uma ação judicial (Processo nº 0000721-32.2014.4.02.5120 e 2014.51.20.000721-7), tendo como início o ano de 2014 e encerramento previsto para o ano de 2017. Técnicos do Serviço de Meio Ambiente estão acompanhando e prestando orientações para a recuperação do lote pelo assentado (54180.001985/99-80).*

d) Ações de Educação Ambiental e Gestão Ambiental dos assentamentos

Ações de Educação Ambiental – no ano de 2015 não foram efetuadas ações de Educação Ambiental nos projetos de assentamento da SR-07/RJ.

Ações de Gestão Ambiental - foram efetuadas em 2015 visitas de fiscalização / monitoria de áreas em potenciais de risco e de danos ambientais efetivos nos seguintes Projetos de Assentamento: Santo Amaro; Prefeito Celso Daniel e Vinte e Cinco de Março.

e) Situação dos projetos de assentamento com potencial de impacto ambiental significativo, passíveis de licenciamento ordinário

Na SR-07/RJ não se registram projetos de assentamento com potencial de impacto ambiental significativos, passíveis de licenciamento ordinário. Entretanto, ressalta-se a existência de dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável: PDS Sebastião Lan II e PDS Osvaldo de Oliveira, que tendem a demandar processos de licenciamento ambiental complexos, uma vez que ambos se encontram com Ações Civis Públicas sob liminar. Nesse sentido, iniciaram-se discussões acerca da elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento / Plano de Utilização capazes de atender às determinações judiciais.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2015 e anteriores para fins de registro
Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

O registro contábil dos imóveis rurais consiste em levantar os valores pagos de TDAs, benfeitorias, sobras de TDAs e TDAs complementares. Esta atividade foi determinada para cumprimento do Acórdão TCU nº 557/2004.

Sobre o estágio atual das ações empreendidas pela Divisão de Obtenção, para o cumprimento da recomendação relacionada à inscrição dos 81 imóveis adquiridos mediante desapropriação, compra e venda e demais modalidades, nas contas específicas, será iniciada em 2016 a apuração dos valores referentes ao custo demandado nas aquisições e/ou desapropriações e montagem dos Kits para lançamento no SPIUnet e SIAFI.

O prazo acordado para finalização dos trabalhos passou para 31/12/2018 conforme estabelecido no cronograma inicial encaminhado pela Sede em Brasília - Orientação Técnica Nº 01/15/DAC/DA, ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Levantamento de imóveis obtidos por desapropriação	51*	Jul/2016	SR(07)T
Levantamento de imóvel obtido por arrecadação	2	Jul/2016	SR(07)T
Levantamento de imóvel obtido por outras modalidades	28	Jul/2016	SR(07)T

OBS * no Sipra consta 53 imóveis por desapropriação entretanto deverá ser corrigido, em razão de 02 áreas (PA Sebastião Lan e PDS Sebastião Lan II) que foram arrecadadas terem sido lançadas equivocadamente por desapropriação.

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

1.2.3.2.1.04.24	Imóveis Registrados Destinados à Reforma Agrária *	0
-----------------	--	---

Fonte: Siafi.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

- a. Número de pessoas inscritas no PNRA ainda não atendidas (passivo) na jurisdição da superintendência e os custos projetados para o assentamento deste contingente:

Existem 915 candidatos inscritos no SIPRA para os projetos de assentamento na jurisdição da SR(07), sendo os mais antigos de 19/09/2007. Considerando o histórico recente da SR de assentar a maior parte das famílias em lotes vagos nos projetos já existentes e a baixa capacidade de retomar lotes irregularmente ocupados, deduz-se que a maior parte desses candidatos não serão contemplados.

- b. Principais resultados obtidos na criação de projetos de assentamento, na seleção e no assentamento de famílias contempladas no PNRA no exercício e planejamento para o próximo exercício:

Pelas dificuldades de obtenção de áreas novas no estado do Rio de Janeiro para fins de Reforma Agrária e, especialmente pela morosidade do poder judiciário, não havia como prever para o ano de 2015 a criação de projetos de assentamento. Os resultados alcançados foram decorrentes da imissão de posse do Incra, neste ano, em duas áreas obtidas por desapropriação, a Fazenda Ribanda e Anexo Sítio Rio Bandar, que deu origem ao PCA Terra, e a Fazenda da Pedra, que originou o PA Irmã Dorothy, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 18 - Projetos de Assentamento criados em 2015

IMÓVEL	PROJETO	MUNICIPIO	ÁREA	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	FAMILIAS ASSENTADAS
Faz. Ribanda e Anexo Sítio Riobandar	PCA Terra	Paracambi	432,117	20	20
Fazemda da Pedra	PA Irmã Dorothy	Quatis	1049,051	53	0

Fonte: Divisão de Obtenção.

Nesses dois assentamentos, há uma capacidade total de 73 famílias, sendo 20 no PCA Terra e 53 no PA Irmã Dorothy. Entretanto, devido à necessidade de correção de perímetro da área de um dos assentamentos, que resultou na redução da área, o quantitativo possível de homologação de assentamento em áreas onerosas também foi reduzido. A seleção das famílias no PCA Terra foi realizada, tendo sido homologado o assentamento de 20 famílias. No PA Irmã Dorothy, pela indefinição do marco temporal do direito de preferência, não foi possível concluir o processo de seleção das famílias, embora tenha sido efetuado o cadastro de todas as famílias.

Em termos de assentamento de famílias, foi estabelecida uma meta de homologação de 180 famílias, embora a SR tenha informado que a meta plausível para o estado do Rio de Janeiro seria de 100 famílias, pelos motivos já expostos. Dessa forma, a SR realizou a homologação de 129 famílias, sendo 21 em novos assentamentos, 38 em assentamentos antigos e 70 em assentamentos reconhecidos.

Acresce-se que o quantitativo de assentamento ter ficado abaixo do proposto se deu também devido a medidas judiciais em face do INCRA que impediram a homologação dos assentamentos no PDS Osvaldo de Oliveira e no PDS Sebastião LAN II, criados em 2014.

Em se tratando de planejamento para 2016, considerando toda a situação exposta, pretende-se realizar estudo e ações que atendam à decisão judicial referente ao PDS Osvaldo de Oliveira e conclua o cadastro, a seleção e a homologação das famílias desse PDS nos lotes vagos; dê continuidade à discussão acerca da proposta do PDS Osvaldo de Oliveira, também com elaboração de estudo e execução de ações que viabilizem esse PDS, e, da mesma forma, possibilite a retirada da ação civil pública e o assentamento das famílias, ainda com todos os lotes vagos; buscar o entendimento jurídico quanto à questão do marco temporal relativo ao direito de preferência; e, por fim, mas não menos importante, efetivar a proposta de reestruturação da supervisão ocupacional nos assentamentos existentes, o que viabilizará a homologação de um quantitativo de assentamento muito superior ao de assentamento em áreas novas, tendo em vista os procedimentos possibilitarem agilizar e qualificar o reassentamento de famílias em lotes vagos.

- c. Resultados obtidos na exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária e ainda atendidos pelo Programa: O volume de exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária foi baixo, tendo sido realizadas 05 retomadas administrativas e 02 judiciais, totalizando 07 exclusões.
- d. Resultado das ações empreendidas pela SR para dar publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, conforme determina o item 2.8 do Acórdão nº 753/208 – Plenário: A publicidade da Ação de Titulação, é feita em Boletim de Serviço do INCRA. E divulgado no site da Autarquia (www.incra.gov.br/titulacao), na aba de Ações e Programas, basta clicar no estado desejado, e tem se lista de Titulações empreendidas.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

Para controle do gestor, visando à fidedignidade dos registros inseridos no Sistema de Informação Rural-SIR, do Modulo de Monitoramento, disponível no INCRANET, a Superintendência realiza, semanalmente, reuniões de CDR, nas quais são discutidos, entre outros, assuntos relativos às atividades inerentes a cada Divisão.

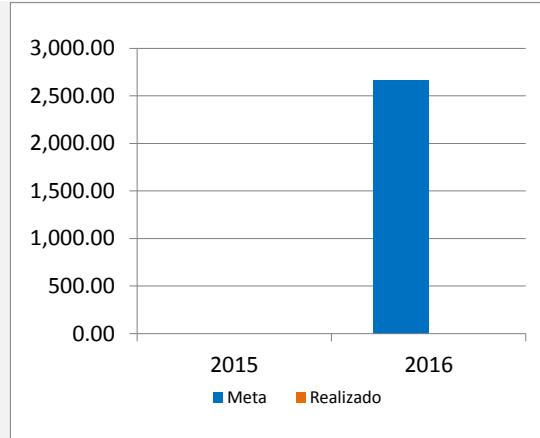
As atividades inerentes à Divisão de Obtenção de Terras, dentro de seus respectivos Serviços: Obtenção (vistoria e avaliação de imóveis rurais e pagamentos de imóveis rurais), Implantação (cadastro de famílias) e Meio Ambiente (Regularização Ambiental e Gestão Ambiental) são monitoradas pelo SIR, através do Modulo de Monitoramento, disponível no INCRANET. Para alimentação desse sistema, há em todos os Serviços, planilhas de controle que são regularmente atualizadas com todas as informações que permitam tanto o preenchimento do Módulo quanto ao atendimento de solicitações internas e externas.

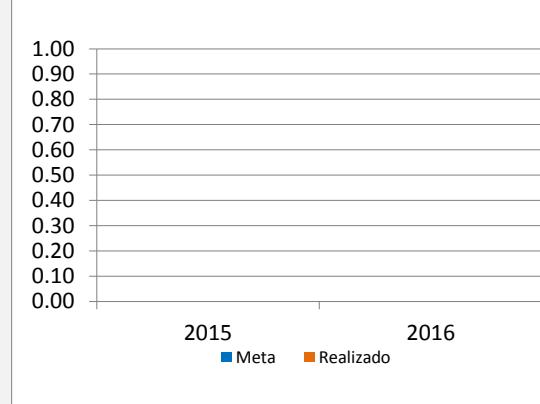
Os processos administrativos de desapropriação e de adjudicação que se encontram em andamento são acompanhados a cada semana em seus trâmites internos e externos, com a devida anotação em planilha de acompanhamento e registro. Tais planilhas são caracterizadas por nome do imóvel, número do processo, código no SNCR, município, região, indicação de movimento social, modalidade de obtenção, área, fase atual, dentre outras informações que vão se acrescentando conforme a necessidade. Essas informações são constantemente compartilhadas com o Gabinete e com a Sede, visando à constante atualização em todos os níveis. Nos processos judiciais há informações atualizadas das decisões.

Para garantir a normativa dos processos faz-se atividade de conferência, verificando se a instrução processual está adequada, especialmente por ocasião da atuação do Grupo Técnico que faz a análise do Laudo de Vistoria e Avaliação (LVA) e do ECGR, quando necessário, e também durante a elaboração do Parecer Revisor. Houve esforços da SR em 2015 para realizar capacitação sobre instrução processual, possibilitando uma melhor estrutura operacional para as atividades de instrução, conferência, revisão e

processos de acordo com a legislação vigente, entretanto, não foi possível realizar. Pretendemos realizar o mesmo em 2016.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

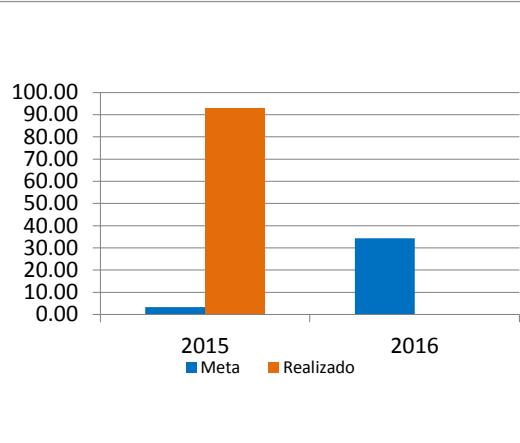
Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)							
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício						
 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor (R\$/ha)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>0.00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>2,500,00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor (R\$/ha)	2015	0.00	2016	2,500,00	<p>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</p> <p>Os gastos com obtenção de terras estão diretamente relacionados ao número de imóveis em fase de pagamento, que por sua vez também depende da disponibilidade orçamentária e de decisões judiciais, fatores externos que fogem a governança da SR. Não foi possível estabelecer meta para este índice para os anos de 2014/ 15. A meta apontada no gráfico ao lado, foi estabelecida pela média dos últimos 04 anos, conforme indicado na memória do cálculo no item 9.3. Nossa estratégia para cumprimento desta meta em 2016 é continuar os esforços junto ao Poder Judiciário e ao aprovisionamento de recursos para o pagamento das indenizações.</p>
Ano	Valor (R\$/ha)						
2015	0.00						
2016	2,500,00						

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento							
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício						
 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>0.00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>0.00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor	2015	0.00	2016	0.00	<p>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</p> <p>Não há mais previsão de solicitação de protocolo de licença ambiental para Projetos de Assentamento. Segue-se a orientação da DTM de licenciar apenas atividades agrossilvipastorais e os empreendimentos de infraestrutura passíveis de licença.</p>
Ano	Valor						
2015	0.00						
2016	0.00						

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico

Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício



Destaca-se, a elaboração do Termo de Cooperação Técnica - TCT entre o INCRA e o INEA, cujo objetivo central é a inserção dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Rio de Janeiro no Cadastro Ambiental Rural – CAR. O TCT foi amplamente discutido nos anos de 2012/2013, assinado no final de 2013 e em execução a partir de 2014, e conclusão prevista para o ano de 2016.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Não se aplica.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

A seguir apresentamos a demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas:

Quadro 19– Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do Macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	0	7.100,00	6.934,09	6.934,09	6.934,09	0
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	472	189	*1.133.878,00	0	0	0	0	0
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	0	0	26.378,00	26.378,00	17.360,58	17.360,58	17.360,58	0
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Proj de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	180	150	165.000,00	0	0	0	0	0
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	2	0	0	0	0	0	0
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	158	0	10.200,00	7.313,24	7.313,24	7.313,24	0
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	23	38	0	11.500,00	8.006,45	8.006,45	6.506,45	0
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	0	0	17.257,00	16.234,25	16.234,25	16.234,25	0
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	0	23.384,65	21.227,37	21.227,37	21.227,37	0
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	135	0	0	0	0	0	0
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)158	0	54	0	2.110,00	1.911,82	1.911,82	1.911,82	0

* Descentralização de recursos do Crédito Instalação direto pela instituição financeira – não descentralizado a Superintendência.

Quadro 20 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	981.166,49	0	770.900,97	210.265,52
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0	0	0	0	0
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	33	47	231.363,64	0	46.947,64	184.416,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Proj de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	0	149.353,21	0	149.091,75	261,46
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	0	3.916,11	0	1.121,79	2.794,32
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	0	33.000,00	0	1.000,00	32.000,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	0	0	0	0	0
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	0	4.276,20	0	351,93	3.924,27
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	419,42	0	419,42	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

A Divisão de Desenvolvimento é responsável por gerenciar e coordenar os Programas e Ações desde a implantação, até a consolidação dos Projetos de Assentamento no Estado do Rio de Janeiro. Trabalha visando a integração das políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo. Todas as

Como é de conhecimento de todos, a crise econômica atingiu todos os setores da sociedade, no Incra não foi diferente. A Superintendência do Rio de Janeiro, como todas as demais, enfrentou muitos problemas na execução das metas, tais como suspensão de execução de ações como Supervisão Ocupacional e titulação, atraso na aplicação do crédito instalação, bem como a falta de recurso financeiro, o que pode ser percebido, no resultado dos Restos a Pagar.

Neste ano, além do financeiro que já vinha em percentuais muito baixos, também enfrentamos problema na descentralização do orçamentoário, o que impediu a execução de algumas ações. O Plano de Ação/Caderno de metas foi elaborado em julho/15 e ainda teve cortes durante a sua execução, com metas alteradas pela Direção Central sem consulta às SR's.

INCRA/SR(07)

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

A Norma de Execução N° 111 de 17 de Março de 2014, passou a estabelecer critérios objetivos de prioridades para seleção de Projetos de Assentamento que receberão obras de construção e/ou complementação de estradas vicinais, sistemas de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica.

O Art. 5º estabelece os critérios de **SELEÇÃO**, na seguinte sequencia: I – Situação de calamidade pública; II – Abrangidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida; III – Abrangidos pelo Programa Brasil Sem Miséria e IV – Abrangidos pelo programa Territórios da Cidadania.

Já o Art. 6º, após definida a seleção, se fez a **PRIORIZAÇÃO**, dos Projetos de Assentamento obedecendo-se à seguinte ordem de preferência: I – Situação de Calamidade Pública; II - Existência de PDA e PRA; III – Projetos criados a partir de 2010; IV – Menor número de casas de casas a construir; V – Projetos de Assentamento que já possuem infraestrutura básica e que necessitam de sua complementação para atingir as metas de estradas vicinais de acesso, abastecimento de água e energia elétrica; VI – Maior distância do assentamento à sede do município; VII Maior área do projeto de Assentamento e VIII – A existência de entidades organizadas

Dentro desses critérios foram **SELECIONADOS** os seguintes Projetos de Assentamento:

Prioridade 1 – Programa Minha Casa Minha Vida

- P.A. Irmã Dorothy
- Pca Terra
- P.A. Capelinha
- P.A. Chico Mendes
- P.A. Francisco Julião
- P.A. Ademar Moreira
- P.A. Paz Na Terra
- P.A. João Batista Soares
- P.A. Utt
- Pds Osvaldo Oliveira
- Pds Sebastião Lan II

Prioridade 2 – Programa Brasil Sem Miséria

- P.A Nova Esperança Do Aré
- P.A. Florest De Belém

Prioridade 3 – Programa Territórios Da Cidadania Com Pda/Pra

- P.A. 25 De Março
- P.A. Santo Amaro
- P.A. Zé Pureza
- P.A. Antonio De Farias
- P.A. Bem Dizia
- P.A. Che Guevara
- P.A. Ilha Grande
- P.A. Josué De Castro
- P.A. São Fidélis
- P.A. Zumbi Dos Palmares
- P.A. Oziel Alves

Prioridade 4 - Programa Territórios Da Cidadania Sem Pda/Pra

- P.A. Dandara Dos Palmares
- P.A. Terra Conquistada
- P.A. Tipity

Prioridade 5 – Jurispudência Com Pda/Pra

- P.A. Roseli Nunes
- P.A. Fazenda Do Salto
- P.A. Terra Da Paz
- P.A. Visconde

Prioridade 6 – Jurispudência Sem Pda

- P.A. Vida Nova

O diagnóstico do déficit de infraestrutura necessita de complementação, com a inclusão da quantificação de custos para cada obra. No entanto, à priori podemos desde já afirmar que dadas às limitações orçamentárias para investimentos, bem como as limitações de pessoal na SR-07, as obras de engenharia deverão ser implantadas apenas em parte de Projetos de Assentamento, incluídos no Programa Minha Casa Minha Vida, na seguinte ordem de

- Prioridade: 1 - P.A. Irmã Dorothy: Construção de 2 pontes (20 e 30 metros); recuperação de 8 km de estradas; construção de 3,5 km de estradas.
- Prioridade 2 – P.A. Ademar Moreira: construção de 1 km de estradas
- Prioridade 3 – P.A. Terra União e Trabalho: recuperação de 1,8 km de estradas

Por último, a Superintendência deverá executar as obras priorizadas por meio de convênios com os Municípios, devendo, de imediato capacitar os servidores na operacionalização do Sistema de Convênios.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

No início do ano de 2015 projetou-se uma meta de 195 vistorias de Supervisão Ocupacional a serem realizadas no exercício. Essa projeção baseou-se na verificação da média atingida nos anos anteriores, e não em um planejamento prévio das atividades.

Ao final do ano, atingiu-se a quantidade de 158 vistorias realizadas, ou seja, 81% da meta projetada. Esse total foi atingido entre as vistorias realizadas em lotes cujos beneficiários já haviam quitado seus títulos e requisitaram a liberação das cláusulas resolutivas (33 vistorias), ou seja, demandadas por iniciativa do próprio interessado, e as realizadas em projetos de assentamento ainda em consolidação (125 vistorias).

Das vistorias realizadas em lotes de projetos em consolidação, apenas 59% foram realizadas em ações que cobriram projetos inteiros, sendo 53 no PA 25 de Março, no município de Carapebus, em agosto, e 21 no PA Ademar Moreira, no município de São Pedro da Aldeia, em setembro. As demais referem-se a vistorias pontuais realizadas em lotes específicos de assentamentos em consolidação, para verificar situações emergenciais ou atender, sem planejamento da superintendência, demandas de lideranças locais.

A experiência atípica vivenciada em 2013, quando foi determinada pela direção da autarquia uma força-tarefa para vistoriar todos os 1.251 lotes do município de Campos dos Goytacazes, demonstrou que a capacidade operacional da superintendência pode ser muito superior a da média que vem sendo atingida habitualmente, inclusive em 2015, bem como seus resultados poderão ser muito melhores, se a atividade for realizada de acordo com um planejamento lógico, se estiver inserida numa rotina administrativa

adequada e, evidentemente, se os recursos necessários a sua realização forem disponibilizados em tempo hábil.

No ano de 2015, além de prosseguir com o trabalho de saneamento das situações irregulares verificadas em 2013, somadas às que foram verificadas em 2014 e ao longo do ano em curso, paralelamente, iniciou-se a materialização de um trabalho conjunto com a Divisão de Obtenção de Terras para a implantação de bases que possibilitarão a execução da atividade com a qualidade, quantidade e presteza desejável. Assim, foi criado um instrumento de gerenciamento dos projetos de assentamento, acessível de forma rápida por todos os servidores da superintendência, e que consiste de planilhas específicas para cada projeto, contendo as informações e pendências de cada lote, as quais vêm sendo alimentadas com as informações dos processos individuais dos beneficiários e as constantes do SIPRA.

iv. Demonstraçao das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Crédito Instalação

- a. reformulação, planejamento e concessão de créditos instalação e a cobrança desses créditos;

Com relação à atividade “*Supervisionar e fiscalizar a concessão do crédito - antigo CI*”, foram atendidas 02 famílias.

Com relação à atividade “*Concluir a aplicação ou devolver os recursos restabelecidos a partir da publicação da Portaria 352, de 18 junho de 2013*”, foram concedidos créditos (aplicados) nas modalidades “Aquisição de Materiais de Construção” no valor total de R\$ 34.560,30.

É importante destacar que este pequeno valor (e número de famílias atendidas) deve-se ao fato de estarmos em processo final para conclusão da aplicação do antigo crédito instalação.

Já com relação ao recolhimento dos recursos (devolver os recursos) ao Tesouro Nacional, muito embora conste na Norma de Aplicação do Crédito o procedimento de recolher recursos via GRU quando não utilizados, na época (meados de 2014), a Divisão de Desenvolvimento foi orientada pela DD (Diretoria de Desenvolvimento) para que fosse enviado a eles um MEMO quando necessário proceder ao recolhimento desses valores (estes seriam recolhidos pela própria DD). A partir desta orientação, tal procedimento foi executado por esta Regional com o encaminhamento de alguns memorandos. Restam apenas duas áreas (dois assentamentos) a serem concluídas para restituição dos recursos remanescentes.

A previsão para conclusão da aplicação dos créditos antigos (recursos restabelecidos a partir da publicação da Portaria 352 de 18 junho de 2013) é para o mês de julho do exercício de 2016. O valor a ser pago para concluir os trabalhos, caso não ocorra a aplicação dos rendimentos, é de aproximadamente R\$ 27.000,00.

No exercício de 2015, o SNCCI (Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação) foi alimentado com 242 Contratos de Crédito na modalidade “Apoio Inicial I”, referente à Resex Mar Arraial do Cabo, e 7 Contratos de Crédito na modalidade “Apoio Inicial I”, referente ao Projeto de Assentamento União, Terra e Trabalho, totalizando 249 Contratos de Crédito alimentados no Sistema. O Valor total desses créditos é de R\$ 597.600,00 (R\$ 2.400 p/ família).

É importante observar que “alimentar o Sistema” com os contratos “assinados e digitalizados” é a última etapa do processo conferida às Superintendências Regionais. Desta forma, consideram-se créditos efetivamente concedidos somente quando descentralizados os recursos pelo Banco para que as famílias possam acessá-los através do cartão magnético. Esta etapa, no entanto, é de exclusiva competência do Banco, a partir de um comando da Coordenação do INCRA Sede (BSB). Este comando só é realizado a

partir do momento em que é verificada a correta alimentação no SNCCI dos Contratos de Crédito. Consultando o SNCCII verificamos que foram efetivamente aplicados pelo banco 189 créditos.

- b. planejamento para cobrança do passivo de crédito instalação no exercício, meta estabelecida para o exercício, análise das intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2012-2015.

Desde o exercício de 2014, a equipe de crédito vem lançando mão de grandes esforços para localizar, organizar e sanear todos os processos individuais das famílias beneficiárias envolvidas no processo de concessão de Crédito Instalação (apenas naquele período e naqueles assentamentos em que a atual equipe de crédito trabalhou).

Além disso, tem sido realizada a aplicação dos recursos remanescentes restabelecidos a partir da publicação da Portaria 352, de 18 junho de 2013 (antigo crédito instalação). A conclusão (aplicar ou recolher a totalidade dos recursos restabelecidos) está prevista para o mês de julho de 2016.

Paralelamente a esses trabalhos, a equipe tem trabalhado também com a planilha encaminhada pela DD (Anexo 4) objetivando inserir todas as informações referentes aos assentamentos e as famílias que receberam recursos do Programa de Crédito para realizar a Mala Direta e posterior inserção dessas informações nos processos individuais.

Por fim tem sido alimentado o sistema SNCCI (Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação) com todas as informações levantadas, referente aos assentamentos trabalhados nos últimos anos pela atual equipe de crédito.

A previsão para o final o exercício 2016 é de que todas as informações referentes aos assentamentos e as famílias que receberam recursos do Programa de Crédito nos últimos anos (apenas aqueles trabalhados pela atual equipe de crédito) seja inserida no sistema para a efetiva cobrança desses valores.

Outra meta prevista pela Divisão de Desenvolvimento para 2016 é a de continuar aplicando a nova modalidade de Crédito **“Apoio Inicial I”** visando atender **520** famílias.

Planeja ainda trabalhar o programa de habitação rural com o envio de RB's às entidades organizadoras objetivando assegurar o acesso à moradia às famílias demandantes de construção e que não foram contempladas com o antigo crédito instalação. Ainda para o exercício de 2016, também serão trabalhadas, caso seja efetivada a contratação.

2. Agroindustrialização

No exercício de 2015, foi realizada a Feira e Exposição de Produtos da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, que constitui um espaço de diálogo entre agricultores de assentamentos de Reforma Agrária e consumidores da cidade do Rio de Janeiro, o evento possibilitou a comercialização de diversos produtos/alimentos e a divulgação da realidade socioeconômica, cultural e organizativa dos assentamentos. Além da Feira e Exposição, também aconteceram apresentações musicais e atividades formativas no espaço intitulado “Diálogos da Terra”.

Esta feira faz parte das atribuições da Ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol, que atendeu 150 famílias agricultoras e agricultores vindos de assentamentos de Reforma Agrária do estado do Rio de Janeiro, organizados através de diversos coletivos, incluindo coletivos de mulheres e três cooperativas, sendo: Cooperativa de Produtores

Agroecológicos (COOPATERRA) da Região Baixada Fluminense; Cooperativa de Assentados de Campelo e Região (COOPSCAMP), Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Marrecas e Babosa (COOPAMAB) e o Coletivo de Mulheres Regina Pinho da região Norte Fluminense.

3. Assistência Técnica Especialista para Agroindustrialização

Não houve assistência técnica as famílias no exercício de 2015.

4. Educação no campo

No âmbito da educação do campo, em Março, foram iniciadas duas Residências através do TED nº 19 com o CNPQ: a) Residência Jovem, com a Fiocruz/CNPq com 37 alunos, b) Residência Agrária, com a UFRRJ/CNPq, com 36 alunos. Em julho/15, formaram duas turmas de 50 alunos cada no TED nº 26/CNPq. E em dezembro, 20 alunos concluirão o curso de Serviço Social oferecido pela UFRJ, iniciado em 24/02/2011, restando 34 alunos para formar em Julho/16.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

Na DD desta Regional, o maior volume de atendimento ao público concentrou-se nas ações de Supervisão ocupacional onde a demanda de lotes a serem regularizados é grande e dela depende o desdobramento de algumas ações para fixação do homem no campo. Outra demanda relevante é a de Assistência Técnica em Assentamentos, ação esta, imprescindível ao aumento da produção e comercialização dos produtos oriundos do PA's atendidos pela ATER. No entanto, neste ano não houve ATER.

As atividades da Divisão de Desenvolvimento foram prejudicadas quanto a insuficiência e a não descentralização em tempo hábil dos recursos orçamentários e financeiros referentes as ações prioritárias para o desenvolvimento de nossos projetos, como por exemplo créditos nas modalidades Fomento I e II, Crédito Apoio Inicial em área reconhecida pelo INCRA como a RESEX Marinha de Arraial do Cabo, bem como a suspensão de atividades inerentes a supervisão ocupacional, prejudicando consideravelmente as ações sucessórias.

As ações são acompanhadas pelos asseguradores, designados por intermédio de Ordens de Serviços do Superintendente Regional. Esses asseguradores repassam mensalmente os resultados alcançados e as atividades desempenhadas nos respectivos PA's.

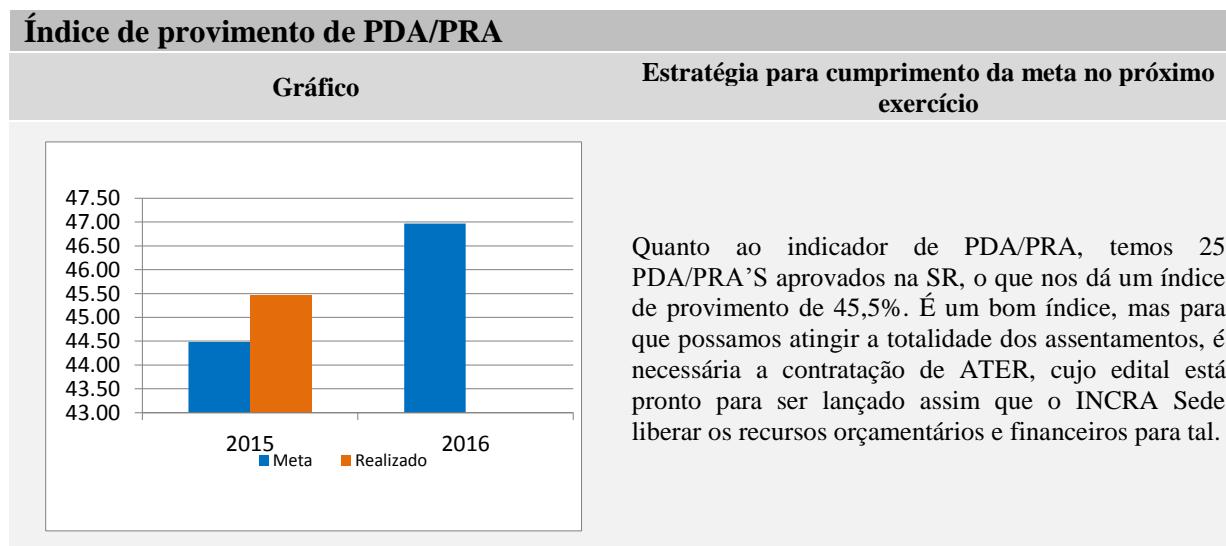
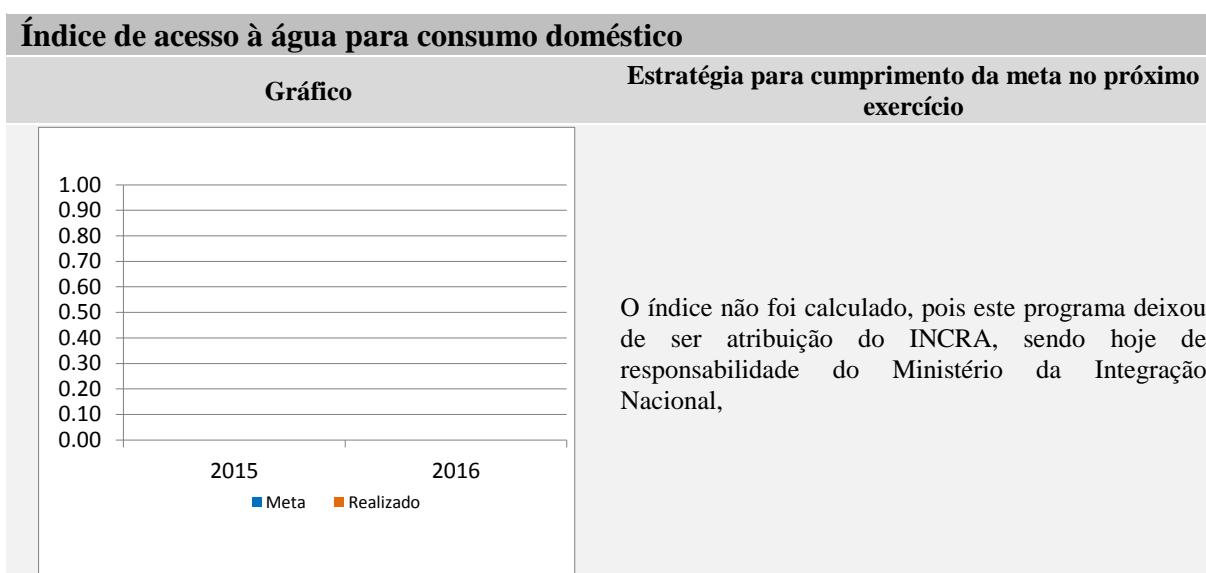
Foram implementadas reuniões mensais com todos os servidores visando um melhor acompanhamento e monitoramento dos resultados, proporcionando assim uma avaliação que permita o redirecionamento de atividades em virtude de entraves e/ou problemas que tenham surgido.

O modelo adotado para assegurar o controle e a fidedignidade das informações, bem como o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício se deu através de reuniões mensais previamente agendadas com os asseguradores de cada uma das ações. Nestas reuniões são discutidos o desenvolvimento das atividades, visando adequar a relação metas x gastos, a fim de otimizar recursos e a capacidade operacional. Além das reuniões mensais com os asseguradores das ações e a chefia da Divisão de Desenvolvimento, foram efetivadas reuniões trimestrais com os servidores da Divisão para repasse de

informações e discussões sobre a metodologia de trabalhos para cada uma das ações, a fim de tornar do conhecimento de todo o andamento dos trabalhos com foco na meta estabelecida e para colher opiniões sobre a condução das atividades da Divisão. Além destas reuniões internas, algumas atividades são discutidas semanalmente na reunião do CDR com as demais chefias, onde são repassadas as informações sobre cada uma das ações executadas para ser avaliada pelas demais chefias e pelo Superintendente Regional.

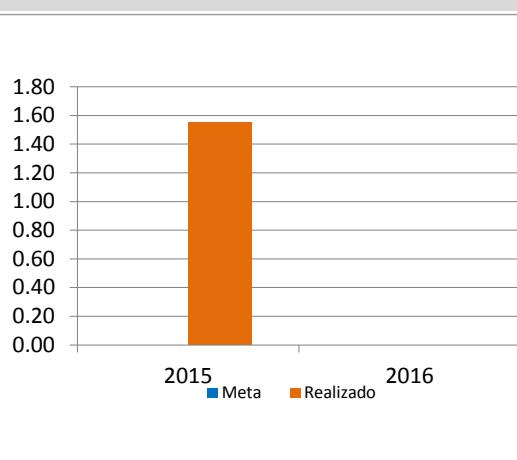
Ainda, mantém-se permanente contato com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, mais especificamente com os gestores das respectivas ações, repassando informações sobre o andamento dos trabalhos, bem como solicitando liberação e descentralização de recursos, mediante apresentação de metas e plano de trabalho.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício



Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Gráfico

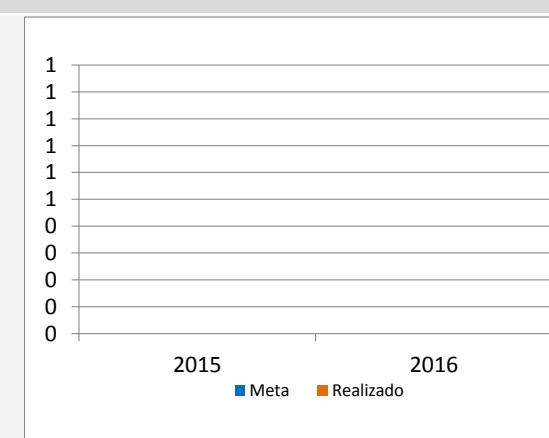


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

O resultado do indicador de moradia é baseado nos dados de casa construída, de processos que sofreram análise e encerramento no ano. Foram concluídas 2 casas do saldo pendente de execução do sistema anterior, resultados gerados com a análise e o encerramento dos processos antigos. Vale destacar que o crédito instalação foi transferido para Minha casa Minha Vida Rural, tendo a CEF e o Banco do Brasil com agentes financeiros e executados por Entidades Organizadoras escolhidas pelos beneficiários. A SR-07 até o momento não foi contatada por Entidades Organizadores, logo não foi possível estabelecer meta para 2016.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico

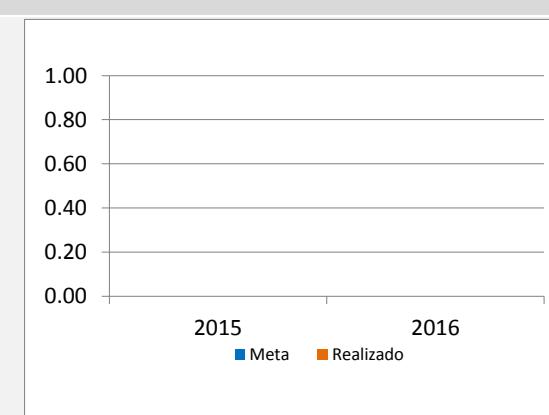


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Com vista a qualificar o monitoramento destes contratos, foi solicitado ao Banco Central, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, que o Sistema de operação do PRONAF passasse a permitir a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária, contudo, até o momento tal mecanismo não ocorreu, logo não há como coletar estas informações para o estabelecimento e acompanhamento de metas.

Índice de provimento de assistência Técnica

Gráfico

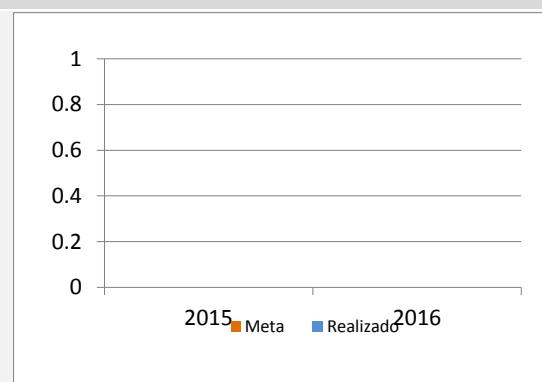


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A SR-07 não teve contratos de ATER em 2015, logo não foi possível calcular este índice. O edital para 2016 já foi elaborado e esperamos poder prestar Assistência Técnica ao longo de 2016.

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

Gráfico

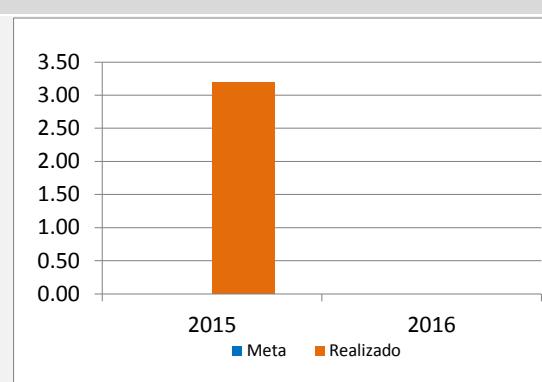


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Não foi possível aferir a renda média das famílias no ano de 2015. O INCRA não possui instrumentos para este tipo de avaliação no momento.

Índice de parcelas supervisionadas

Gráfico

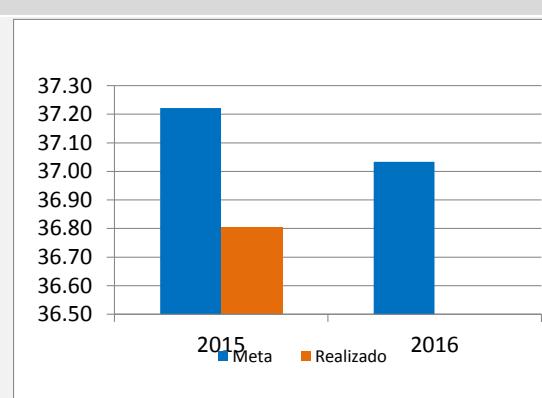


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Não houve meta estabelecida para esta ação, pois a mesma encontra-se suspensa por ordem da Sede. No entanto, foram supervisionadas 158 parcelas. A ação continua suspensa para 2016, logo não houve projeção de meta para este ano.

Índice de consolidação de assentamentos

Gráfico



Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Este indicador demonstra o numero de PA's já consolidados (36,80%). O principal entrave para atingirmos o objetivo da consolidação dos PAs decorre da falta de conclusão dos processos judiciais de desapropriação que impede a transmissão definitiva da propriedade das áreas ao INCRA o que impede o avanço na titulação das parcelas e consequente consolidação do PAs. A estratégia adotada é gestão junto ao poder judiciário para agilizar a conclusão dos processos de desapropriação.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

Não se aplica.

viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Os últimos contratos de ATER tiveram sua vigência expirada em 22/12/2014. Dessa forma, a Superintendência Regional do Rio de Janeiro, não reuniu elementos para elaboração de relatório sobre a atuação de agentes, resultados, custos e avaliação de prestadoras de serviços de ATER em projetos de assentamento, para o ano de 2015, haja vista, que não tivemos nenhum contrato assinado.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Não se aplica.

4- Governança

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

Não houve atuação da auditoria interna no exercício. As inserções foram memorandos alertando a Superintendência sobre as deliberações do TCU.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Todas as informações apresentadas neste relatório tem base nos dados e informações oriundos dos sistemas de monitoramento da instituição, bem como dos sistemas federais aos quais os elementos apresentados se vinculam como exemplo os dados orçamentários.

Institucionalmente ainda não existe um sistema de controle interno formalizado, em que deveriam estar estabelecidas práticas sistêmicas de controle interno. Em quase todas as ações descritas no Relatório de Gestão contam com normativos específicos que orientam e definem atribuições e incluem mecanismos de divisão de tarefas, alçadas decisórias e elementos para o seu gerenciamento. Muitas delas estão atreladas a Sistemas de Informação que na sua estrutura guardam elementos de controle.

A Direção Central vem demonstrando preocupação e sensibilização à gestão dos controles internos e avaliação de riscos institucional, destaque-se, o grupo de trabalho formalizado através da Portaria/INCRA/P/Nº2013 de 13 de maio de 2015, que elaborou a Política de Avaliação de Risco do Incra, esta ainda não disseminada nas Superintendências.

Como pode ser observado, os objetivos e metas institucionais estão definidos e formalizados nos instrumentos que coordenam as ações executadas, como o Caderno de Metas, publicado após aprovação pelo Conselho Diretor do INCRA.

Um importante sistema de controle da instituição está ancorado no Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais – SIR, estando grande parte das ações abrangidas e as respectivas execuções acompanhadas em relação aos objetivos institucionais.

Entretanto, existe precariedade quanto ao processo de produção de informações qualificadas, de confirmação de dados, de fornecimento tempestivo, estando esse sistema voltado essencialmente para o fornecimento de dados, principalmente quanto a execução dos elementos do planejamento operacional e seus indicadores, obrigando as Superintendências alimentarem planilhas com o detalhamento da execução de cada ação para posterior postagem na Wiki/incra.

Tal detalhamento deveria existir em um sistema de acumulação de informações, isto facilitaria o levantamento de demanda, por exemplo, que cada Projeto de Assentamento requeira.

Na Superintendência, está sendo implantado um banco de dados com o detalhamento da execução das atividades de todas as ações, é este banco que vai alimentar o módulo monitoramento e a wiki/incra todos os meses.

Os principais sistemas de controle da Superintendência Regional do Rio de Janeiro que garantem o cumprimento dos objetivos são: SIAFI, SIASG, SIPRA, SNCR, SNCCI, CAR, SIGEF, SNCI, SIATER, SICONV, SISPROT, SISDOC, SISPAD, CGU/PAD, Sala da Cidadania, SIR/Módulo de Monitoramento de Execução das ações e suas respectivas metas.

Persistem as dificuldades para controlar o número de atendimento feito, devido aos problemas com sistemas de protocolo e sala da cidadania, porém detém informações de:

- N° de pessoas inscritas no PNRA, nº de pessoas acampadas no Estado do Rio de Janeiro;
- Pessoas Acampadas no Estado;
- Crédito Instalação;
- Contratos de Ates;
- Execução de ações e Metas
- Termo de Cooperação com UMC's;
- Cadastro de Imóveis Rurais;
- Titulação, etc;

A regularidade normativa dos processos instituídos na UJ, também é preocupação do Gestor, principalmente no que concerne a segregação das funções executados pelos servidores (CPL, contabilidade e etc), a conferência e revisão processual é uma constante, além de outras atividades de controle exercidas no âmbito da UJ.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

Como pode ser observado, em cada Macroprocesso os gestores das divisões apresentaram a situação dos controles nas áreas.

Como já dito, persistem os problemas com os sistemas de registros de atendimento a clientela, tais como SISPROT, SISDOC e Sala da Cidadania. Como pode ver, são três que ainda não dão conta de atender a necessidade das Superintendências, de controlar prazos, número de atendimentos, etc.

Tal problema já foi encaminhado junto a direção do Incra, que está providenciando um novo sistema de documentos digitalizados, que deverá solucionar tal problema. Já foram feitos o levantamento dos processos, junto as SR's, com expectativa de ser implantado em 2016.

A SR(07)RJ está implantando desde dezembro/15 uma rotina mensal de acompanhamento das ações, através do Banco de Dados criado pelo setor de Planejamento e Controle. Tem uma Ordem de Serviço designando cada assegurador das ações, e estes vem cumprindo o que determina esta OS – alimentando o banco até o 5º dia útil de cada mês. O acompanhamento mensal com o detalhamento da execução assegura a fidedignidade das informações das metas, pois possibilita a correção imediata de erros que por ventura aconteçam.

Há ainda, sob a responsabilidade do Planejamento e Controle, uma planilha que faz o acompanhamento de todas deliberações do TCU/CGU que é acompanhada semanalmente, e faz com que, a SR trabalhe para atender no prazo as recomendações.

A Superintendência Regional do Rio de Janeiro trabalha sempre, em consonância com os vários sistemas implantados no Órgão e que estes são de responsabilidade da Sede.

A responsabilidade desta UJ é de alimentá-los de acordo com as normas pré-estabelecidas para tal, tais como, indicar gestor para cada sistema, sendo que este é responsável pelo controle de acesso liberados para servidores diretamente ligados aquela atividade.

Ainda estamos aguardando uma providência da Direção Central, quanto a implantação da Política de Avaliação de Riscos, que com certeza terá um modo diferente de controles.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

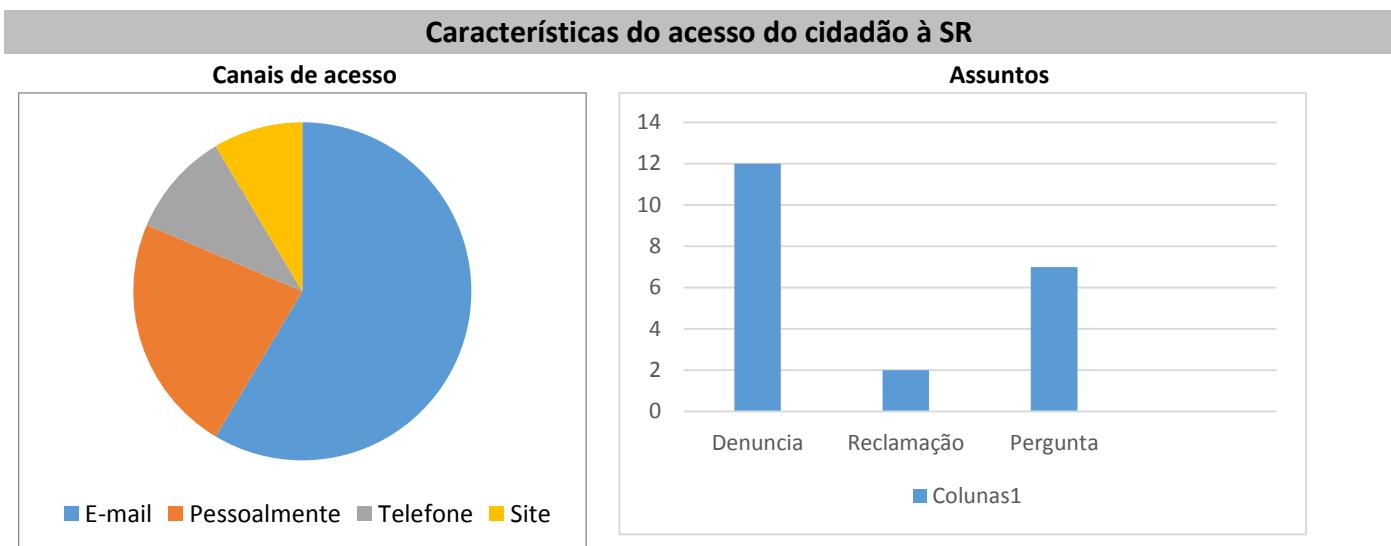
A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Relacionamento com a sociedade

5.1- Canais de acesso do cidadão

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2015			
<i>Demandas e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Regional que se referem à atuação da Superintendência</i>			
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia...	12	10	8
Reclamação...	2	2	2
Sugestão...	0	0	0
Pergunta...	7	7	7
...			

Fonte: Ouvidoria Agrária SR(07)RJ



Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

A Ouvidoria Agrária Regional - OAR é responsável regimentalmente pela mediação e prevenção de conflitos no campo e atende, principalmente por meio de atendimentos pessoais e mensagens de correio eletrônico, recebidas diretamente na OAR ou encaminhadas por outros setores do INCRA. Devido a esta atribuição regimental a OAR não faz um papel de ouvidoria de Órgão público propriamente dito, ou seja, não atende a reclamações quanto a, por exemplo, atendimento mal feito ao público. Quando este tipo de reclamação ou denúncia, não ligada a conflito agrário, são recebidas pela OAR apenas encaminhadas para o Gabinete da Superintendência sem acompanhamento dos encaminhamentos posteriores.

No ano de 2015 a Ouvidoria Agrária atendeu aproximadamente 1015 famílias acampadas no estado do Rio de Janeiro que demandam a atuação do INCRA para que tenham acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Os números de atendimentos específicos quanto a denúncias, reclamações e perguntas pelos canais supracitados encontram-se no gráfico acima. Os principais problemas para os atendimentos da Ouvidoria Agrária Regional são: 1) denúncias que na realidade não dizem respeito a atuação do Órgão e sim a atuação de outros Órgãos públicos, i.e., denúncias de ameaças, denúncia de ausência de prestação de algum serviço público no assentamento (coleta de lixo, por exemplo) etc; e 2) reclamações de serviços prestados pelo INCRA que são encaminhados para as divisões finalísticas do INCRA para resposta aos interessados porém sem retorno a OAR.

Quanto ao primeiro item, o procedimento da OAR é de encaminhar as denúncias ou solicitações aos órgãos responsáveis (polícia militar, polícia civil, defensoria pública, ministério público etc., preferencialmente, para as estruturas de prevenção de conflitos agrário, como o Policial Militar agrário do Rio de Janeiro) e monitorar as respostas. Entretanto, como as respostas dependem de órgãos externos nem sempre é possível monitorar o atendimento da denúncia e/ou reclamação, não havendo muito que a OAR possa fazer a respeito.

Quanto ao segundo item, as reclamações direcionadas a serviços prestados pelas divisões finalísticas do órgão e que não tem relação direta com conflitos agrários são, como já foi colocado acima, encaminhadas ao gabinete da superintendência, mas não existe procedimento específico para acompanhar as respostas das divisões, o que dificulta o monitoramento do atendimento da demanda.

Também foram atendidas famílias acampadas conforme Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Atividade	Produto	Quantidade
Cestas de alimentos disponibilizadas	Família	1.029
	Unidade	3.769
Família acampada assistida com outras formas de atendimento	Família	0
Famílias Acampadas	Familias	-

Fonte: Módulo Monitoramento/15

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

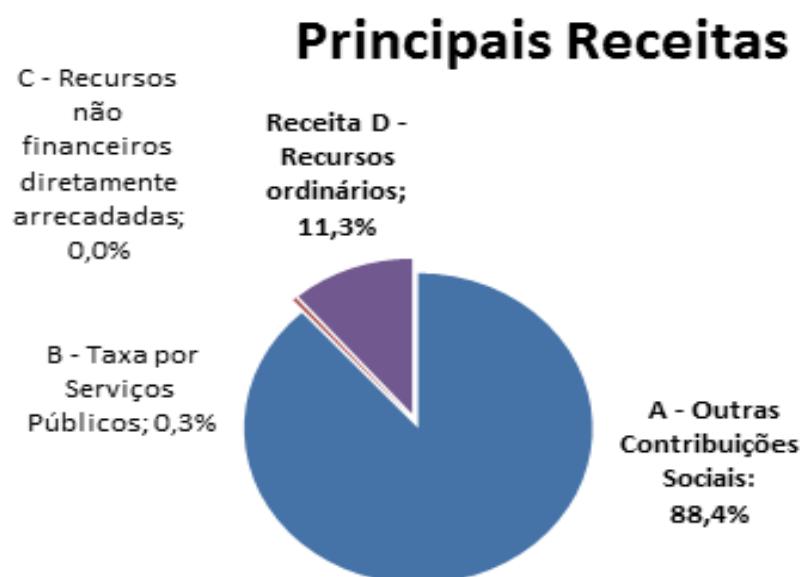
6- Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1 - Desempenho financeiro do exercício

As Regionais são órgãos descentralizados as quais compete coordenar e executar as atividades de respectivas unidades, na área de atuação, definidas e regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos / créditos descentralizados da Sede, em Brasília-DF, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária - INCRA. Nesse sentido, as informações consideradas como receitas são os créditos descentralizados, assim a tabela e gráfico demonstrarão os valores por cada ação em que ocorreram (foram descentralizados).

Receitas	2014	2015	2016	% 2015
Receita A - Outras Contribuições Sociais	0,00	5.389.489,23	0,00	88,4
Receita B - Taxa por Serviços Públicos	0,00	18.503,70	0,00	0,3
Receita C - Recursos não financeiros diretamente arrecadadas	0,00	0,00	0,00	0
Receita D - Recursos ordinários	0,00	691.049,72	0,00	11,39
Total	0,00	6.099.042,65	0,00	

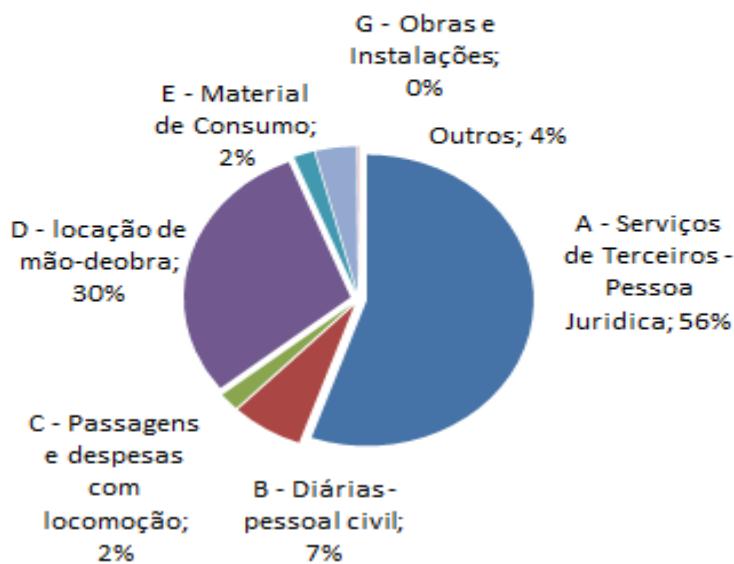
Fonte: Siafi



Principais Despesas	2014	2015	2016	2015%
A - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	522.8919,66	226.3182,7	0	56%
B - Diárias - pessoal civil	457.750,07	274.065,59	0	7%
C - Passagens e despesas com locomoção	66.359,91	89.967,4	0	2%
D - locação de mão-deobra	1.373.221,73	1.197.170,79	0	30%
E - Material de Consumo	105.762,25	65.124,43	0	2%
G - Obras e Instalações	125.955,7	0	0	0%
Outros	137.651,91	149.622,85	0	4%
Total	7.495.621,23	4.039.133,76	0,00	

Fonte: Siafi

Principais Despesas



6.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balanço Orçamentário_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro
Balanço Patrimonial_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro
Balanço Financeiro_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro
Fluxo de Caixa_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro
Variações Patrimoniais_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro

A SR(07)/RJ disponibiliza ao Público em Geral as Demonstrações Exigidas pela Lei 4.320/64, assim, as demonstrações referentes ao exercício de 2015 encontram-se publicadas no portal do Incra conforme acima.

.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

6.3.1 Empréstimos concedidos

Nota da Diretoria de Gestão Administrativa:

A Conta 121110301 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Entretanto, em 26 de dezembro de 2013 foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Com isso tornou-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos.

Segundo dispõe os artigos 1º a 6º da referida MP, hoje convertida na Lei 13.001/14, fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao desenvolvimento do **Módulo Cobrança do SNNCI**, o qual já encontra-se concluso desde setembro/2014 (com exceção da parte relativa a renegociação do crédito em virtude da falta da regulamentação prevista na MP 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014).

Por meio do Módulo Cobrança será possível emitir todas as guias de recolhimentos (GRU Cobrança), bem como gerar os relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais citados no parágrafo anterior. Além disto, permitirá evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Ressalte-se, inclusive, que no dia 23 de outubro de 2014, às 10hs, foi realizada videoconferência nas dependências da CGU em Brasília, onde foi apresentado o SNNCI (Módulos Cadastro e Cobrança), a qual contou com a participação das representações da CGU nos Estados, sendo franqueado após a apresentação o envio de perguntas, as quais foram prontamente respondidas pelos representantes do INCRA.

Crédito Antigo - Lei 13.001/2014

Foram realizadas durante o período de fevereiro a dezembro de 2014, 16 Oficinas-Pólo nas SR-01/BL; SR-02/CE; SR-03/PE; SR-05/BA; SR-06/MG; SR-08/SP; SR-09/PR; SR-11/RS; SR-12/MA; SR-

13/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-27/MBA; SR-28/DFE; SR-30/ STA; SEDE e estas contaram inclusive com a participação de servidores de outras Regionais que não sediaram Oficinas.

As Oficinas - Pólo tiveram os seguintes objetivos:

a) aplicar/desenvolver aprimorar uma metodologia visando o saneamento simplificado dos Processos Individuais (PI), extraíndo dados e informações dos Processos de Concessão (PC) do Crédito Instalação, para identificar os beneficiários que foram remitidos pela MP636/2013 e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida.

b) cadastrar os beneficiários das diversas modalidades do Crédito Instalação, no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação - SNCCI;

c) orientar sobre os procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP; e

d) capacitar os técnicos das Regionais que trabalham com a concessão do Crédito Instalação sobre os trabalhos objeto da Oficina, bem como torná-los multiplicadores, assegurando assim a continuidade/realização do trabalho nas Superintendências. Observamos que os beneficiários remitidos e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida, que neste caso (renegociação), deverão aguardar a publicação de Decreto que regulamentará a MP/Nº 636/13).

As Oficinas-Pólo das SR-05/BA; SR-06/MG; SR-12/MA; SR(13)/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-30/ STA e SEDE contaram também com a participação de representantes da Diretoria de Gestão Administrativa que prestaram orientações quanto aos procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP.

Via Memorando Circular/DD/Nº 237/2014 foram prestadas orientações quanto aos procedimentos a serem adotados pelas Superintendências Regionais, visando os saneamentos dos processos individuais, cadastramentos no Sistema SNCCI, gerar relação de remitidos e de baixa contábil, dentre outros.

Importante ressaltar que no decorrer da realização das Oficinas o Sistema SNCCI disponibilizou funcionalidade para gerar relação de remitidos e de baixa contábil.

Crédito Novo - Decreto 8.256/2014:

Com o intuito de ampliar as ações de qualificação para a concessão dos novos Créditos Instalação, via SNCCI, o INCRA com apoio do MDA - SECEX e DPMTR realizou em 2015 Oficinas Regionais de Capacitação de servidores do INCRA que atuam na área de crédito.

O processo de capacitação envolveu também servidores das demais áreas com interface com o crédito, como Ates e CCU, visando o entendimento mais profundo dos atuais instrumentos de concessão. Também participaram das oficinas, técnicos que atuam no SIPRA, já que este Sistema contém a base de dados que permite exportar informações cadastrais para o SNCCI, além de ser fonte de consulta para atender exigências legais dispostas no Decreto n. 8.256/2014, para a concessão dos novos Créditos Instalação.

Foram realizadas 15 (quinze) oficinas, contemplando todas as regiões do país, com a participação de técnicos do Incra, das prestadoras de Ates e representantes dos movimentos sociais, totalizando 458 participantes, 28 Superintendências Regionais e 13.919 cadastros de beneficiários, nas modalidades Fomento Mulher e Apoio Inicial I, enviados para o Banco do Brasil.

O módulo Concessão do Crédito Novo do SNCCI foi homologado em agosto de 2014 e as primeiras remessas de arquivos de cadastro e de crédito para o Banco do Brasil foram realizadas pelo

INCRA Sede. Somente em 2015 o módulo foi disponibilizado para os usuários nas Superintendências Regionais. Entretanto, evoluções continuaram sendo implementadas, algumas indispensáveis para o aprimoramento do Sistema.

No exercício de 2015 foram emitidos 28.553 cartões da modalidade Apoio Inicial I e 23.647, da modalidade Fomento Mulher. Foram concedidas 10.218 operações do Apoio Inicial I, totalizando R\$ 24.523.200,00 e 6.948 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 20.844.000,00.

1. Saneamento processual, conforme Memorando DA/DD/PFE 378/2013 (crédito antigo):

- 1.1 Verificação de todos os créditos concedidos aos assentados (contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento pelo beneficiário);
- 1.2 Emissão de informação declaratória e juntada aos autos do Processo Individual do beneficiário;
- 1.3 Cadastramento de todos os créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (em andamento e finalizados);
- 1.4 Conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência que está disponível no menu RELATÓRIOS GERENCIAIS.
- 1.5 Após digitação, conferência e ajuste, se necessário, deve-se encerrar o cadastro de créditos recebidos pelo beneficiário por meio da funcionalidade Encerrar Cadastro de Modalidades do Crédito Antigo.

2. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação foi inclusa conjuntamente com os valores do título atentamos o seguinte:

O SNCCI já está apto ao registro de créditos cuja cobrança tenha sido inclusa nos títulos.

2.1.1 Se todos os créditos foram inclusos no título e todas as parcelas foram devidamente pagas (ainda que não cadastradas no SNCCI), não há que se falar em cobrança ou remissão, pois houve a liquidação dos débitos pelo beneficiário. Entretanto, o cadastro no SNCCI deve ser feito para fins de registro e verificação pelos Órgãos de Controle. Além disto, o sistema permite que sejam anexados documentos no registro do crédito cuja a cobrança foi inclusa no título.

2.1.2 Independentemente de qualquer modalidade de crédito ter sido inclusa ou não no valor do título, todos os créditos concedidos devem ser cadastrados no SNCCI, para fins de confirmação, se o valor total originalmente recebido pelo beneficiário, não ultrapassa o montante de R\$ 10.000,00, conforme dispõe o art. 3º da MP nº 636/2013.

3. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação não foi inclusa conjuntamente com os valores do título ou cuja parcela ainda não foi titulada, deve-se observar o seguinte:

- 3.1 Seguir o disposto no item 1. Saneamento processual anteriormente descrito;

3.2 Sendo verificado que o beneficiário tem direito à remissão de sua dívida, o sistema disponibiliza relatório contendo a relação dos créditos remitidos.

3.3 Na hipótese do beneficiário não ter direito à remissão, ou ainda quando os créditos não estão sujeitos à remissão, será disponibilizado futuramente funcionalidade no SNCCI visando a renegociação dos débitos, cuja previsão para implementação depende da edição de decreto regulamentador.

4. Remissão das dívidas

4.1 As hipóteses de remissão estão definidas no caput do art. 3º, Parágrafo 1º da MP nº 636/2013:

“Art. 3º Ficam remitidos os créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária com fundamento no inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 1964, e no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 1993, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

§ 1º Os créditos previstos neste artigo excluem as modalidades de que trata o § 1º do art. 1º e incluem todos aqueles realizados ao amparo do Programa de Crédito Implantação e Crédito de Instalação às famílias assentadas, sob as modalidades de:

- I - Crédito para Apoio;*
- II - Apoio Inicial;*
- III - Alimentação;*
- IV - Insumos;*
- V - Apoio à Instalação;*
- VI - Apoio Mulher;*
- VII - Fomento;*
- VIII - Adicional Fomento;*
- IX - Crédito Emergencial;*
- X - Semi-Árido;*
- XI - Adicional de Semi-Árido;*
- XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e*
- XIII - Crédito Ambiental.”*

5. Renegociação (parcelamento ou quitação integral) das dívidas

5.1. Na hipótese da soma dos créditos constantes do Paragrafo 1º do art. 3º da MP nº 636/2013 ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00, deve ser observado o disposto no Parágrafo 2º A 6º e respectivos incisos, do art. 3º da referida MP:

“§ 2º Os créditos de instalação cuja soma dos valores originalmente concedidos seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação, observadas as seguintes condições:”

- liquidação: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e do desconto de valor fixo; e

II-renegociação: na forma definida no regulamento, inclusive com a concessão de bônus de adimplência.

§ 3º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, quando se tratar de créditos coletivos ou grupais, os valores serão apurados pelo resultado da divisão do valor originalmente concedido pelo número de pessoas beneficiadas com o crédito.

§ 4º A opção pela liquidação ou pela renegociação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos e não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 5º A remissão de que trata este artigo não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 6º O regulamento estabelecerá termos, condições, bônus de adimplência, prazos e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo.”

5.2 Os valores relativos aos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 1º da MP nº 636/2013, não estão sujeitos à remissão, portanto, deverão ser pagos na forma dos Parágrafos 2º a 8º e regulamentação complementar a ser editada posteriormente pela autoridade competente.

“Art. 1º Os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, efetivados por meio de crédito de instalação de que trata o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de assistência financeira de que trata o inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º O disposto neste artigo alcança as seguintes modalidades de créditos concedidas pelo INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural:

- I - Crédito de Habitação;
- II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e
- III - Crédito Recuperação - Material de Construção.

§ 2º Os valores concedidos, descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano desde a data da concessão até a data da formalização.

§ 3º Para efeito de enquadramento dos créditos nas condições de pagamento do PNHR, será considerado exclusivamente o valor contratado, atualizado na forma do § 2º, conforme as faixas estabelecidas em ato do Poder Executivo federal, não sendo aplicáveis os limites e faixas de renda de que trata o § 3º do art. 13 da Lei nº 11.977, de 2009.

§ 4º A adesão ao benefício para liquidação de que trata o caput implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos relativos aos valores apurados nos termos deste artigo.

§ 5º A gestão dos créditos de que trata o caput permanecerá sob responsabilidade do INCRA, que poderá contratar instituição financeira federal para a sua operacionalização.

§ 6º As condições de liquidação de que trata este artigo aplicam-se ao herdeiro legítimo, desde que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 7º As condições de pagamento previstas no caput beneficiarão o ocupante atual do lote de reforma agrária, no caso de substituição de beneficiário na forma estabelecida em regulamento, após a devida exclusão do candidato desligado do programa.

§ 8º O regulamento a que se refere o caput estabelecerá termos, condições, prazos, rebates para liquidação.

6. Sobre os Saldos:

No exercício de 2015, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 24.215.488,92, mesmo saldo inicial do referido ano. Logo, não houve redução através de remissão de dívidas de assentados.

Devido as mudanças trazidas pela nova legislação, entendemos, salvo melhor juízo, que não cabe mais apontar saldo vencido de créditos antigos, já que o normativo dá aos assentados nova condição, sendo fundamental darmos prosseguimento os procedimentos de remissão, para destacarmos a parcela passível de pagamento, mediante procedimentos de liquidação ou renegociação, os quais somente serão possíveis de realizar após a regulamentação da Lei 13.001/2014.

7. Sobre o tratamento da inadimplência:

Conforme previsão do Art. 5º da MP 636, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, às obrigações não regularizadas decorrentes de créditos de instalação (antigo) concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, sem prejuízo de outras sanções definidas em

regulamento. Desta forma, após os procedimentos de remissão, liquidação e renegociação previsto no marco legal, os beneficiários que não forem remitidos e que não aderirem aos procedimentos necessários terão os encaminhamentos dados conforme disposto acima.

Em relação aos créditos novos, as primeiras parcelas venceram em janeiro/2016. Portanto, não temos por enquanto como falar em quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980, bem como em quantidades de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.

8· Sobre a evidenciação contábil:

A partir da edição da MP 636/2013 não é possível até o momento realizar a qualificação do crédito antigo quanto as perspectivas de efetivo recebimento, assim como ações decorrentes desta atividade, pelos motivos já descritos anteriormente. Em relação ao crédito novo, os primeiros recebimentos ocorreram em Janeiro/2016, cuja arrecadação foi feita por meio da emissão de GRU Cobrança emitida pelo SNCCI.

Por fim, considerando que segundo estimativas preliminares boa parte do saldo da conta de empréstimos concedidos (crédito antigo) será baixada decorrente da remissão e/ou recolhimento dos saldos e ainda que somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do SNCCI será possível iniciar o processo de cobrança dos créditos não remíveis, não é possível, ao menos por enquanto, estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos.

Informação da SR(07)RJ

Até **Dezembro de 2014**, a conta contábil para registro de **Empréstimos Concedidos a Receber** foi a **1.2.2.3.1.00.00**, e em **2015**, com novo plano de contas adotado pelo STN, a conta contábil é **1.2.1.1.1.03.01**. Também foi verificado que não houve movimentação da conta em 2015, conforme CONRAZÃO de 2015 comparado com 2014.

	2015	2014
Empréstimos Concedidos	24.215.488,92	24.215.488,92

6.3.2 Créditos a receber de parceleiros

Nota da Diretoria Administrativa

A conta 121219808 - Créditos a receber em parcelas/lotes registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2015 o saldo final da conta era R\$ 68.255.172,55.

Encontra-se sobre a Coordenação da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF a condução da discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de assentamentos, visto que há uma previsão que a titulação de assentamentos também fique sob gestão a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária.

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DF e Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET. A previsão é que o SNT seja desenvolvido em módulos. Em face da não regulamentação da Lei 13.001/2014 e da necessidade de revisão da Instrução Normativa 80, a opção preliminar é iniciar a construção pelo módulo Quilombola.

Informação da SR(07)RJ

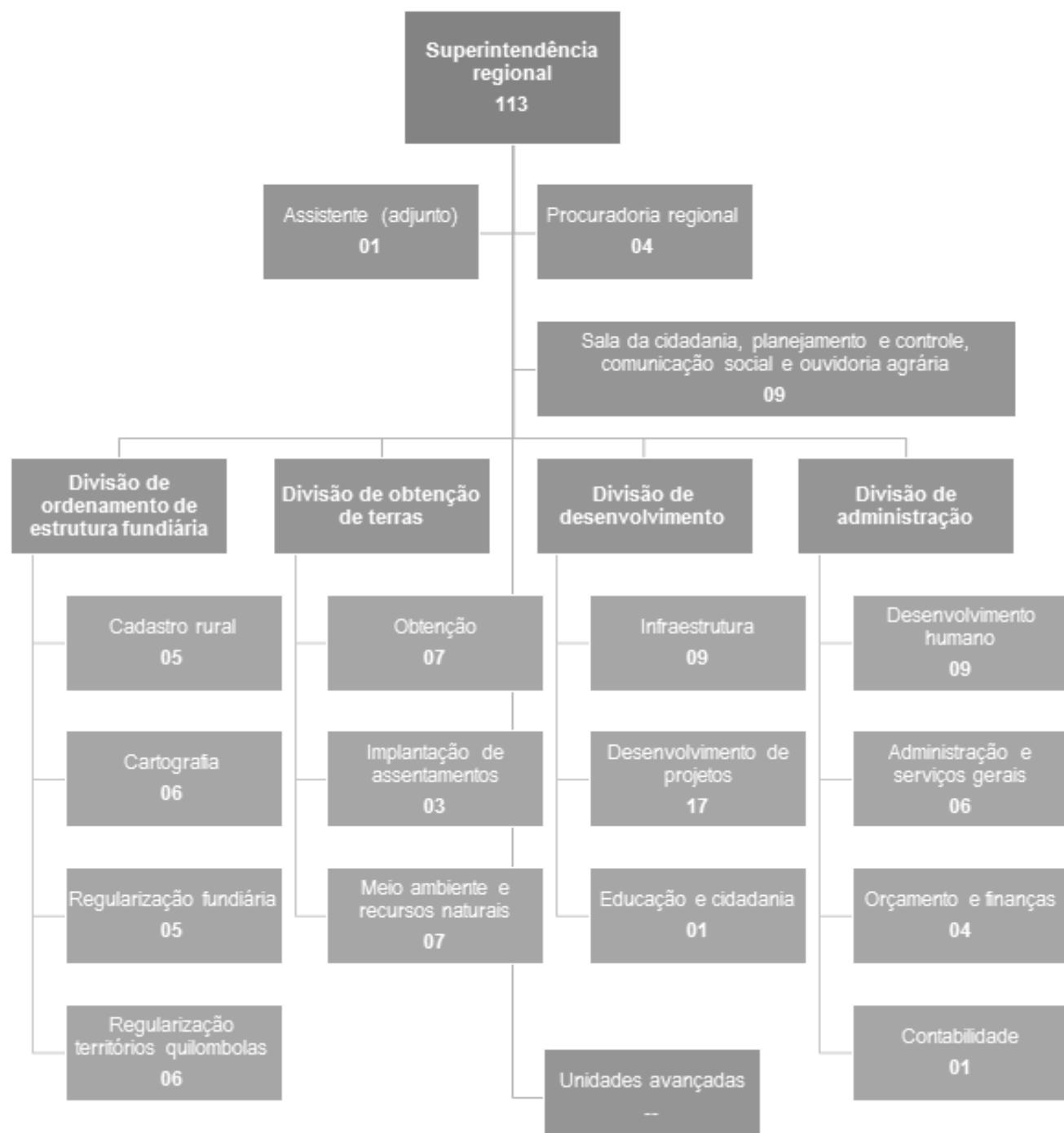
Até Dezembro de 2014, a conta contábil para registro de Empréstimos Concedidos foi a 1.2.2.4.9.10.00, e em 2015, com novo plano de contas adotado pelo STN, a conta contábil é 1.2.1.2.1.98.08, Também foi verificado que não houve movimentação da conta em 2015, conforme CONRAZÃO de 2015 comparado com 2014.

	2015	2014
Créditos a Receber	68.255.172,55	68.255.172,55

7- Áreas especiais da gestão

7.1- Gestão de pessoas

7.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

O organograma hierárquico da Superintendência obedece ao Regimento Interno do Órgão e a distribuição da força de trabalho atual entre as áreas é realizada como estratégia de gestão levando-se em conta as especificidades dos cargos que compõem o quadro de servidores, como também as necessidades de cada Unidade/Divisão/Serviço – conforme Tabela 3 abaixo.

Os dados abaixo mostram uma distribuição relativamente equilibrada nos números de servidores entre as quatro divisões. Entretanto, há de se pontuar que continua a necessidade de mais um contador, engenheiro cartógrafo e civil, Analistas na área de Regularização Fundiária e mais um servidor na área de planejamento. Demanda essa que depende de concurso público ou remoção.

Tabela 3 - Distribuição de Servidores

LOCAL	QTD	Distribuição %
GABINETE	13	11,50%
PROCURADORIA	04	3,54%
ADMINISTRAÇÃO	21	18,60%
DESENVOLVIMENTO	28	24,78%
OBTENÇÃO	18	15,93%
FUNDIÁRIA	23	20,35%
CEDIDOS	06	5,30%
TOTAL	113	100 %

Fonte: RH SR(07)/RJ

Em relação à mão-de-obra terceirizada a SR-07/RJ tem o total de 40 (quarenta) pessoas contratadas, incluindo-se o apoio administrativo, segurança e vigilância patrimonial, e conservação e limpeza, conforme descrito abaixo.

- Apoio administrativo: 05 funcionários na secretaria, distribuídos pelas divisões da SR-07/RJ.
- Segurança e vigilância: 10 funcionários, prestando serviço dividido entre a sede administrativa e a garagem da Superintendência Regional no Rio de Janeiro.
- Conservação e limpeza: 10 funcionários, todos prestando serviço dividido entre a sede administrativa e a garagem da Superintendência Regional no Rio de Janeiro.
- Tecnologia: 8 funcionários, divididos entre os cargos de administrador de rede e operador de micro, prestando serviço na sede administrativa da Superintendência Regional, no Rio de Janeiro.
- Mão de obra temporária (Boy Service): 02 funcionários, na sede administrativa da Superintendência Regional no Rio de Janeiro.
- Motoristas: 05 funcionários.

Tabela 4 – Informações sobre Contratos de Mão-de-obra Terceirizada

Nº do Contrato	CNPJ	Razão Social	Objeto do Contrato	Total de Contratos
4000/12	68.565.530/0001-10	Angel's Serviços Técnicos Ltda	Tec. Secretariado	5
3000/12	32.185.480/0001-07	NTL Nova Tecnologia Ltda	Administrador De Rede	1
3000/12	32.185.480/0001-07	NTL Nova Tecnologia Ltda	Operador De Micro	7
6000/15	06.979.037/0001-90	Inova Serviços de mão-de-obra LTDA	Boy Service	2
4000/10	05.703.030/0001-88	Cardeal Construções, Comércio e Serviços Ltda	Aux. de Serviços Gerais	10
4000/11	07.613.468/0001-09	HBS Vigilância e Segurança Ltda	Vigilante	10
1000/15	10.915.598/0001-00	SEEX Serviços Encomendas EIRELI ME	Motoristas categoria B	4
3000/15	07.406.955/0001-92	All Bussinness Serviços de coleta e tratamento de resíduos LTDA ME	Motorista categoria "D"	1
TOTAL DE CONTRATOS				40

Fonte: Divisão de Administração - RH

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

A Superintendência do Rio de Janeiro possui 113 servidores (106 efetivos, sendo seis cedidos) e 06 DAS externos. Para o ano de 2015 a meta de capacitação foi de 19 servidores com oportunidades de capacitação. No decorrer do exercício de 2015 foram realizados 52 eventos de capacitação. Segue análise dos eventos realizados:

- 50 presencial (96,15%) e 02 à distancia (3,85%);
- 36 na cidade do Rio de Janeiro (69,23%) e 16 (30,77%) em outros Estados;
- 09 (17,30%) em instituições privadas e 38 (82,70%) em instituições públicas, desses, 14 no próprio órgão.
- 33 (63,46%) realizadas por servidores da área finalística e 19(36,54%) a servidores da área meio (Administração).
- Carga horária total de 611,5 horas de capacitação.

Dos dados acima descritos observa-se que foi superada a meta para o exercício de 2015. Foi dada prioridade aos cursos realizados na cidade do Rio de Janeiro e maior parceria com instituições públicas, adequando, portanto, os recursos disponibilizados.

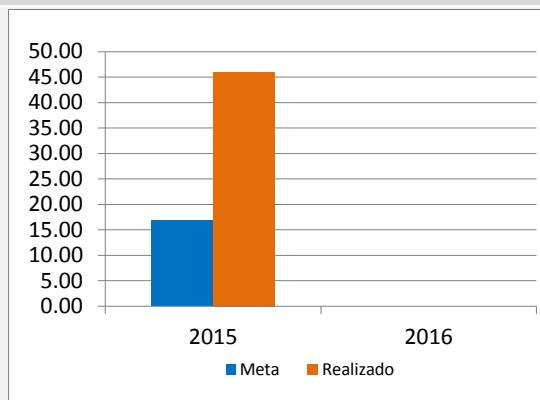
O ensino à distancia é uma realidade nos dias atuais, entretanto, muitos servidores da SR ainda resistem a essa modalidade de aprendizagem, devendo a mesma ser reforçada pelas chefias em CDR's (Comitê de Decisões Regional) e juntos aos servidores para que a meta 2016 seja melhor atingida e superada.

Diante do exposto, a meta prevista foi superada com recursos moderados e estima-se que as promoções de eventos internos cresçam, como também as parcerias com as escolas de governo e ensino à distancia bem como os cursos “*in company*”, que está sendo oferecido pela área de capacitação da Sede.

Indicadores relacionados

Índice de abrangência de capacitação

Gráfico

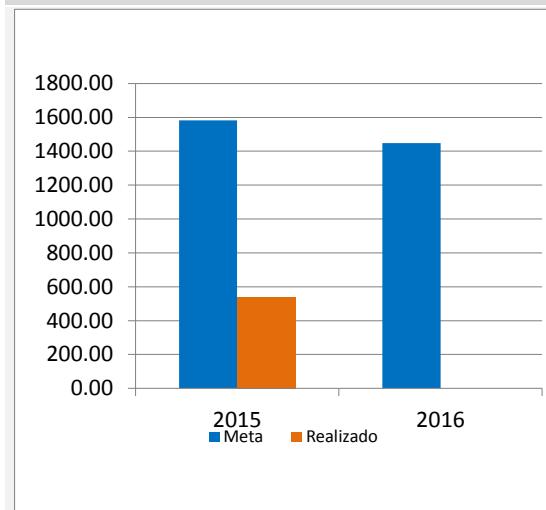


Análise

A meta prevista foi superada devido aos esforços tanto da superintendência quanto da Sede. Espera-se que a promoção de evento internos cresçam, como também as parcerias com as escolas de governo e ensino à distância, possibilitando um alcance ainda maior de capacitação de servidores a custos cada vez mais reduzidos.

Índice de horas de capacitação

Gráfico



Análise

Não existe no âmbito do INCRA o estabelecimento de meta a ser alcançada em relação à quantidade de horas de treinamentos a serem ofertados. A meta ilustrada no gráfico, foi estabelecida utilizando a média dos últimos 03 (três) anos, onde tivermos servidores realizando mestrados, o que elevou a média. Em 2015, foram 611,5 horas realizadas de capacitação.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Não houve Acórdãos destinados à Superintendência do Rio de Janeiro no ano de 2015.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 21 - Recomendações da CGU

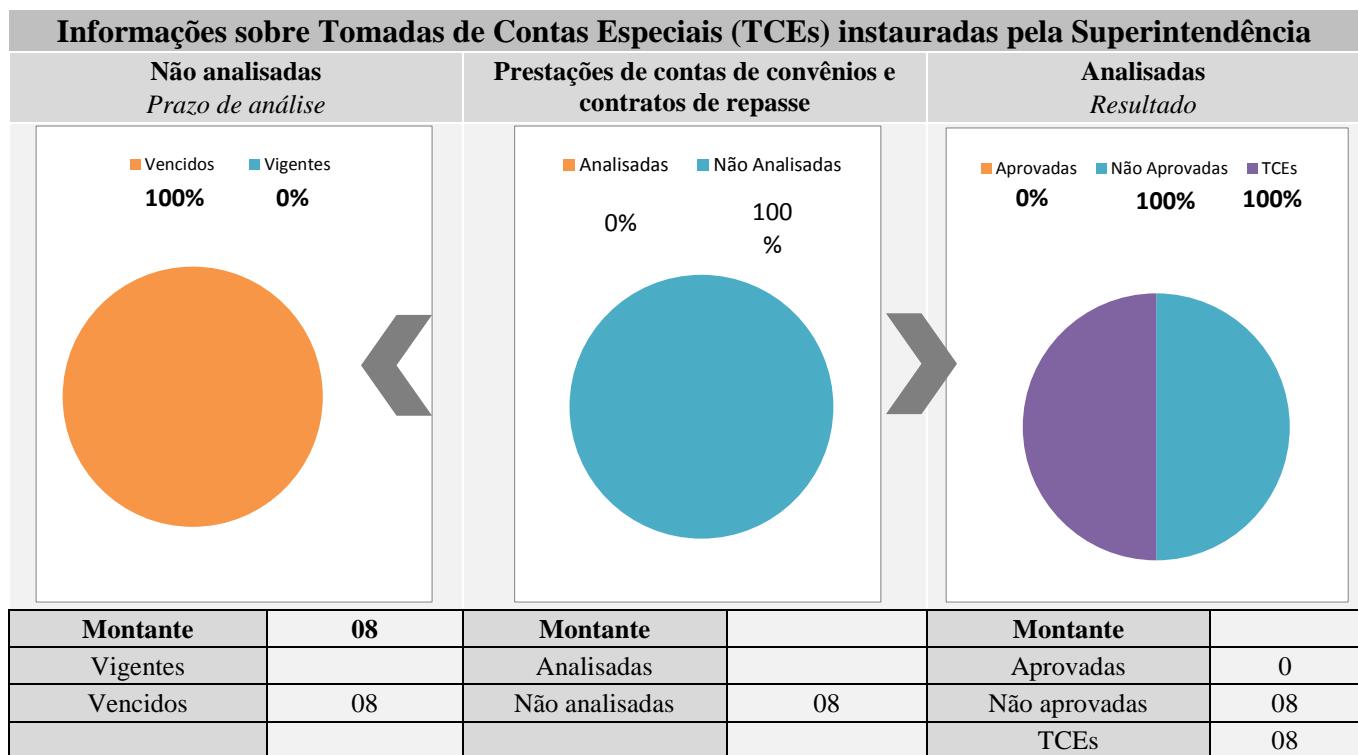
Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU 201109243	39204	Mantenha seus processos organizados, numerados e com todos os documentos necessários, de modo a resguardar a transparência dos atos e fatos, bem como propiciar as condições necessárias aos controles administrativos.	A Divisão de Administração em conjunto com as unidades organizacionais desta Superintendência Regional, vem realizando dia a dia, desde o exercício de 2014, sistematicamente, varredura nos processos administrativos, relacionando, detectando e solucionando possíveis falhas nos autos processuais, bem como procedendo a inserção de numeração. Cabe acrescentar que, foi indicado servidor da casa para participar de treinamento / capacitação / curso de instrução processual que estava previsto para o início do exercício de 2015, o que não ocorreu até a presente, data em decorrência da falta de recursos orçamentário / financeiro. Pretendemos oferecer o curso no primeiro semestre de 2016.
Relatório CGU 201305961	58693	Concluir todas as prestações de contas de CPGF, inserindo documentos tais com: solicitações de aquisição/contratações de serviços, justificativa para cada ato de saque, GRU com devolução de valores sacados acima da despesa, aprovação do ordenador de despesa da prestação de contas, documentos comprobatórios originais da aquisição do material ou do serviço contratado organizados por elemento de despesa e ordenados por data de emissão atestados pelo demandante da despesa, numeração contínua das páginas e faturas fornecidas pela instituição operadora do Cartão.	O contador da Superintendência foi capacitado por servidores do INCRA da Superintendência de Tocantins sobre o uso, controle e prestação de contas do CPGF no primeiro semestre de 2015. A medida que os processos são localizados, são enviados à contabilidade para análise. Solicitamos o prazo de 180 dias para conclusão de todas as prestações de contas.

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU 201109243	65219	Execute as multas definidas na cláusula nona e a responsabilização civil e penal contidas na cláusula décima, parágrafo segundo do contrato nº 6000/2008 para a primeira contratada e o mesmo valendo para a segunda contratada com relação ao contrato nº 7000/2009.	No que diz respeito ao contrato nº 6.000/2008 firmado com a empresa TECNOPAV, a mesma encontra-se em local incerto e não sabido. Face o exposto, foi solicitado saldo de conta junto a Caixa Econômica Federal – CEF, e posteriormente será requerido a inversão em favor da Autarquia. Os autos foram encaminhados no mês em curso para a Procuradoria Federal Especializada – PFE, para a proposição de cobrança judicial. Quanto ao contrato sob o nº 7.000/2009 firmado com a empresa PFMP Construtora LTDA., a mesma foi notificada e advertida sobre a aplicação de multa, conforme cláusula contratual sendo apresentado recurso pela referida empresa que está sendo analisado pelo PFE/RJ para proposição de ajuizamento da ação judicial, sem prejuízo da inscrição na Dívida Ativa da União, CADIN e SICAF, além do Portal Transparência.
Relatório CGU 20150381	143830	Implementar rotinas que evitem a desorganização/falhas nos procedimentos inerentes aos registros no Sistema CGU-PAD.	Foi criado Grupo de Trabalho para implementar rotinas que evitem a desorganização/falhas nos procedimentos inerentes aos registros no Sistema CGU-PAD, através da Portaria nº 21 de 15/10/2015. Ficou estabelecido que todos os processos de Sindicância desta regional, formalizado a partir desta data, deverá ser encaminhado ao Planejamento para registro no Sispad e CGU-PAD, bem como após as demais movimentações dos autos, estes deverão retornar ao Planejamento para atualização de registro. A Portaria é o Anexo 1, deste PPP. Solicitamos prazo de 180 dias para que todos os processos desta superintendência estejam inseridos nos dois sistemas.
Relatório CGU 20150381	143831	Rever os procedimentos internos referentes a todas as fases da execução dos convênios, bem como da conclusão dos ajustes, de modo que a Superintendência detenha as informações precisas sobre os convênios e sobre os respectivos processos de instauração de Tomadas de Contas Especiais.	O treinamento de análise de prestação de contas de convênios não foi realizado por falta de recursos e pela greve. Está sendo providenciado a realização do mesmo com a normalização das atividades do Órgão, se possível ainda este ano. Ainda não há uma sala equipada para a análise de prestações de contas e convênios, uma vez que há uma indefinição com relação à mudança ou não de Sede e pouco espaço disponível no prédio alugado, o que dificulta o trabalho que necessita de silêncio e concentração. Com relação às TCE, uma equipe foi designada para procurar os processos de TCE ainda não localizados e posteriormente enviá-los à Comissão permanente de TCE para que sejam novamente instruídos e encaminhados à Auditoria Interna para providências. Os processos já localizados estão de posse da Comissão permanente de TCE e as novas instruções estão sendo feitas. Solicitamos um prazo de 180 dias para poder finalizar as análises de convênios e de TCEs.

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU 201503811	143832	Implementar rotinas que evitem falhas nos procedimentos inerentes aos registros no Sistema SISAC.	Posicionamento da CGU em 06/11/2015: Atendimento
Relatório CGU 201503811	143833	Implementar rotinas que evitem falhas nos procedimentos inerentes à tempestividade dos registros no Sistema SISAC.	Posicionamento da CGU em 06/11/2015: Atendimento

Fonte: Planejamento e Controle SR(07)RJ

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário



Análise.

A SR dispõe de 12 convênios. Destes 05 estão em inadimplência efetiva, e 07 com inadimplência suspensa, sendo que 08 estão com TCE deflagrada. Não houve necessidade de abertura de TCE no exercício de 2015, pois a SR não faz convênios desde 2009..

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os contratos firmados por esta Superintendência Regional do Rio de Janeiro são originários de procedimentos licitatórios, nas modalidades de pregão eletrônico, dispensa e inexigibilidade de licitação, utilizando os valores em moeda nacional, obedecendo à ordem cronológica para liquidação das despesas, suas exigências na formalização dos empenhos e consequentemente a liquidação das despesas, tudo em conformidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.666 / 1993. Considerando as restrições financeiras por parte do governo federal durante o exercício de 2015, o cronograma para cumprimento das obrigações de pagamento, conforme legislação, ficou comprometido.

No que diz respeito ao cumprimento fiel nas datas de vencimento das faturas relativas aos contratos firmados pela Superintendência Regional do Rio de Janeiro, ocorreram atrasos significativos, não acarretando, entretanto, qualquer tipo de correção e/ou multas sobre os valores pactuados/faturados entre esta SR/07 – RJ e seus fornecedores. Mesmo em atraso, as despesas foram pagas mediante liberação dos recursos orçamentários e financeiros provenientes da sede, em Brasília/DF, conforme a ordem, disponibilidade e classificação da despesa via sistema SIAFI.

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
4	Informação e comunicação					

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados					Valores
	1	2	3	4	5
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X
5	Monitoramento				
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
Legenda dos valores					
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.				
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.				
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.				
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.				

Através de reunião com os gestores foi elaborado o quadro. Não houve muitas alterações quanto ao resultado do ano anterior porque não houve implantação de novos controles.

Quanto a avaliação de risco, ainda não está implantada, espera-se a orientação sobre a política de avaliação de risco pela Sede. Porém, entende-se que essa avaliação, de alguma forma, mesmo não sistematizada é realizada.

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Serviço A					
Serviço B					
Serviço C					
Serviço D					
Serviço E					
...					

Esta informação resta prejudicada em virtude da fragilidade dos sistemas utilizados pelo Incra quando trata-se deste assunto, atendimento ao público externo.

Com relação ao atendimento ao público externo, existem dois sistemas atualmente em uso pela Superintendência Regional, Sistema de Protocolo – SISPROT e Sistema de Documentos – SISDOC, que lidam com o cadastramento e trâmite de processos e cadastramento e trâmite de documentos, respectivamente que, em tese, poderiam gerar informações sobre alguns atendimentos realizados, porém não possuem relatórios que possam subsidiar o preenchimento desse item com o nível de detalhamento solicitado. Estudos estão sendo feitos no sentido de substituí-los tendo em vista utilizarem tecnologia obsoleta que inviabiliza a manutenção evolutiva dos mesmos. Outros atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária – Sipra e Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Sigef.

Em abril de 2014 a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Do Sistema de Sala da Cidadania Digital e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), foram extraídas pela Diretoria de Gestão Estratégia as seguintes informações:

Por problemas técnicos no Sistema de Sala da Cidadania Digital só foi possível extrair dados do Pronaf conforme segue:

Dividas do PRONAF liquidadas em 2015 através da Sala da Cidadania:

Beneficiários com PRONAF liquidado em 2015 - Sala da Cidadania

SR	Total de operações
SR 07 -RJ	79
Total Geral	4.398

Fonte: Sala da Cidadania - DET x SIPRA.

Nota: Sem repetições da mesma operação para o mesmo beneficiário

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
RJ	57	5,21%	63

Fonte: e-SIC extraído em 23/2/2016 14:19:56

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.1

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)			
			2016
Meta	Realizado	Meta	
80,37	99,07	86,18	

Memória de cálculo: Índice 2015: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (4.336.939,26 - Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 30/06/2015.) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (4.377.795,00 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)			
			2016
Meta	Realizado	Meta	
80,00	114,97	107,75	

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (192 - Fonte: SNCI e SIGEF) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (167 - Fonte: SNCI e SIGEF) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de Regularização Fundiária (%)			
			2016
Meta	Realizado	Meta	
0,00	0,00	0,00	

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte: Divisão Fundiária) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte: Divisão Fundiária) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)			
			2016
Meta	Realizado	Meta	
5.149,70	0,00	2.663,85	

Memória de cálculo: Índice 2015: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: SIAFI) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: Siafi)
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo: Índice 2015: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano de metas do exercício (0 - Fonte: Caderno de Metas 2015) multiplicado por 100.
 Previsão/meta: Plano de metas (100%). Plano de metas 2016 ainda não publicado

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
3,33	92,86	34,29

Memória de cálculo: Índice 2015: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (39 - Fonte: SIR) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (42 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.
 Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo: Índice 2015: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: O INCRA não realiza esta pesquisa, sendo é impossível calcular o índice.) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (129 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.
 Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de provimento de PDA/PRA (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
44,48	45,45	46,97

Memória de cálculo: Índice 2015: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (25 - Fonte: ATES/SIPRA) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (55 - Fonte: ATES/SIPRA) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	1,55	0,00

Memória de cálculo: Índice: 2015: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (2 - Fonte: SIR) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (129 - Fonte: SIR) multiplicado por 100. Metas: 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Caderno de Metas 2015) dividido pela Meta de assentamento de famílias (180 - Fonte: Caderno de Metas 2015) multiplicado por 100. 2016: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ²
0	0	0

Memória de cálculo: Realizado 2015: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: sir) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR). Meta 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR), 2016: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado)

Índice de provimento de assistência técnica (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (0 - Fonte: SIR) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (129 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2015: Meta de famílias a serem atendidas com ATES (0) Fonte: Caderno de Metas 2015, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas (180) Fonte: Caderno de Metas 20152016: Meta de famílias a serem atendidas com ATES () Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ¹
	0,00	

Fonte/Metodologia de amostragem: O INCRA não realiza esta pesquisa, sendo é impossível calculá-lo.

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	3,19	0,00

Memória de cálculo: Realizado 2015: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (158 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (4949 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Meta 2015: Meta Supervisão (0 - Fonte: Caderno de Metas 2016) dividido pela Meta de famílias assentadas (5129 - Fonte: Caderno de Metas 2016 SIPRA) multiplicado por 100. 2016: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (4949 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
37,22	36,80	37,03

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (1549 - Fonte: SIPRA) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (4209 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ²
16,81	46,02	0,00

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (52 - Fonte: Leitura de Execução de 05-02-16 do SIR) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (113 - Fonte: RH da Superintendência Regional) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2015: Meta capacitação (19) Fonte: Caderno de Metas - Revisão de Nov-2015, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (113) Fonte: RH da Superintendência Regional2016: Meta capacitação (0) Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (113) Fonte: RH da SR.

Índice de horas de capacitação (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
1581,35	541,15	1448,56

Memória de cálculo: Índice 2015: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (612 - Fonte: SIR - 2015) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (113 - Fonte: RH da SR)

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

Quadro 22 - Acompanhamento do Protocolo e Emissão do Cadastro Rural – CAR do perímetro do PA's

Quadro: ACOMPANHAMENTO DO PROTOCOLO E EMISSÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR DO PERÍMETRO DO ASSENTAMENTO

CÓDIGO DO SIPRA	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	EMPRESA RESPONSÁVEL PELO TRABALHO *	DATA DE REQUERIMENTO DO CAR (dd/mm/aaaa)	Nº DO REQUERIMENTO GERADO NO SISTEMA = RECIBO
RL0015000	PA SANTO INÁCIO	TRAJANO DE MORAES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305901-31B30549758F41ECBBA8024D7792F70
RJ0017000	PA ALPINA	TERESÓPOLIS	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305802-4E28B87E4DEF462586D5574C91CB2A11
RJ0018000	PA CANTAGALO	RIO DAS OSTRAS	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3304524-14D5C70E4D11482F90A62269A3474E06
RJ0020000	PA MORRO GRANDE	DUQUE DE CAXIAS	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301702-567CC7EC248B48B3926BBE8A9039AE28
RJ0024000	PA TIPIY	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3304755-717B1C627D514492A0A6077B61D2ED1A
RJ0025000	PA REMANESCENTES CAMPOS NOVOS	CABO FRIO	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3300704-7CBBC54F53D4483A80ACFA7BFAECA33D
RJ0028000	PA TAQUARI	PARATI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3303807-E72671B40A50433F96F2A2D9A5933D4E
RJ0029000	PA CAMBUCAES	SILVA JARDIM	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305604-82172358183B4AC385F73CE56A1D713A
RJ0030000	PA BARRA GRANDE	PARATI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3303807-E107794C79344DA792CF9924BE21E50
RJ0032000	PA CAPELINHA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301405-32520EE811A34B2BA9E470D06812EF5
RJ0033000	PA FAZENDA DO SALTO	BARRA MANSA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3300407-19E15EDB6EBC4EE4844896F3F3A63963
RJ0034000	PA ZUMBI DOS PALMARES	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-A988FA0D9EB64DA9A8F14523F664CB0B
RJ0037000	PA VISCONDE	CASIMIRO DE ABREU	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301306-8551A5FC8C6C4550A5116E4AFF248811
RJ0038000	PA BEM-DIZIA	MACAÉ	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3302403-61C3647E6724475D8E264462B1F3C1C6
RJ0054000	PA SEBASTIÃO LAN	SILVA JARDIM	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305604-0561AA2FBA7F48EFA9261AEE7D8CD02
RJ0055000	PA CHE GUEVARA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-48D4FE18870A440F940840E9F9BBBA216
RJ0058000	PA ANTONIO DE FARIA'S	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-9224E9A34F0C4001B22D43EDDA2AF5B9
RJ0059000	PA ILHA GRANDE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-546F5B520B7542DF9D59318B4F465B8B
RJ0004221	PA TERRA CONQUISTADA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-7068FCA960FB499F8BE67A6D051D8DA2
RJ0004224	PA DANDARA DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-5073D1BC26024B9B93F0BCBE8AD4217A
RJ0004225	PA SANTO AMARO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-B85E0DC360404CED8A2AA934D4DCF8D5
RJ0004234	PA ADEMAR MOREIA	SÃO PEDRO DA ALDEIA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305208-1335E345142948CC8D8F2B2C9FB870DF
RJ0004237	PA VIDA NOVA	BARRA DO PIRAI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3300308-442D0658281B4E8ABE922E2EDB9FCB97
RJ0004238	PA FLORESTA DE BELÉM	ITAPERUNA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3302205-761E112BB83A4A2081F13CAFBB5370D1
RJ0004240	PA ZÉ PUREZA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301405-8E7206C3FED44123BECC061EB540D7D9
RJ0004241	PA TERRA DA PAZ	PIRAI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3304003-51887078A0E1484DAB2DEB38521C6791
RJ0004244	PA ROSELI NUNES	PIRAI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3304003-59353787CE6242118C0BE9304FEB3679
RJ0004248	PA OZIEL ALVES I	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-898DABCBD304BA3A51555E6D03CCCE
RJ0004252	PA JOSUÉ DE CASTRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-54C2F54C58754E5AA03307C8C22AC0C2
RJ0004258	PA UNIÃO TERRA E TRABALHO	ITAGUAI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3302007-45659B7B48674A249B06DC3F1C49EAA08
RJ0004235	PA 25 DE MARÇO	CARAPEBUS	U.F.LAVRAS	15/06/2015	RJ-3300936-4261B4AE1B0E4B51A53AFBA48141F7BC
RJ0062000	PA SÃO FIDÉLIS	SÃO FIDELIS	U.F.LAVRAS	22/06/2015	RJ-3304805-C210844B9C734146B8EBF6AAD40F61E9
RJ0004219	PA PREFEITO CELSO DANIEL	CARAPEBUS	U.F.LAVRAS	22/06/2015	RJ-3300936-8C2E268F06774A97A4468298D37FA370
RJ0004233	PAZ NA TERRA	CARDOSO MOREIRA	U.F.LAVRAS	22/06/2015	RJ-3301157-9F6053Aff34A4C6469442CA1546A88
RJ0004245	PA FRANCISCO JULIÃO	CARDOSO MOREIRA	U.F.LAVRAS	22/06/2015	RJ-3301157-4AD6372DB214497BB38C3632025FFF45

Fonte: Divisão de Obtenção

1- APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão 2015 individual do INCRA no Rio de Janeiro, em conformidade com o disposto na Decisão Normativa TCU Nº 63 de 01/09/2010, Parte C da Decisão Normativa TCU nº 146 de 30/09/2015, da Portaria TCU nº 147/2015 e das demais orientações do Órgão de Controle Interno.

Além disso, devido ao seu caráter público objetiva dar conhecimento aos cidadãos sobre as ações empreendidas pela Superintendência Regional do Incra no estado do Rio de Janeiro durante o exercício de 2015 e as projeções para o exercício subsequente.

Em 2015, o INCRA-RJ estabeleceu muitas parcerias e conquistas importantes no campo da regularização de terras quilombolas e na reforma agrária. Foram firmados acordos estratégicos e assumidos compromissos com instituições de renome, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist/UFRJ), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em Janeiro, a rede de Salas da Cidadania existente foi ampliada pela inauguração em janeiro, da sala no município de **Campos dos Goytacazes**, e através da parceria firmada com a **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural** (Emater/Rio) para implantar salas de atendimento ao público, em seus escritórios. As Salas da Cidadania possibilitam ao cidadão ter acesso aos diversos serviços da Autarquia, sem a necessidade de deslocamento à capital fluminense.

Em maio, o Incra/RJ e o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** firmaram parceria, tendo como base quatro temas específicos: apoio técnico para planejamento territorial, elaboração de um atlas, a integração de bases territoriais e a incorporação de novos temas (troca de informações entre os dois órgãos).

Em junho, o Incra e o **Governo do Estado do Rio de Janeiro** firmaram acordo de cooperação visando ao desenvolvimento de uma agenda conjunta, em benefício dos públicos das políticas do Incra. Entre as ações planejadas está a regularização fundiária e a destinação adequada dos imóveis urbanos e rurais que compõem a Fazenda Nacional de Santa Cruz, nos quais vivem cerca de 1,5 milhão de pessoas. A área de Fazenda é formada por cerca de 80,6 mil hectares, que abrangem os bairros de Santa Cruz e Sepetiba, na cidade do Rio de Janeiro, e os municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Piraí e Rio Claro.

Em julho, se formalizou a parceria entre o Incra e a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, da **Universidade Federal do Rio de Janeiro** (RedeSist/UFRJ). A equipe da RedeSist se comprometeu a propor uma metodologia específica para o desenvolvimento do Incra para os próximos 10 anos. O plano de trabalho da cooperação entre as duas instituições foi coordenado, em 2015, pelas superintendências regionais do Incra no Rio de Janeiro e no Ceará. Em agosto, foi realizado em Fortaleza (CE), um seminário nacional do Incra, onde foram esmiuçadas as estratégias da cooperação, as atividades que serão desenvolvidas e os produtos que serão gerados no decorrer dessa parceria.

Entre as parcerias estabelecidas ao longo de 2015, destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica entre o Incra e a **Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**, firmado em outubro, com o objetivo de incentivar a produção de plantas medicinais e fitoterápicas nos assentamentos e de incentivar o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias voltadas para o uso sustentável da

biodiversidade. Entre as medidas previstas no acordo, estão o aumento da produção de plantas medicinais e fitoterápicas, a estruturação de arranjos produtivos - para aumentar a geração de empregos, e a implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara).

No âmbito da regularização fundiária de territórios quilombolas, a grande conquista da superintendência foi a titulação, em outubro, da **comunidade quilombola da Ilha de Marambaia**, localizada no município de Mangaratiba. As 124 famílias quilombolas receberam o título definitivo de suas terras, assegurando o domínio coletivo de 52,99 hectares.

Em junho, foi publicado o decreto presidencial do território da **comunidade quilombola de Cabral**, localizado no município de Paraty, com 512 hectares que reúne 43 famílias e está situado em uma região que concentra o maior número de remanescentes de Mata Atlântica do estado.

Entre as conquistas realizadas pela divisão de Obtenção de Terras, destaca-se a imissão na posse, em maio, da fazenda Ribanda e Anexo Sítio Rio Bandar, situada no município de Paracambi, região metropolitana do Rio de Janeiro. O imóvel possui 460 hectares e capacidade para 20 famílias de trabalhadores rurais. Este será o primeiro projeto de assentamento na modalidade Casulo implantado no RJ. Desenvolvido em parceria com o poder público municipal, mediante acordo de cooperação técnica, esse tipo de assentamento é indicado para áreas localizadas no entorno de núcleos urbanos. A aplicação de políticas públicas ocorre por meio dessa cooperação entre agentes públicos proporcionando trabalho, renda e segurança alimentar para os assentados.

No campo da educação do público da reforma agrária e do desenvolvimento de assentamentos, o Incra assinou, em maio, um contrato de Cessão de Uso, junto à prefeitura de Rio das Ostras, de uma área 1.570m² no Projeto de Assentamento Cantagalo. O documento autoriza a prefeitura a construir uma creche na localidade, atendendo a cerca de 120 crianças de até 3 anos de idade.

No âmbito da educação do campo, em março, foram iniciadas duas turmas de Residências através do TED nº 19 com o CNPQ: a) Residência Jovem, com a Fiocruz/CNPq com 37 alunos, b) Residência Agrária, com a UFRRJ/CNPq, com 36 alunos. Em julho/15, formaram duas turmas de 50 alunos cada, resultado do TED nº 26/CNPq. E em dezembro, 20 alunos concluíram o curso de Serviço Social oferecido pela UFRJ, iniciado em 24/02/2011, restando 34 alunos para formar em Julho/16.

As principais dificuldades encontradas para execução dos objetivos e metas propostas para o ano de 2015 foram:

- O corpo funcional aquém das reais necessidades da Superintendência Regional;
- As dificuldades junto ao poder judiciário para obter imissão na posse nas ações de desapropriação;
- Redução do quadro da Procuradoria Federal Especializada junto a esta SR;
- E as constantes redefinições de planejamento ocorridas em âmbito nacional.
- Corte orçamentário de acordo com a Portaria 383 de 28/07/2015 e posteriores ajustes decorrentes da Portaria nº651, de 25 de novembro de 2015;

Os itens relativos às Superintendências das regiões Norte e Nordeste, assim como para os itens ligados à Superintendência Regional localizadas em área de fronteira internacional, foram mantidos no texto, contendo apenas a informação “não se aplica”, pois estamos localizados na região Sudeste.

2- VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.1- Identificação da unidade

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação

Poder: Executivo

Órgão de vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Código SIORG: 17125

Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

Natureza jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo

CNPJ: 00375972/0009-18

Principal atividade: Administração Pública em Geral

Código CNAE: 84.11-6-00

Código SIORG: 1799

Código LOA: 49201

Código SIAFI: 373062

Contatos

Telefones/fax: 21 2224-6363 / 21 2224-3647

Endereço postal: Rua da Conceição, 69, CEP: 20051-011, Rio de Janeiro – RJ.

Endereço eletrônico: canalrh.rj@rjo.incri.gov.br, cidadania_rj@rjo.incri.gov.br

Página na internet: <http://www.incri.gov.br>

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código Siafi	Nome
Não se aplica	

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código Siafi	Nome
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
373062	37201

3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Planejamento e resultados alcançados

As metas fixadas para o exercício alinham-se aos objetivos estratégicos pactuados no Caderno de Metas elaborado e aprovado pela Portaria nº383, de julho de 2015, alterado através da Portaria nº651, de 25 de novembro. Foi elaborado um plano de ação por cada Divisão da Superintendência, obedecendo ao orçamento disponibilizado pela Sede.

Todos os Programas e suas correspondentes ações constantes no plano estratégico de atuação da Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro SR(07), têm vinculação direta e estão previstos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, bem como são de estrita competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a sua operacionalização.

De posse do estabelecimento das metas e distribuição dos limites orçamentários, a Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro SR(07)/RJ promoveu reunião inicial com seus dirigentes visando conhecer, estudar, opinar, discutir a demanda dos trabalhos a serem executados, em suas especificidades e detalhes, para superar os desafios no intuito de atender ao Programa de Governo: “Política de desenvolvimento agrário, de combate à pobreza extrema e de aceleração do crescimento”.

Em virtude do atraso na definição do Caderno de Metas, a execução das ações atenderam os critérios de prioridades, tais como, exigências dos Órgãos de Controle – MPF –TCU, etc., bem como, situações emergenciais originadas em campo.

A Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro SR(07)/RJ possui considerável capilaridade de ações, com isso, os fatores que interferiram no alcance das metas, os reflexos e limitações de orçamento e movimentação financeira que ocorreram, em cada uma delas, serão detalhados ao longo do presente relatório.

3.1.1- Nome do objetivo estratégico

i. Descrição

A seguir apresentamos em quadros as informações referentes ao planejamento e resultados alcançados através dos 06 (seis) objetivos estratégicos finalísticos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no âmbito da Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro SR(07)/RJ

Quadro 2 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 1

Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	472	189
Número de famílias atendidas com assistência técnica	0	0
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	180	150
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	0	0
Número de créditos instalação supervisionados	0	2

Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
a) Descrição		
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	1	5
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	0	0
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	0	35
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	54	54
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	173	173
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	0	0
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
O Objetivo 01 engloba atividades de desenvolvimento dos projetos de assentamento e regularidade ambiental. A meta da ação Pronera é dividida em alunos com formação iniciada (73) e formação concluída (100). As duas metas foram alcançadas. No Terra Sol, foram atendidas 150 pessoas na Feira e Exposição de Produtos da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro.		
Em se tratando da regularidade ambiental, a SR cumpriu as metas estabelecidas. As ações ambientais têm sido tratadas também por meio da busca de parcerias com instituições públicas, dentre as quais as universidades, a EMBRAPA-Agrobiologia e o Instituto de Florestas. Assim, estabeleceu-se um calendário de reuniões com essas instituições visando à elaboração e execução de Planos de Desenvolvimento / Planos de Utilização dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável Sebastião Lan II e Osvaldo de Oliveira.		
Por outro lado, segundo informações de algumas associações de assentados, ações de recuperação ambiental vêm sendo implantadas em projetos de assentamentos pelo Programa RIORURAL do Governo do Estado, sem o devido acompanhamento do INCRA. Nesse sentido, traçou-se a estratégia de interagir com a EMATER-RJ na busca de uma parceria institucional no âmbito do Programa RIORURAL, de recuperação de áreas de preservação permanente, com a finalidade de participar no planejamento, execução e monitoramento de tais ações, relacionadas aos assentamentos do INCRA.		
Ainda em relação à questão ambiental, as alterações legais nos procedimentos de licenciamento e regularização ambiental de assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, ainda suscitam dúvidas, que precisam ser dirimidas pelo órgão ambiental estadual – INEA, quer seja de interpretação da Lei 12.651/2012, alterada pela Lei 12.727/2012 (principalmente quanto à questão da Reserva Legal de projetos criados antes de 2008), quer seja quanto ao uso de legislação estadual específica. Adotou-se, pois, como estratégia de trabalho uma maior interação com o órgão ambiental estadual – INEA, para o aprofundando das relações de Cooperação Técnica na execução do CAR e na busca de entendimentos formais quanto à questão do licenciamento ambiental de assentamentos.		
Em prosseguimento aos trabalhos realizados, programou-se para o ano de 2016 a solicitação através de requerimento do CAR de dois Projetos de Assentamento criados em 2015: PA Irmã Dorothy e PCA Terra.		
As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso do Desenvolvimento e seus itens.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Conseguimos alcançar e superar as metas estabelecidas, com exceção da ação de concessão de crédito. Esta sofreu com o contingenciamento de recursos e as consequentes dificuldades operacionais. Após anos seguidos da realização da “Feira e Exposição de Produtos da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro”, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro incluiu a feira no seu calendário oficial, abrindo um espaço permanente para a comercialização dos produtos da Reforma Agrária no Estado.	Formar os alunos que tiveram seus cursos iniciados em 2015. Aumentar a capacidade de concessão de crédito para os assentados. Com relação a ação de ATES e de Infraestrutura, não há previsão de atendimento por força de limitação orçamentária para estas ações. Elaboração e Execução Planos de Desenvolvimento/Planos de Utilização do PDS Sebastião Lan II e do PDS Osvaldo de Oliveira, juntamente com as instituições parceiras; Formatar banco de dados e informações, além de ampliar as ações relativas ao Programa RIORURAL em Projetos de Assentamentos; Requerer CAR de 02 projetos de assentamento criados em 2015: PA Irmã Dorothy e PCA Terra. Requerer CAR de novos Projetos e o Licenciamento Ambiental de atividades e infraestruras, com sujeição.	Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 3 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 2

Objetivo Estratégico 02: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	4.405	6.266
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	0	0
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Meta da Sede	Meta da Sede
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	7	0
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	0	0
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento.	23	38
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Não se aplica	Não se aplica
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 02 representa atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, condições prévias a documentação das parcelas em projetos de assentamentos. Das 09 (nove) atividades que englobam o Objetivo 02 somente 03(três) apresentam metas estabelecidas e destas duas com resultados alcançados. A meta de atualizações cadastrais foi superada assim como a de imóveis rurais com fiscalização cadastral realizadas. Esses objetivos foram alcançados devido a expansão das UMCs nos municípios. As interfaces criadas na página do Incra, permitiram o acesso de qualquer ponto do Brasil, evitando os deslocamentos às sedes das superintendências nos estados, facilitando e aumentando os atendimentos. As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso do Ornamento Fundiário e seus itens.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Com alinhamento do Planejamento Estratégico e a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2015, consideramos que com os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 2 teve avanços quanto a atualização cadastral realizada no SNCR, e na Titulação, Concessão e destinação de imóveis rurais nos PA's. Nas demais atividades, as limitações de orçamento, o contingenciamento, a demora na aprovação de normativas, impactaram negativamente no atendimento pleno do Objetivo. Destaque-se, que a Superintendência Regional não pactuou meta de Georreferenciamento para o exercício, a julgar que a responsabilidade do INCRA, de acordo com a legislação vigente, se dá em imóveis particulares de até 4 (quatro) módulos fiscais e até então esta autarquia não foi procurada por prefeituras com o intuito de promover tal ação.	Continuidade dos trabalhos de expansão e treinamento das UMCs até atingirmos todos os municípios do RJ. Finalização da higienização do acervo da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC), o que permitirá o início das regularizações fundiárias dos municípios englobados pela FNSC.	Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 4 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 3

Objetivo Estratégico 03: Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	4.267,0000	1.174,9500
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	2	2
Número de famílias assentadas	180	129
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionada (laudo entregue)	0	158

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 03 engloba atividades prévias à criação dos projetos de assentamento e supervisão de projetos de assentamento que resultam no acompanhamento efetivo das parcelas, regularidade da família assentada ou a retomada do lote irregularmente ocupado. As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso específico e seus itens.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA) (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Com alinhamento do Planejamento Estratégico na construção dos indicadores do Caderno de Metas 2015, os resultados obtidos nestes indicadores descritos no item "a", o Objetivo 3 não tiveram avanços significativos, apenas na ação de Supervisão Ocupacional teve resultado positivo, o que possibilitou a SR atingir 71,66% da meta de famílias assentadas. Impactaram negativamente no atendimento pleno do objetivo, o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, que impediram o Governo Federal, decretar áreas para criação de novos Projetos de Assentamentos.	<p>Concluir laudos de áreas vistoriadas em 2015, daqueles que forem possíveis.</p> <p>Realizar evento envolvendo os diversos atores para buscar soluções quanto à questão da obtenção de terras para reforma agrária no estado do Rio de Janeiro;</p> <p>Obter terras por meio da adjudicação e outras modalidades;</p> <p>Efetivar a reestruturação de supervisão ocupacional envolvendo as Divisões de Obtenção de Terras e de Desenvolvimento;</p> <p>Finalizar os Relatórios de Análises de Mercado de Terras (RAMTs) e utilizá-los para os fins a que se propõe;</p> <p>Assentar famílias e buscar meios para dotá-las de condições para o seu desenvolvimento.</p>	<p>Os efeitos dos trabalhos desenvolvidos neste objetivo, sempre são de longo prazo. O exemplo, são as várias vistorias já realizadas que terão impactos na desapropriação e consequentemente na criação de novos PA's, possibilitando as famílias acampadas, acessarem a tão esperada terra.</p>

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 5 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 4

Objetivo Estratégico 04: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	0	0
Número de mulheres beneficiárias com ATER	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 04 representa a priorização da mulher em políticas públicas da reforma agrária. A ação de concessão de crédito passa por reformulações e a assistência técnica não foi prestada pela SR em 2015, o que impediu a aplicação do Fomento Mulher, como exige a norma.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
Não foi possível aplicar o Crédito Fomento Mulher, uma vez que segundo a norma, é necessário ter ATER para aplicação deste crédito.	Assim, que a SR tiver ATER, será aplicado o Fomento Mulher.	Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 6 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 5

Objetivo Estratégico 05: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu desenvolvimento.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	0	0
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	38,9320	52,9939
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	0	0
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	1	2
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	0	2
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	0	6
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	0	0

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 05 engloba as atividades a serem executadas em áreas de Comunidades remanescentes de quilombolas. A análise destes resultados está disposta neste relatório nos macroprocessos e seus itens

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante
A ação Quilombola trabalha seguindo as definições diretas da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária em Brasília. Os trabalhos realizados estão textualizados na análise do item 3.3.1 – subitem iii. Este objetivo apresenta avanços porque após muitos anos de trabalho a Superintendência teve 01 decreto publicado e 01 área com Portaria de reconhecimento publicada a área de 52,9939 ha de terras remanescentes de Quilombo Marambaia, no Estado do Rio de Janeiro. Bem como 06 títulos definitivos também em Marambaia.	Poderemos avançar para outras áreas reconhecidas que estão sendo preparadas em médio prazo, porém esta é uma ação que sofre interferência de muitos fatores – financeiros – jurídicos e políticos.	Esta ação é especificamente de longo prazo. Ainda que tracemos metas, estas não são executadas no prazo previsto, pois esta ação sofre influencia de fatores diversos. Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.

¹ Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

Quadro 7 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 6

Objetivo Estratégico 06: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para à sucessão rural.						
a) Descrição						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atividade</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de jovens assentados (até 29 anos)</td> <td>0</td> <td>26</td> </tr> </tbody> </table>	Atividade	Meta	Realizado	Número de jovens assentados (até 29 anos)	0	26
Atividade	Meta	Realizado				
Número de jovens assentados (até 29 anos)	0	26				
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação						
Foram realizados cadastros, indistintamente, de todas as pessoas que procuram a superintendência, além dos cadastramentos realizados nos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra e dos candidatos encontrados nos lotes, mas não há um trabalho específico para cadastrar menores de 30 anos. Mesmo assim, obedecendo a Portaria MDA nº06/2013 foram assentados 26 jovens menores de 29 anos.						
c) Resultados Estratégicos Previstos						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Curto prazo -2015</th> <th>Médio prazo 2019 (PPA)</th> <th>Longo Prazo – 2020 em diante</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Leva-se em consideração o previsto na Portaria MDA nº 06/2013 que determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos. Não há lançamento de meta, pois, não é possível prever, antecipadamente o número de jovens que desejam ser assentados.</td> <td>Dependente da demanda dos movimentos sociais e não há como prever, antecipadamente, o número de jovens que desejam ser assentados.</td> <td>Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.</td> </tr> </tbody> </table>	Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante	Leva-se em consideração o previsto na Portaria MDA nº 06/2013 que determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos. Não há lançamento de meta, pois, não é possível prever, antecipadamente o número de jovens que desejam ser assentados.	Dependente da demanda dos movimentos sociais e não há como prever, antecipadamente, o número de jovens que desejam ser assentados.	Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.
Curto prazo -2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo Prazo – 2020 em diante				
Leva-se em consideração o previsto na Portaria MDA nº 06/2013 que determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos. Não há lançamento de meta, pois, não é possível prever, antecipadamente o número de jovens que desejam ser assentados.	Dependente da demanda dos movimentos sociais e não há como prever, antecipadamente, o número de jovens que desejam ser assentados.	Não há Planejamento Estratégico Oficial que abranja tal período.				

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015/2ª Versão e Leitura do Caderno de Metas Executadas, 2015.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Tabela 1- Execução descentralizada com transferência de Recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes		Prestadas	Dentro do prazo	-
			Fora do prazo	-
Total de valores repassados		Não prestadas	Dentro do prazo	-
			Fora do prazo	-

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Conforme demonstrado nas tabelas abaixo, existem no âmbito desta superintendência, 07 convênios com inadimplência suspensa, 01 convênio que não teve prosseguimento e está sendo providenciado o ajuste no SICONV, e 05 convênios com inadimplência. Os convênios inadimplentes tiveram seus processos autuados. Diante disto, foi elaborada a Portaria 11/2015, de 09/06/2015, criando a Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especial – CPTCE, para dar prosseguimento às análises das prestações dos convênios abaixo relacionados. Desde 2009, esta Superintendência não firma convênios.

1. Convênios com Inadimplência Suspensa

Nº Convênio SIAFI	CNPJ Convenente	Convenente	Valor Convênio	Data Início	Data Final	Situação
702209	68342435/0001-58	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.	1.235.646,24	29/12/08	29/12/11	O convênio não teve prosseguimento. Está sendo ajustado no SICONV.
599590	28741098/0001-57	Município de Silva Jardim	365.548,54	13/11/07	08/12/08	Inadimplência Suspensa
467519	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	144.000,00	14/11/02	07/11/04	Inadimplência Suspensa
487059	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	151.801,00	11/12/03	27/07/04	Inadimplência Suspensa
487063	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	20.878,00	19/12/03	16/06/04	Inadimplência Suspensa
487056	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	91.000,00	11/12/03	07/06/04	Inadimplência Suspensa
401033	01606606/0001-38	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica Tecn. da UFRRJ	124.500,00	31/10/00	26/07/01	Inadimplência Suspensa
328928	40173726/0001-40	Inst. de Terras e Cartografia do Est. do RJ	127.025,00	20/11/97	01/09/98	Inadimplência Suspensa
		Total	R\$ 2.260.398,78			

2. Convênios na Inadimplência

Nº Convênio SIAFI	CNPJ Convenente	Convenente	Valor Convênio	Data Início	Data Final	Situação
487065	30144125/0001-56	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Est RJ	61.675,00	19/12/03	20/12/14	Inadimplente
487067	72223829/0001-64	União das Assoc. e Cooperat. Usuários do Pavilhão 30	10.237,00	16/12/03	16/07/04	Inadimplente
483374	30144125/0001-56	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Est RJ	150.145,00	07/10/03	08/04/04	Inadimplente
483373	01440209/0001-39	Cooperativa de trabalho em Serviços Técnicos Ltda - COP	128.945,00	07/10/03	08/04/04	Inadimplente
540817	3730622005020-00	Prefeitura de Conceição de Macabu	35.980,00	21/12/05	21/04/06	Inadimplente
		Total	R\$ 386.982,00			

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

A seguir, apresenta-se a Demonstração dos Resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da Superintendência Regional No Rio de Janeiro SR(07)/RJ

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	4.405	6.266	13.320,13	15.723,20	13.320,13	13.320,13	12.920,13	0
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	60.593,60	114.649,50	92.967,28	60.593,60	59.223,60	32.373,68
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	7	0	4.698,06	5.607,80	4.698,06	4.698,0	4.698,0	0
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0	0	0	0	0	0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	38,9320	52,9939	59.673,00	76.061,00	46.259,80	46.259,80	46.259,80	0
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI – Monitoramento

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar***Execução de restos a pagar**

Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	0	3.837,27	0	1.700,00	2.137,27
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	903.650,00	0	0	903.650,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	0	401,58	0	316,28	85,30
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	2.309,99	0	0	2.309,99
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	0	44.131,51	7.270,00	1.975,00	34.886,51
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0	0	0	0	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Análise

Com base no Regimento Interno, PPA-2012/15 e LOA/2015, cabem a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, coordenar e supervisionar a execução das atividades da Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural e da Ação 210U - Organização da Estrutura Fundiária, com seus planos orçamentários voltados a, Regularização Fundiária, Georreferenciamento da malha Fundiária Nacional – Cartografia, a Gestão de Terras Públicas e a Ação 210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas com seus planos orçamentários de Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas e Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

1. Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

O gerenciamento do cadastro rural, tem como finalidade auferir a qualidade e funcionalidade à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiros; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de Reforma Agrária. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos.

Para que se atinja a finalidade da Ação, ela tem de proporcionar os seguintes resultados concretos:

- a- Captação, análise e crítica dos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento *in loco* (vistoria de fiscalização);
- b- Inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da taxa de serviço cadastral e intercâmbio de informações entre INCRA e os Serviços Registras;
- c- Qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
- d- Fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
- e- Produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
- f- Geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
- g- Base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

As metas para 2015 foram estabelecidas com base na infra-estrutura e capacidade operacional da SR-07/RJ.

Descrição	Programado	Realizado
Expansão da Rede Nacional de Cadastro Rural – UMC	2	2
Renovação De Termo de Cooperação Técnica	7	17
Capacitação de Representantes Municipais – UMC's	55	54
Atualização Cadastral	4405	4736
Emissão de CCIR – SNCR/Web	-	13.041
Emissão de CCIR – Internet	-	28.425

Fonte: Leitura de Execução / Caderno de Metas 2015 – 1^a Revisão Nov/15

O resultado superou as expectativas, considerando a meta prevista, a contenção de gastos e as dificuldades com a liberação dos recursos financeiros quando solicitados pela SR. Não só cumprimos como superamos as metas. Conseguimos a expansão da rede (de UMC's) programada, renovamos um maior número de Termos de Cooperação Técnica com as Prefeituras Municipais e capacitamos representantes Municipais conforme previsto.

Uma análise crítica sobre o desenvolvimento das atividades inerentes ao Gerenciamento do Cadastro Rural expõe a fragilidade da infra-estrutura da Superintendência, quer seja pela quantidade, e pela precariedade de sua frota de veículos. Mas o grande vilão é sem dúvidas a liberação dos recursos financeiros pela Sede/BSB, que além de reduzir os valores programados, não liberou no tempo solicitado. Isto acarretou uma série de problemas, uma vez que os contatos e ações eram com outros Órgãos, cujos Prefeitos e Secretários Municipais não dispunham de datas para re-agendar novas reuniões com os técnicos do INCRA.

A estratégia para o próximo exercício será fortalecer a comunicação com as Prefeituras no segundo trimestre a fim de formatar um quadro da situação das diversas UMC's, bem como o interesse das Prefeituras na implantação de novas unidades. Esta fase não necessitará de recursos financeiros. Em seguida, de posse das informações colhidas junto as Prefeituras, estabeleceremos um cronograma físico financeiro com duas vertentes. Uma focará na expansão da rede de UMC's, com visita de técnicos àquelas Prefeituras que responderam positivamente ao contato inicial, a fim de buscar o engajamento dessas ao processo de ampliação das UMC's no estado. Na outra ponta a formatação de 3 Pólos de Treinamento e Supervisão no Estado. Esta seria uma forma de otimizar os recursos e tempos dos técnicos, promovendo ações junto aos representantes Municipais. Os Pólos seriam definidos estrategicamente no estado de modo a permitir a presença massiva dos UMC's daquelas regiões.

1.1 - Treinamento e Capacitação de UMC's

Em 2015, foi priorizada o treinamento do novo SNCR *on line* aos analistas de cadastro na Superintendência, também aos UMC's no estado. O primeiro passo foi à formalização de convites as Prefeituras Municipais através de ofício, onde foram prestados todos os esclarecimentos necessários, bem como enfatizada a importância desta ação para os detentores de imóveis rurais locais.

A segunda etapa somente foi possível ser efetivada de forma precária no primeiro trimestre, apesar do atraso na liberação dos recursos destinados a esta ação. Com todos os problemas de recursos e infra-estrutura da SR, conseguimos atingir e suplantar a meta, graças a dedicação e experiência dos técnicos da Divisão Fundiária.

Expandimos a rede de UMC's no Estado com a implantação de duas unidades, nos Municípios de Itaguaí e Japeri.

Através de contatos através da *Web* e visitas aos Municípios foi possível renovar 17 Termos de Cooperação Técnica habilitando o funcionamento de 17 unidades UMC's : Bom Jesus de Itabapoana, Cardoso Moreira, Carmo, Cordeiro, Italva, Macaé, Natividade, Magé, Nova Friburgo, Paraty, Paulo de Frontin, Quatis, Rio Claro, Santa Maria Madalena, Seropédica, Sumidouro e Varre-Sai.

Como parte da estratégia utilizada em 2014, avaliamos o desempenho das UMC's ao longo do exercício 2015 para definir o local onde seriam instalados os dois Pólos de Treinamento e Capacitação, um em Nova Friburgo, que foram treinados 23 UMC's outro em Barra do Piraí, forma treinados 7 UMC's. Na sede da Superintendência, foram treinados mais 17 UMC's.

1.2 – Aquisições de Terras por Estrangeiros

Em 2015, continuamos com a atualização e depuração do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, com foco na Aquisição de Imóvel rural por Estrangeiro. A nossa ênfase atual é sobre o grande número de imóveis registrados sem o devido respeito às regras fixadas pela Lei 5.709/71. Esta situação gera uma verdadeira indústria de vendas ilegais, com cumplicidade de corretores de imóveis e Cartórios, incrementada pela falta de providências da Corregedoria Geral, nestes casos.

Iniciamos os procedimentos nestes processos com apenas um servidor, que após análise e os devidos enquadramentos na legislação resultaram em comunicações aos adquirentes, a fim de que prestassem informações que comprovassem e atestassem a legalidade da compra. O resultado não foi muito promissor face da falta de atualização de endereços no SNCR, que ocasionou o retorno da grande maioria dos ofícios sem que o interessado houvesse tomado ciência de seu conteúdo. Sem alternativa para prosseguir, os processos foram arquivados e os códigos dos imóveis inibidos, seguindo orientação da Diretoria Fundiária/BSB.

Neste ano ocorreram apenas dois casos em que os Cartórios foram investigados por Núcleos da Procuradoria Geral da República e pela Corregedoria de Justiça do Rio de Janeiro. Por isso é importante insistir na visitação aos Cartórios e aos Núcleos das Corregedorias a fim de prestar esclarecimentos, orientações e responder a questionamentos.

Aproveitou-se o deslocamento de técnicos para o treinamento dos UMC's e inserimos mais um técnico na equipe para que este ficasse responsável pelo contato direto com os serviços Registrais para esclarecimento e orientações sobre os procedimentos legais para registro de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

1.3 – Fiscalização Cadastral

A Diretoria Fundiária no início de 2013 deflagrou o Plano de Ação 2013/2104, com objetivo de finalizar os processos de Fiscalização Cadastral referentes à Portaria 12/2006. Na Superintendência foram formalizados 32 processos, todos tendo como alvo as Usinas Cupim e Barcelos.

As formalidades legais foram adotadas e conduzimos os trabalhos conforme determina o Manual de Fiscalização. Todos os processos foram arquivados e reabertos, foram feitas várias notificações, por motivos diversos e nenhuma delas respondidas adequadamente.

Os problemas mais comuns nesta atividade estão relacionados à falta de interesse do proprietário em atender as notificações da Autarquia para que apresentem documentação de dominialidade e dados de produção e a impossibilidade de se identificar o destaque dos registros do patrimônio público.

A única estratégia utilizada é a inibição do código de imóvel, que não surte o efeito desejado. Os Serviços Registrais foram notificados para que nos enviem certidões referentes aos imóveis sob fiscalização.

1.4 – Fiscalização dos Cartórios

A Lei 10.267/2001 estabeleceu a comunicação efetiva do INCRA com os Serviços Registrais na troca de informações, uma vez que estes foram obrigados a informar mensalmente todas as alterações nos registros de transmissões de imóveis rurais. A informação obtida é processada e analisada por técnicos da Divisão Fundiária. Nos casos em que se detecta uma possível irregularidade, é feita imediata comunicação a Corregedoria Geral para que se proceda à investigação daquele Serviço Registral.

As irregularidades mais frequentes são as de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros, abaixo da fração mínima de parcelamento – FMP e parcelamento de imóveis com fins de formar condomínios.

Enfrentamos um grave problema que torna inócuas a atuação do INCRA nesta atividade. Quando detectado a irregularidade, formalizamos processo onde todos os procedimentos são seguidos, culminando com a comunicação a Corregedoria Geral. Esta, em vez de se posicionar com base na documentação apresentada pelo INCRA e na justificativa dos Serviços Registrais, encaminha a documentação ao INCRA novamente para ciência e manifestação sobre a resposta dos Serviços Registrais, estabelecendo um contraditório que não está prescrito nas normas. Também existe a posição da PFE que não atende ao pedido do INCRA para mover uma ação de anulação do Registro irregular, conforme preceitua as normativas.

A estratégia de ação resume-se em estreitar os contatos entre a PFE e a Corregedoria Geral, a fim de estabelecer um procedimento menos burocrático e mais eficaz para sanar os impasses narrados.

DESCRÍÇÃO DA ATIVIDADE	Nº PROCESSOS / OFÍCIOS
PROCESSOS FORMALIZADOS (Irregularidades)	11
OFÍCIOS EXPEDIDOS (Corregedoria Geral / MPF)	2
OFÍCIOS EXPEDIDOS P/ ATUALIZAÇÃO (Contribuinte)	405
OFÍCIOS EXPEDIDOS P/ ESTRANGEIRO (Contribuinte)	32
RECURSOS FINANCEIROS	0

1.5 – Resumo Geral da Movimentação de Processos

Abaixo transcrevemos o resumo dos processos que foram formalizados, analisados e concluídos pelos servidores da Divisão Fundiária no exercício 2014. Neste resumo estão todas as atividades desenvolvidas na Divisão: Informações oriundas do SNCR (solicitadas pelo MPF, Justiça do Trabalho, Órgãos Públicos e Entidades Privadas, Bancos, proprietários...), Cancelamentos de Cadastro no SNCR de imóveis rurais localizados em zona urbana por descaracterização e Imóvel Rural, Certificação, Aquisição por estrangeiro, Fiscalização Cadastral, regularização Fundiária, Dados Cartográficos e outros...

DESCRÍÇÃO	Nº PROCESSOS	MÉDIA ANALISE	PROC. ANALISADOS
CADASTRO / INFORMAÇÕES	115	4	460
CANCELAMENTOS SNCR	75	4	300
CARTOGRAFIA / PLANTAS E MEMORIAL	55	1	55
CERTIFICAÇÃO	157	2	314
AQUISIÇÃO DE IR POR ESTRANGEIRO	48	3	144
FISCALIZAÇÃO CADASTRAL	19	8	152
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	35	1	35
PARCELAMENTO DE SOLO	3	5	15
OUROS	5	1	5
TOTAL DE PROCESSOS FORMALIZADOS	512		
		TOTAL DE ANÁLISES	1480

Média Análise é quantas vezes o técnico se manifesta nos processos antes de seu arquivamento. Não está computado no quadro acima: os atendimentos dos encaminhamentos da Sala da Cidadania (478) e os documentos que foram respondidos sem a necessidade de formalização de processos (312).

O Serviço de Cartografia é responsável também, pela base de dados da superintendência, que contempla os projetos de assentamento e os imóveis rurais certificados no estado e pelo georreferenciamento de imóveis rurais abaixo de 4 (quatro) módulos fiscais, obrigação do INCRA de acordo com a lei 6015/73, que ainda não foi iniciada por ausência de normativo (previsto no decreto nº 4449/02) e também pela ausência de demanda. A obrigatoriedade deste trabalho para imóveis deste tamanho se iniciará somente em 2023 (para áreas que não são objeto de ações judiciais).

No estado do Rio de Janeiro o Serviço de Cartografia da superintendência do INCRA atua na análise de requerimentos de certificação de imóveis rurais de particulares, na demarcação topográfica dos PA's, no levantamento e/ou aprovação de medições de áreas objeto de cessão de uso em projetos de assentamento, no atendimento a demandas externas como solicitações de reconhecimento de limites e demandas judiciais ou ainda de outros órgãos das esferas federal, estadual ou municipal.

2. Ação 210U - Organização da Estrutura Fundiária, com seus planos orçamentários voltados a, Regularização Fundiária, Georreferenciamento da malha Fundiária Nacional – Cartografia e Gestão de Terras Públicas

Descrita no item *ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica*

3. Ação 210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas com seus planos orçamentários de Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas e Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Descrita no item *iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.*

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2015	
Processos protocolados	
Estoque inicial de processos protocolados até 2015	169
Processos protocolados em 2015	+0
Processos analisados em 2015	-0
Estoque final de processos protocolados em 2015	=0
Processos analisados	
Estoque inicial de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	0
Processos analisados em 2015	+ 0
Processos arquivados em 2015 (a)	- 0
Processos certificados em 2015 (b)	- 0
Estoque final de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	= 0
Processos concluídos	
Processos arquivados em 2015 (a)	+ 0
Processos certificados em 2015 (b)	+ 0
Total de processos concluídos (a + b)	0

Fonte: Serviço de Cartografia – SR(07)/RJ

Obs: Não há mais abertura de processos de certificação, tudo é executado via SIGEF.

Análise

A Ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, vinculada ao Programa 2066, tem por finalidade estruturar os perímetros de imóveis rurais, públicos e privados, através de coordenadas geográficas referenciadas ao Sistema Geodésico Nacional – SGB, dos vértices definidores dos limites de cada imóvel rural numa base de dados. Desta forma as informações geradas pela ação, preveem que sejam realizadas pelos proprietários atualizações cadastrais no SNCR, com a área do imóvel rural precisa, bem como uma nova matrícula com descrição do perímetro certificado.

As certificações rurais são realizadas através do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, regulamentada pela IN/INCRA Nº 77/2013. Cabe aos técnicos da Superintendência Regional proceder à análise quando solicitada referentes às questões de registro, desmembramentos, remembramentos, retificações, cancelamentos e sobreposições. Foram analisados no SIGEF 180 processos com área de 30.553,83ha (dados do SIGEF).

Os recursos financeiros liberados foram utilizados na verificação de sobreposição de áreas particulares com Projetos de Assentamentos.

Um problema que ainda não foi resolvido é a disponibilização de todas as ferramentas do SIGEF, pois até o momento ainda não se podem abrir requerimentos de desmembramentos e remembramentos, que impedem os credenciados de utilizarem as ferramentas corretas, gerando algumas dúvidas para estes usuários.

O desafio para 2016 continua sendo a certificação dos perímetros dos Projetos de Assentamentos, preferencialmente por execução direta, que se mostrou mais econômica. No exercício de 2015, isto não foi possível devido ao não recebimento de recursos para a certificação de imóveis rurais. Mesmo com as dificuldades financeiras ainda temos esperanças de realizarmos por via direta pelo menos 4(quatro) perímetros referentes aos projetos de assentamento.

A Divisão Fundiária através da Cartografia em 2015 se restringiu no reconhecimento dos limites da Fazenda Nacional de Santa Cruz entre outros.

Regularização Fundiária - Fazenda Nacional de Santa Cruz

A Regularização Fundiária no Estado é bastante peculiar e difere de outras executadas pela Autarquia nos Estados da Federação. No Rio de Janeiro existe uma área de aproximadamente 70 mil hectares, envolvendo atualmente cinco municípios, sob responsabilidade da SR-07/RJ, que remonta ao Império e cuja legislação é única. No passado a regularização de terras nessa área ficava a cargo do Projeto Fundiário de Santa Cruz, com estrutura de Superintendência e cerca de 80 servidores. Hoje está restrita a um setor da Divisão Fundiária com dois servidores.

O acervo foi deslocado do antigo Projeto Fundiário para a Superintendência sem que houvesse um cuidado específico nas diversas mudanças. Hoje, esse arquivo, com livros fundiários centenários, plantas e processos encontra-se em precárias condições físicas e sanitárias, o que impossibilita o seu manuseio na solução de pedidos de regularização de imóveis rurais.

Em 2015 a principal atividade desenvolvida pelo setor de Regularização Fundiária foi o acompanhamento da higienização, recuperação, digitalização, vetorização e sistematização do acervo efetivada pela empresa vencedora de licitação (processo nº 54180.000254/20014-90) e o reconhecimento dos limites da FNSC. A demarcação do perímetro é indispensável para determinar se um imóvel está de fato dentro da área da Fazenda Nacional de Santa Cruz e a partir daí ter sua ocupação regularizada. As demais atividades finalísticas referentes à Fazenda Nacional de Santa Cruz se encontram em maior ou menor grau dependentes da conclusão dessas duas atividades iniciais.

A titulação, dependente de vistorias não foi efetivada pelos motivos já apontados: falta de condições de consultar o acervo, inexistência de um perímetro externo demarcado e claro, e a orientação do INCRA sede no sentido de não se proceder a regularização de áreas urbanas no momento, motivo pelo qual não foram feitas vistorias nesse tipo de imóvel. No entanto, é preciso informar que 122 processos solicitando regularização de áreas no âmbito da Fazenda Nacional de Santa Cruz aguardam o desfecho das atividades anteriores para terem seu prosseguimento normal. Esse é o passivo imediato identificado junto ao setor de regularização da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

Da área total de 78.884 hectares, cerca de 14.950 hectares são ocupados hoje de forma urbana, com destaque para os municípios do Rio de Janeiro e de Seropédica. O Gabinete desta Superintendência se reuniu com representantes dos municípios e tem conduzido negociações e estudos visando destinar as áreas urbanas em bloco, o que eventualmente poderá ser feito em favor de outro ente público desde que se encontre a correta adequação jurídica.

Apesar de importante passo ter sido dado, com a higienização do acervo da FNSC, necessitamos de outras medidas para efetivamente promovermos a regularização dos ocupantes, tais como a reestruturação do setor de Regularização Fundiária quer seja na incorporação de pelo menos mais 05 servidores e pela montagem de uma infraestrutura com acomodações adequadas e equipamentos, que de suporte a importância e volume de trabalho que será demandado.

É imprescindível recolhermos informações existentes nos Serviços Registrais dos Municípios que compõe a FNSC, bem como na Biblioteca Nacional, SPU... a fim de compor um mosaico junto a documentação de posse da Autarquia, para então iniciar todo um planejamento de ações de campo para efetivarmos a regularização dos ocupantes interessados.

E por último, o mais polêmico e difícil passo, uma alteração da legislação que regulamenta a regularização na FNSC, tornando uma ferramenta mais ágil, equilibrada e atualizada ao mundo atual.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Esta é com certeza a ação mais complexa do INCRA, por envolver situações peculiares e várias atividades multidisciplinares. A equipe é formada por Antropólogos, Agrônomos e Cartógrafos para a elaboração do RTID, peça fundamental para Titulação do Território Quilombola.

Em 2015 os cortes orçamentários foram maiores, de forma que foi preciso concentrar as ações nas frentes de trabalho já iniciadas e estabelecidas como prioritárias, como Marambaia, Bracuí, Prodígio e Boa Esperança, evitando-se assim abrir novas frentes de trabalho em novas comunidades, para não gerar expectativas que provavelmente seriam frustradas. A meta prevista para 2015 contemplou quatro variáveis, estabelecidas pela Diretoria Fundiária / BSB, abaixo detalhadas:

Foi realizada a qualificação de novas comunidades a terem relatórios iniciados (ou continuados) na Região dos Lagos incluindo Rasa, Baía Formosa e Maria Joaquina, que poderão ser trabalhadas em 2016 havendo recursos.

Resultado e analise das metas de 2015:

- a) RELATÓRIO ANTROPOLOGICO e RELATÓRIO AGRO-AMBIENTAL – Ficou definido para a Superintendência a elaboração de dois relatórios Agroambientais. Foi destacado um agrônomo sob a coordenação do Gestor da atividade para o trabalho. As comunidades escolhidas foram Marambaia, com 122 famílias, localizada em Mangaratiba/RJ e Bracuí, com 129 famílias, no município de Angra dos Reis/RJ. Os relatórios foram concluídos no ano, não obstante os problemas relacionados a contenção e retardamento na liberação dos recursos orçamentários e financeiros.
- b) RTID – Foi elaborado e encaminhado para publicação do RTID das Comunidades de Marambaia e Bracuí (que apresentava alto grau de complexidade e exigiu esforço de vários profissionais principalmente da cartografia) As fichas dos respectivos RTIDs foram encaminhadas à Sede para autorização da publicação, e os editais foram, de fato, publicados no ano.
- c) Conjunto Portaria/Decreto – Os territórios de Marambaia, localizado em Mangaratiba/RJ, foram encaminhados para Portaria com área de 52,9939 ha e 122 famílias. Não se aplica a exigência de Decreto pois trata-se de terras da União.
- d) Foi decretada a área de 512,8478, que atenderá 50 famílias da Comunidade Cabral, publicado no DOU em 23/06/2015 – Nº S/NA.
- e) Reconhecimento de território além das metas – Além das atividades inseridas nas metas 2015, avançamos para finalizar os trabalhos nos Territórios de: Prodígio e Boa Esperança.
 - a. RTID Quilombo Prodígio, com previsão de término para 2016, com 37 famílias e 120ha.
 - b. RTID Quilombo Boa Esperança com previsão de término para 2º semestre de 2016, com 82 famílias e 420 ha.
- f) Problemas, críticas e estratégias - Esta ação por ser complexa e demorada apresenta vários pontos de estrangulamentos, a começar pela delimitação do Território, que na maioria dos casos requer frequentes reuniões com a comunidade e MPF antes de se estabelecer um perímetro que represente os anseios das famílias dos remanescentes de Quilombolas e viabilize o custo imposto pelas desapropriações.

No caso de MARAMBAIA (Mangaratiba – 122 famílias), após exaustivas tratativas foi alcançado um acordo entre o INCRA, a Marinha do Brasil, o MPF e a Comunidade para a titulação do quilombo, e foi assinado pelas partes um Termo de Ajustamento de Conduta. O TAC possibilitou a conclusão do RTID em 2015.

No caso de BRACUÍ (Angra dos Reis – 129 famílias) - foi alcançado um acordo entre o INCRA e a Comunidade quanto ao território a ser pleiteado, o que exigiu muito do serviço de cartografia, devido às muitas ocupações não-quilombolas excluídas. O acordo possibilitou a conclusão do RTID.

O elevado preço das indenizações, em alguns casos se apresenta como limitante para a desapropriação de áreas que compõem o Território Quilombola, devido à quantidade e valor das benfeitorias, além do valor da terra nua.

As contestações judiciais apresentadas para evitar as desapropriações, e que constam dos processos, colocam em dúvida a constitucionalidade do Decreto nº 4887, paralisando, postergando e tornando indefinida a situação de titulação daquela comunidade.

Se não bastasse toda a complexidade da Ação, ainda há o contingenciamento e cortes de recursos que a Autarquia tem sofrido nos últimos anos. A liberação destes recursos pela Diretoria Fundiária não atende a programação da Superintendência, quer seja com relação aos valores descentralizados, ou pelo prazo que o financeiro chega a Superintendência Regional.

Não há planejamento que resista aos problemas colocados, mesmo com uma equipe preparada e engajada, como acontece na Superintendência. Diante de todos os problemas apresentados, a Superintendência conseguiu cumprir com sobra os compromissos assumidos e avançou em situações emblemáticas, como os casos das Comunidades de Marambaia e Bracuí.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

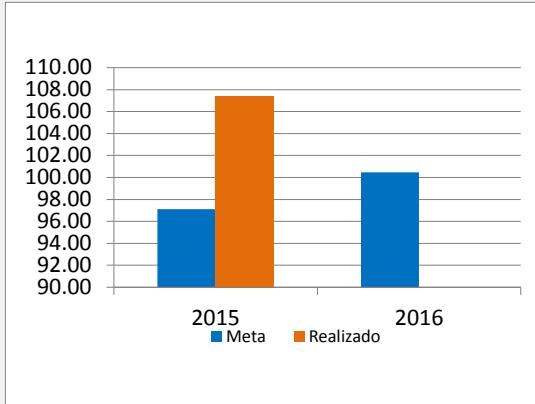
O modelo adotado para assegurar o controle e a fidedignidade das informações, bem como o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício se deu através de reuniões mensais previamente agendadas com os gestores de cada uma das ações. Nestas reuniões são discutidos o desenvolvimento das atividades, visando adequar a relação meta x gastos, a fim de otimizar recursos e a capacidade operacional da Divisão.

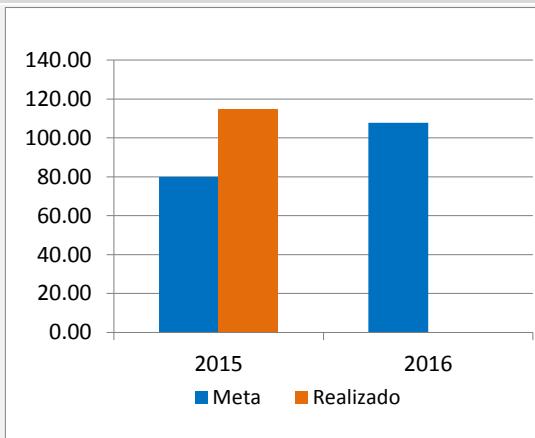
Além das reuniões mensais com os gestores das ações e a chefia da Divisão Fundiária, foram efetivadas reuniões trimestrais com os servidores da Divisão para repasse de informações e discussões sobre a metodologia de trabalhos para cada uma das ações, a fim de tornar do conhecimento de todos, o andamento dos trabalhos com foco na meta estabelecida e para colher opiniões sobre a condução das atividades da Divisão. Além destas reuniões internas, todas as atividades são discutidas semanalmente na reunião do CDR com as demais chefias, onde são repassadas as informações sobre cada uma das ações executadas para ser avaliada pelas demais chefias e pelo Superintendente Regional. Sendo a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária uma prestadora de serviços na área da cartografia para as demais Divisões. Nesta reunião são alinhavadas novas missões, sem prejuízo das metas já predefinidas pela própria Divisão.

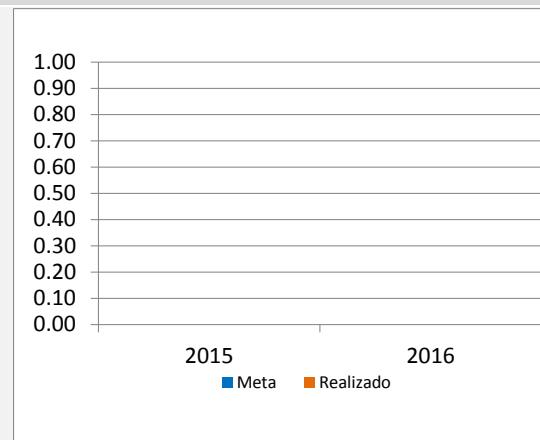
Ainda mantém-se permanente contato com a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, mais especificamente com os gestores das respectivas ações, repassando informações sobre o andamento dos trabalhos, bem como solicitando liberação e descentralização de recursos, mediante apresentação de

metas e plano de trabalho. Também há contatos constantes na busca de soluções para alguns empecilhos que fogem a governabilidade da Divisão e do Gabinete da Superintendência.

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de cadastramento de imóveis rurais										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>97,00</td> <td>107,00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2015	97,00	107,00	2016	100,00	100,00	<p>A meta prevista para 2015 era de 4.405 imóveis cadastrados e batemos a meta, pois foram cadastrados 6.266 imóveis. O índice é muito bom, e resulta de todo o trabalho da superintendência no aumento da rede e treinamento das UMCs, assim como da implantação do SIGEF.</p> <p>Não há meta definida para 2016, o gráfico disponibiliza uma meta através da média de execução dos últimos 04 anos. Porém a estratégia é manter as tarefas como, UMC capacitados, para que o cadastro fique sempre atualizado.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2015	97,00	107,00								
2016	100,00	100,00								

Índice de análise de processos de certificação de imóveis										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>80,00</td> <td>115,00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>105,00</td> <td>108,00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2015	80,00	115,00	2016	105,00	108,00	<p>A meta de 2015 foi estabelecida com base na média dos anos anteriores. Superamos a meta, totalizando 180 processos analisados do SIGEF e 12 do SNCR. A meta definida para 2016 foi gerada automaticamente com base na execução dos últimos 04 anos. A disponibilização de todas as ferramentas no SIGEF auxiliará na execução da meta.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2015	80,00	115,00								
2016	105,00	108,00								

Índice de regularização fundiária										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Índice de regularização fundiária</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>1.00</td> <td>0.00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>1.00</td> <td>0.00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2015	1.00	0.00	2016	1.00	0.00	<p>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</p> <p>Em 2015, não houve regularização fundiária. Os esforços concentraram-se no acompanhamento da higienização do acervo da FNSC e na elaboração de estratégias para a definição do perímetro da mesma. Em 2016, esperamos finalizar a higienização e a definição do perímetro da FNSC, e de posse desses dados iniciar a regularização fundiária da FNSC.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2015	1.00	0.00								
2016	1.00	0.00								

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais, não incluído no Programa Terra Legal.

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Não se aplica.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 10 - Ações do macroprocesso Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	4.267,00	1.174,950 0	106.422,00	136.074,00	121.753,49	96.174,17	55.096,42	25.579,32
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	180	129	11.223,30	10.203,00	6.338,40	6.338,40	6.338,40	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento atendido/monitorado / unidade	1	5	1.400,00	1.400,00	1.135,45	1.135,45	1.135,45	0,00
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	0	35	13.000,00	9.072,00	6.822,41	6.822,41	6.822,41	0,00

Fonte: SIAFI – Monitoramento

Quadro 11- Ações do macroprocesso Obtenção de Imóveis e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução Física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	2.132,5822	75.922,96	18.260,30	34.843,92	22.823,74
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	0	5.916,00	0	5.916,00	0
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0	0	0
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0	0	0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	29.819,70	0	13.613,44	16.206,26
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Licença protocolada	0	1.736,57	0	1.731,50	5,07

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Análise

No Serviço de Obtenção foram realizadas vistorias de avaliação de imóveis que já tinham tido vistoria preliminar e também realizou-se vistoria de avaliação em conjunto, para fins de desapropriação; discussões da Câmara Técnica e de Grupo Técnico de vistoria e avaliação; elaboração de Relatórios de Análise de Mercado de Terras (RAMT) de Zonas Homogêneas do estado do Rio de Janeiro e respectivas Planilhas de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais (PPR); acompanhamento de perícias judiciais; comunicações prévias aos proprietários para a realização de vistorias; e estudos de cadeia dominial para imóveis rurais em processo de obtenção. No Serviço de Implantação de Assentamentos, a ação principal foi o procedimento de cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados, lotes retomados ou vacância em projetos de assentamento de reforma agrária e o gerenciamento do Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

Por fim, o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais teve como prioridades a adoção de providências necessárias à regularização ambiental dos assentamentos pelo Cadastro Ambiental Rural, recuperação de áreas degradadas e monitoramento dos assentamentos com ações de gestão ambiental.

Abaixo é apresentada a execução física e financeira das Ações da LOA ligadas à Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento:

a) Ação 211A PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

O Plano de Ação 2015, previu 4.267,0000ha para serem vistoriados e avaliados, com laudos entregues, a fim de obter imóveis rurais para a implantação de assentamentos de reforma agrária. Vistoriou-se, no exercício, um total de 3.921,7100ha, o que daria um percentual de 91,91%. Entretanto, como a meta para o exercício refere-se a hectare vistoriado com laudo entregue, por razões a serem justificadas a seguir, esse quantitativo foi de 1.174,9500ha, o que representa um percentual de 27,51%. As despesas liquidadas, no valor de R\$ 96.174,17 corresponderam a 70,68% da Provisão Recebida. Soma-se à questão dos entraves para a entrega dos laudos, o fato de que, nos últimos dois anos, por ter havido maior expressividade de vistoria de avaliação de imóveis rurais pela via de adjudicação, previa-se, para o ano de 2015, demanda da Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) para a realização das vistorias por essa modalidade, o que não ocorreu, reduzindo, assim, a expectativa de áreas vistoriadas e consequente execução financeira.

Considerando que no estado do Rio de Janeiro, a morosidade do Judiciário Regional, as ações judiciais favoráveis a proprietários, com recorrentes decisões que visam a suspender processos administrativos de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, a grande valorização do mercado de terras no estado e os imbróglis cartorários, são exemplos de fatores que tendem a inviabilizar a aquisição de imóveis rurais. A fim de traçar estratégias de intervenção que possam ser adotadas para melhoria dos resultados apresentados, torna-se necessário que a Autarquia viabilize outras modalidades de obtenção de terras, envidando esforços junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para realizar de fato a adjudicação.

Em vista dos argumentos apresentados, outra estratégia de intervenção será a SR buscar os meios necessários para realizar eventos que possibilitem discutir modelos produtivos mais viáveis para o estado do Rio de Janeiro, bem como novos paradigmas de obtenção de terras. A prioridade em 2016 será a conclusão dos Relatórios de Análises de Mercado de Terras do estado do Rio de Janeiro, que poderá subsidiar a aplicabilidade do Instituto de Terras, possibilitando maior arrecadação.

b) Ação 211A PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do PNRA

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários para o ano de 2015 era, inicialmente, de homologação de 480 famílias. Reiteradas vezes foi esclarecido e justificado ao INCRA Sede que o quantitativo tangível de famílias a serem assentadas por esta SR seria de 100 famílias, dada a meta história de assentamento da SR, que só teve superação das metas propostas nos anos de 2013 e 2014 devido à homologação de famílias da RESEXMar Arraial do Cabo, reconhecida pelo INCRA em 2013. Com a propositura de redução orçamentária dada pelo Governo Federal e as justificativas apresentadas pela SR, o Plano de Metas foi revisado e foi estabelecida uma meta de homologação de 180 famílias.

Pela observação dos números apresentados, verifica-se que, em termos de famílias assentadas, a margem de execução física alcançada foi de 71,67%, uma vez que homologou-se o assentamento de 129 famílias, sendo 21 em novos assentamentos, 38 em assentamentos antigos e 70 em assentamentos reconhecidos. O valor das despesas liquidadas, R\$ 6.338,40, corresponde a 62,12% da Provisão Recebida.

Cabe ressaltar que em 2014 foram criados três assentamentos, dos quais dois não tiveram a homologação do assentamento das famílias concluída por diversas razões, inclusive judiciais, e, em 2015, embora tenham sido criados dois novos projetos de assentamento, só foi possível homologar o assentamento das famílias em apenas um deles, restando ainda dirimir divergências jurídicas para conclusão da seleção e homologação do outro.

As estratégias a serem utilizadas para melhorar os resultados resumem-se em concluir ações que se encontram em andamento e que visam ao assentamento de famílias nos dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável, PDS Osvaldo de Oliveira e PDS Sebastião LAN II, definir entendimentos jurídicos quanto à questão de seleção de beneficiários para finalizar processo de seleção e homologação do assentamento das famílias do PA Irmã Dorothy, e, considerando a grande dificuldade de se obter terras no estado do Rio de Janeiro e o histórico da Superintendência, que é de assentar famílias em lotes vagos, outra estratégia a ser adotada será a de envidar esforços para realizar supervisão ocupacional de forma plena, com fiscalização efetiva e atuação nos encaminhamentos visando a resultados positivos decorrentes dessa fiscalização.

c) Ação 211A PO 02 – Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento

O plano de ação de 2015 estabeleceu que 01 assentamento deveria ser monitorado com ações de gestão ambiental. Observando os números apresentados no Quadro, verifica-se que a SR superou a meta prevista, uma vez que foram monitorados 5 PAs.

Nesta ação o Serviço de Meio Ambiente deu ênfase à busca de apoios e parcerias interinstitucionais. Dessa forma, foi possível alcançar tais resultados a baixo custo, como se verifica no valor das despesas liquidadas, R\$1.135,45. O detalhamento das atividades realizadas nessa ação será devidamente apresentado em item específico.

d) Ação 211A PO 05 – Regularização Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária

O Plano de Ação 2015 não estabeleceu meta física para Regularização Ambiental por meio da inclusão no SiCAR de Projetos de Assentamento na SR-07/RJ. Tal fato, ocorreu, devido a indefinição quanto à operacionalização dos registros das regularizações no SiCAR, decorrentes da parceria estabelecida com a Universidade Federal de Lavras.

Entretanto, a partir do estabelecimento de tal parceria com a Universidade Federal de Lavras, foi possível protocolar a requisição de regularização ambiental de 35 projetos de assentamento, no que se

refere aos seus perímetros, conforme quadro “acompanhamento de protocolo de emissão de cadastro ambiental rural”, constante no item iv deste relatório.

A partir da parceria firmada com a Universidade Federal de Lavras foi possível, também, programar recursos da ordem de R\$13.000,00, tendo provisão orçamentária de R\$9.072,00, e despesa empenhada e liquidada de R\$6.822,41. As estratégias para a regularização ambiental dos PAs, assim como as justificativas para o nível de execuções atingido, serão devidamente descritas em item específico.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

a) Análise crítica do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, números obtidos e planejamento para o próximo exercício

No Plano de Ação/2015 foi estabelecida para a Ação “Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais” uma meta de 4.267,0000ha de áreas a serem vistoriadas com laudos entregues e, como resultado, obteve-se a vistoria de 1.174,9500ha de área, atingindo um percentual de 27,51%. Havia expectativa de se vistoriar áreas por via da adjudicação, tendo em vista que a obtenção por desapropriação está cada vez mais distante da realidade do estado do Rio de Janeiro, entretanto, apesar de a Superintendência, juntamente com a PFE, ter envidado esforços com a perspectiva de obter áreas por via de adjudicação, inclusive com reuniões promissoras com a Procuradoria da Fazenda Nacional, não se avançou nesse processo.

O planejamento teve como objetivo orientar de forma estratégica e operacional os trabalhos, de forma que nele foram sistematizadas ações prioritárias. Nesse sentido, como estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no PNRA, utilizou-se dos seguintes meios:

a) Reuniões da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA com a Procuradoria da Fazenda Nacional visando imóveis penhorados em favor da União com a finalidade de aquisição não onerosa ou de baixo custo por meio de adjudicação;

b) Recebimento de demandas de solicitação de vistorias por parte dos movimentos sociais, e ulterior análise e parecer sobre prosseguimento;

c) Priorização de entrega de laudos de exercícios anteriores e priorização de elaboração de Relatório de Análise de Mercado de Terras de Zonas Homogêneas onde existem áreas em processo de desapropriação, considerando especialmente áreas demandadas por famílias acampadas e pelos Movimentos Sociais e Sindicais.

Em relação ao planejamento para o próximo exercício, havia uma previsão no Relatório de Gestão de 2014, que seriam vistoriados 6.171,2748ha de área em 2016, mas havia também nesse mesmo relatório o registro da necessidade de se rever esse quantitativo de área, pelas próprias dificuldades de obtenção por desapropriação no estado do Rio de Janeiro. Assim, ratificando essa necessidade de revisão, e considerando que a SR dará prioridade à vistoria ocupacional para reassentamento de famílias, sem deixar de cumprir o seu papel constitucional de fiscalizar a função social da propriedade, estima-se, para o exercício de 2016, vistoria abaixo desse quantitativo.

Nos quadros a seguir constam as ações realizadas referentes à Vistoria e Avaliação, Estudo de Cadeia Dominial, Perícias Judiciais e Relatório de Análise de Mercado de Terras.

Quadro 12 - Vistoria para obtenção de imóveis rurais – trabalho de campo

Tipo de Vistoria	Nº de Imóveis	Nome dos Imóveis	Total da Área Registrada	Total da Área Medida
Preliminar	0	0	0	0
Avaliação	2	Fazenda La Florida Surubi e conjunto São Cristóvão Quilombinho	923,3100	898,3422
Conjunta	1	Fazenda Lagoa dos Patos	2.998,4000	3.782,2613
TOTAL	3	-	3.921,7100	4.680,6035

Fonte: Divisão de Obtenção – SR (07)

Considerando o trabalho de campo relativo à vistoria de imóveis, segundo o quadro acima, no ano de 2015 foram realizadas 03 (três) vistorias, sendo duas de avaliação e uma de avaliação em conjunto com ECGR, totalizando 3.921,7100ha de área registrada vistoriada. Ao considerar área medida, esse quantitativo eleva para 4.680,6035ha.

Das três vistorias realizadas, a da Fazenda La Florida Surubi, foi considerada inviável em razão do elevado custo por família, da reduzida capacidade de família (apenas 10) e por diferentes fatores limitantes (relevo predominantemente forte ondulado e, nas regiões de relevo mais suaves, predominância de solos sódicos); a do Conjunto São Cristóvão Quilombinho, após a vistoria, o procedimento administrativo foi suspenso por Decisão Judicial, não sendo possível a entrega do laudo; e a última, a da Fazenda Lagoa dos Patos, teve a conclusão do Laudo Agronômico de Fiscalização retardado em razão da negativa de acesso ao INCRA pela Secretaria de Estado de Agricultura às informações necessárias ao cálculo do efetivo pecuário. Em todos os casos, o encaminhamento dos processos para Decreto em 2015 ficou prejudicado.

Quadro 13– Elaboração de Cadeias Dominiais

Nº processo	Cód. do imóvel	Nome do imóvel	Município	Área – ha	Data da conclusão do trabalho
54180.001228/14-89	521.108.001.600-9	Fazenda Rio Novo	Paracambi	717,7571	23/12/2015
54180.001532/14-26	522.013.268.	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio	3.107,0400	Em elaboração
54180.001227/14-34	517.020.006.319-9	Fazenda Nova Esperança e anexos	Volta Redonda/B arra do Priraí	392,4700	Processo administrativo de desapropriação arquivado
54180.001471/14-05	513.075.003.247-7	Fazenda Lagoa dos Patos	Quissamã	3.185,0000	Em elaboração

Fonte: Divisão de Obtenção

Referente à meta de elaboração de estudo da cadeia dominial, tínhamos 04 (quatro) processos com essa perspectiva, entretanto, devido ao arquivamento do processo administrativo de desapropriação da Fazenda Nova Esperança e Anexos em 2015, pelo alto custo por família (R\$ 336.660,71, capacidade de 12 famílias), apenas uma cadeia dominial foi concluída, a do imóvel Fazenda Rio Novo. Os demais processos de cadeia dominial, pela complexidade cartorial que os envolve, ainda estão em andamento.

Quadro 14– Elaboração de Cadeias Dominiais

Nº PROCESSO	CÓD. DO IMÓVEL	NOME DO IMÓVEL	MUNICIPIO	ÁREA – HA	DATA DA CLONCLUSÃO DO TRABALHO
54180.001228/14-89	521.108.001.600-9	Fazenda Rio Novo	Paracambi	717,7571	23/12/2015
54180.001532/14-26	522.013.268.	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio	3.107,0400	Em elaboração
54180.001227/14-34	517.020.006.319-9	Fazenda Nova Esperança e anexos	Volta Redonda/Barr a do Priraí	392,4700	Processo administrativo de desapropriação arquivado
54180.001471/14-05	513.075.003.247-7	Fazenda Lagoa dos Patos	Quissamã	3.185,0000	Em elaboração

Fonte: Divisão de Obtenção – SR(07)

Em relação às Perícias Judiciais, há uma que foi iniciada em 2014, novamente realizada em 2015, e que ainda se encontra em andamento, a da Fazenda Santo Inácio; e outra, relacionada à Gleba Capivari. Não há como prever para o ano de 2016 áreas a serem periciadas.

Quadro 15 - Perícias Judiciais

Nº PROCESSO	CÓD. DO IMÓVEL	NOME DO IMÓVEL	MUNICIPIO	DATA/MÊS DO RETORNO DE CAMPO	DEMANDANTE
54200.0001028/00-41	950.033.497.533-4	Faz. Santo Inácio	Trajano de Moraes	12/02/2015	Juízo
54180.001540/99-63		Gleba Capivari	Duque de Caxias	15/10/15	Juízo

Fonte: Divisão de Obtenção – SR(07)

b) Demonstração do planejamento e resultados obtidos para elaboração de Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR)

Em 2015, elaborou-se um ECGR, o da Fazenda Nova Esperança e Anexos, mas, em razão do elevado custo por família, o processo de desapropriação foi arquivado. Com a publicação da IN nº 83, de 30/07/2015, que traz a figura do ECGR Regionalizado, priorizou-se, para o exercício, a definição das Zonas Homogêneas. Foram elaborados três RAMTs (Relatório de Análise do Mercado de Terras), e para o ano de 2016, está prevista a confecção dos últimos três RAMTs e elaboração dos ECGR Regionalizados, conforme as zonas homogêneas. Descreve-se, abaixo, a situação de cada RAMT do estado do Rio de Janeiro:

- RAMT da ZH Nordeste Fluminense – o relatório, já adequado à atual metodologia, NE/INCRA/DT/Nº112/2014, foi apreciado pela CT e aprovado pelo CDR no exercício de 2015. Entretanto, em razão de a definição das ZH ter ocorrido em data posterior a esses eventos de apreciação e aprovação, e devido à ZHNF ter abrangido municípios além daqueles inseridos na então Região de Governo Noroeste Fluminense, o trabalho de campo visando à pesquisa de preços de terras nesses outros municípios foi realizado, estando o RAMT em fase de finalização para nova apreciação e aprovação, sendo incorporado posteriormente ao processo nº 54180.000622/2015-81.
- RAMT da ZH Vale do Paraíba – o relatório, também já adequado à atual metodologia, foi apreciado pela CT, não tendo sido encaminhado para aprovação pelo CDR em razão de que, nesse ínterim, as Zonas Homogêneas foram definidas, e como houve inclusão de

municípios, houve necessidade de realizar trabalho de campo visando à pesquisa de preços de terras nesses outros municípios, estando o RAMT em fase de finalização para nova apreciação e aprovação, e, da mesma forma que o anterior, será incorporado ao processo nº 54180.000622/2015-81.

- RAMT da ZH Leste Fluminense: nesta ZH, todo o trabalho de campo foi realizado, o RAMT foi apreciado pela CT, restando apenas a aprovação pelo CDR. Esse RAMT já se encontra no processo nº 54180.000622/2015-81.

Quadro 16 - Relatório de Análise de Mercado de Terras/ Planilha de Preços Referenciais de Terra

Nº PROCESSO	MUNICÍPIO	Nº DA O.S	DATA DA O.S	DATA DA ENTREGA RELATÓRIO
54180.000900/14-19	Região Noroeste Fluminense	11/14	07/07/2014	07/10/2014(1º relatório entregue com metodologia anterior a NE) e 10/03/2015 (entrega do relatório adequado à nova metodologia – NE/INCRA/DT/Nº112/2014)
54180.000900/14-19	Região Médio Paraíba	22/14	19/08/2014	18/06/2015 (relatório seguindo a nova metodologia – NE/INCRA/DT/Nº112/2014)
54180.000622/15-81	Região Norte(Zona homogênea Leste Fluminense) e demais Zonas do Estado do RJ	15/15	04/05/2015	14/12/2015 (RAMT Zona Homogênea Leste Fluminense)

c) Resultados de obtenção de terras por região de interesse da SR (conforme resultados dos estudos empreendidos pela SR e enviados à Diretoria de Obtenção), destacando as modalidades de obtenção utilizadas, os custos médios aplicados por hectares e as justificativas do gestor.

A SR possui um quantitativo de 26 processos de vistoria e avaliação em andamento para aquisição de imóveis rurais, sendo 15 por meio de desapropriação, 10 por adjudicação e 01 por cessão. Dos 15 processos por desapropriação, 09 possuem óbices judiciais que impedem seus trâmites administrativos normais. Portanto, havia possibilidade de encaminhamento de 06 processos de desapropriação, entretanto, dois foram arquivados pelo alto custo por família, dentre outros impedimentos; há indicativos de mais um ser arquivado pelo mesmo motivo e dois existem imbróglions cartoriais, restando apenas um para dar prosseguimento.

Em relação à modalidade de obtenção mais adotada, nos anos de 2013 e 2014, a adjudicação de imóveis teve importância maior que a desapropriação para fins de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, apesar de o Incra não ter arrecadado nenhuma área, mas houve, nesses dois anos, demanda da PFN, o que resultou em vistoria visando à arrecadação. Em 2015, a SR despendeu esforços para dinamizar os procedimentos relativos a essa modalidade, tendo em vista que é um processo mais rápido do que a desapropriação, uma vez que não se discute a produtividade do imóvel, além de o custo da aquisição em termos judiciais ser mais barato, mas não houve qualquer avanço. Por isso, diferindo dos dois anos anteriores, em 2015, todas as áreas foram vistoriadas aplicando-se a modalidade de desapropriação por interesse social.

Quadro 17 - Custos médios aplicados por hectare

Imóvel	Município	VTI - R\$	Benfeitorias R\$	VTN – R\$	VTN/ha – R\$	VTI/há – R\$	Custo Família R\$
La Florinda	Italva	2.904.437,74	237.373,80	2.667.063,94	6.131,93	6.677,68	290.443,77
Nova Esperança e Anexos	Volta Redonda /Barra do Piraí	4.039.928,54	1.221.765,22	2.818.163,22	7.433,41	10.656,03	336.660,71

Fonte: Divisão de Obtenção

Considerando apenas os Laudos de Vistoria e Avaliação (LVAs) entregues no exercício de 2015, não levando em conta as vistorias de fiscalização, é possível afirmar, pelos números apresentados, que há uma grande valorização das terras no estado do Rio de Janeiro, o que tem inviabilizado a obtenção de terras para a Reforma Agrária, ainda que os imóveis vistoriados localizem-se nas em regiões consideradas prioritárias por concentrarem as maiores demandas de obtenção de terras, conforme resultados apresentados no Diagnóstico Regional da SR(07).

d) Análise crítica e orçamento projetado para providências de implantação e manutenção dos Projetos de Assentamento criados no exercício, incluindo serviços de topografia, elaboração de PDA/PRA

Em 2015 foram criados 02 (dois) Projetos de Assentamento: PA Irmã Dorothy e PCA Terra. Em ambos, foi realizada a ação de CadÚnico e as famílias foram devidamente cadastradas no SIPRA, sendo que apenas no projeto Casulo foi feita a homologação do assentamento de todas as famílias, conforme a capacidade.

No PA Irmã Dorothy, por haver um número maior de famílias do que a capacidade e também pela lacuna existente na legislação referente à definição do marco temporal do direito de preferência, ou seja, a data a ser considerada como vínculo para aceitação de arrendatários como beneficiários preferenciais, lacuna essa que leva a entendimentos diversos, não foi possível concluir em 2015 o processo de seleção das famílias. Nesse PA, foi executado serviços de topografia visando à retificação do perímetro, bem como foi realizado estudo de capacidade de geração de renda para se definir a capacidade real do assentamento, tendo em vista a redução do perímetro da área. Para essas ações, o orçamento projetado e os recursos utilizados foram suficientes, havendo necessidade de aporte de recursos em 2016 para o parcelamento dos lotes e demais ações visando ao desenvolvimento do assentamento.

Em relação ao PCA Terra, foi iniciado em 2015, diálogo com a Secretaria de Agricultura do município de Paracambi para planejamento e execução de ações em conjunto, sendo necessário dar continuidade às tratativas em 2016. Nesse assentamento, faz-se necessário também realizar os serviços de topografia, tendo em vista que a falta do parcelamento pode aumentar a situação de conflito existente na área.

Por fim, em virtude de não ter sido realizada a Chamada Pública de ATER no estado do Rio de Janeiro, não foi possível a elaboração de estudo (Plano de Desenvolvimento de Assentamento -PDA) em nenhum dos assentamentos criados no exercício.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referente a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatada.

O levantamento do custo da recuperação de áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP) desmatadas é feito durante as vistorias e seus valores são descritos nos laudos. Como não houve continuidade na desapropriação das áreas vistoriadas no exercício, pelas razões já expostas, não houve valores descontados referentes a passivos ambientais (áreas de reserva legal e de preservação permanente) no ano de 2015.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional.

a) Situação da Regularização Ambiental em projetos de assentamentos da reforma agrária

Entre os anos de 2012 e 2013 aconteceram mudanças significativas na legislação ambiental em geral, e em específico, relacionadas diretamente aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

A Lei nº 12.651/2012, alterada pela Lei nº 12.727/2012, e o Decreto nº 7.830/2012 substituíram o antigo Código Florestal (Lei nº 4771/65). A mudança na legislação trouxe novas ferramentas de gestão ambiental para imóveis rurais, dentre elas, as mais importantes corresponderam ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Além disso, a Resolução Conama N°387/2006, que estabelecia procedimentos para o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, foi revogada pela Resolução Conama N°458/2013, que limitou o licenciamento ambiental em Projetos de Assentamento às de atividades agrossilvipastoris e aos empreendimentos de infraestrutura, passíveis de licenciamento, de forma simplificada.

Esse conjunto de mudanças determinou nova sistemática para a regularização ambiental de imóveis rurais, inclusive para os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. A nova base legal modificou o conceito de regularidade ambiental de imóveis rurais, cujo foco passou a ser o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em substituição ao licenciamento ambiental.

Para a regularização ambiental de Projetos de Assentamento, o Serviço de Meio Ambiente desta Superintendência está utilizando como referência o posicionamento estabelecido pela Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM), conforme Parecer INCRA/DTM/N°02/2013, fundamentado no Parecer CGA/PRCF/PFE INCRA/N°51/2013.

Segundo o Parecer da DTM, “*Diante da análise jurídica resta claro que não há mais necessidade de licenciamento prévio para a criação de projetos de assentamento.*” Dessa forma, estabeleceu-se que a regularização ambiental de Projetos de Assentamento (PA) está condicionada ao procedimento de inclusão do Assentamento no Sistema de Cadastramento Ambiental Rural (SiCAR), e quando couber, a participação no Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Informa-se, também, que o Serviço de Meio Ambiente desta SR fez consulta junto à PFE/RJ (processo nº 54180.000700/2014-66) acerca da aplicabilidade dos Pareceres citados perante a legislação ambiental estadual, e obteve resposta (Parecer/PFE/INCRA/RJ/N°53/2014) alinhada com o posicionamento da DTM.

Portanto, como forma de atender à demanda de Regularização Ambiental, o Serviço Ambiental priorizou a inclusão dos Projetos de Assentamento (PA) no SiCAR.

Visando atender às novas determinações legais quanto à regularização ambiental de projetos de assentamento, a SR-07/RJ procedeu, em 2014, no cadastramento junto ao SiCAR de 4 (quatro) projetos de assentamento. Posteriormente, no início do ano de 2015, o INCRA/Sede, por meio da DTM, sinalizou a possibilidade de realização de um Termo de Execução Descentralizada (TED) junto à Universidade Federal de Lavras (UFLA) para a elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e inserção no SiCAR de todos os assentamentos do INCRA no País. Tal fato alterou as diretrizes de planejamento e a rotina operacional da SR-07/RJ, fazendo com que o Serviço Ambiental local não pactuasse meta de elaboração e inserção de projetos no SiCAR.

Com a formalização do Termo de Execução Descentralizada (TED) junto à Universidade Federal de Lavras (UFLA) o Serviço Ambiental da SR-07/RJ efetuou o preenchimento de um banco de dados e informações cartográficas dos seus PAs no Estado, que foi repassado aos técnicos da UFLA, em abril de 2015. Assim, a partir do estabelecimento de tal parceria com a Universidade Federal de Lavras, foi possível protocolar a requisição de regularização ambiental de 35 projetos de assentamento, no que se refere aos seus perímetros, conforme Quadro 21– nos anexos.

- b) Regularização das áreas em processo de obtenção para fins de reforma agrária e dos projetos de assentamento criados*

Durante o ano de 2015 a SR-07/RJ não projetou / executou a regularização ambiental de áreas em processo de obtenção para fins de reforma agrária.

- c) Recuperação Ambiental de Assentamentos*

Em relação à recuperação ambiental em assentamentos do INCRA, o Serviço de Meio Ambiente da SR-07 vem dando ênfase na busca de apoio e parcerias para a recuperação e conservação dos recursos naturais dos projetos de assentamento no Estado.

Assim, estabeleceu-se um conjunto de reuniões com o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, onde foram estabelecidas tratativas para a recuperação e conservação das áreas legalmente protegidas dos assentamentos do INCRA no Estado. Destaca-se, nesse sentido, a elaboração do Termo de Cooperação Técnica - TCT entre o INCRA e o INEA, cujo objetivo central é a inserção dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Rio de Janeiro no Cadastro Ambiental Rural – CAR. O TCT foi amplamente discutido nos anos de 2012/2013, assinado no final de 2013, e em execução a partir de 2014, cuja conclusão se dará no ano de 2016.

O TCT visa, ainda, desenvolver ações conjuntas para direcionar a demanda de compensação ambiental da iniciativa privada e do Programa Jogos Limpos para a recuperação de passivos ambientais dos Projetos de Assentamento. Nesse sentido, o Serviço de Meio Ambiente vem efetuando o levantamento/mapeamento das áreas degradadas dos projetos de assentamento, e repassando os dados e mapas para a instituição contratada pelo órgão ambiental estadual, para formar o banco de áreas do Programa Jogos Limpos, conforme processo nº 54180.000594/2013-30.

Há dois projetos de recuperação ambiental sendo executados por terceiros e monitorados pelo INCRA em seus assentamentos. Esses projetos estão localizados nos PA's João Batista Soares e São Bernardino. Ressalta-se, segundo informações colhidas recentemente que há outros tantos projetos sendo desenvolvidos em assentamentos que necessitam de identificação, mapeamento e monitoria por parte da SR-07/RJ, todos no âmbito do Programa RIORURAL do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação aos dois projetos identificados e monitorados pela SR-07/RJ, tem-se o seguinte:

- a) Projeto de Reposição Florestal em Áreas de Preservação Permanente (APP) do PA João Batista Soares, que começou a ser implantado no início de 2014, e está previsto para ser concluído no fim de 2018. O Projeto de Recomposição Florestal é executado pela Petrobrás em cerca 38,0 hectares em 30 parcelas do PA. Considerando que a implantação do projeto de Reposição Florestal da Petrobras envolve dezenas de lotes, ficou estabelecido que o Incra faria o acompanhamento da execução da restauração e a mediação entre a empresa executora e os assentados. Para tanto, durante o ano de 2015, foram realizadas diversas diligências de técnicos do Serviço de Meio ambiente ao PA.*
- b) Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), do lote nº40 em área de 4,14 hectares, do PA São Bernadino, fruto de uma ação judicial (Processo nº 0000721-32.2014.4.02.5120 e 2014.51.20.000721-7), tendo como início o ano de 2014 e encerramento previsto para o ano de 2017. Técnicos do Serviço de Meio Ambiente estão acompanhando e prestando orientações para a recuperação do lote pelo assentado (54180.001985/99-80).*

d) Ações de Educação Ambiental e Gestão Ambiental dos assentamentos

Ações de Educação Ambiental – no ano de 2015 não foram efetuadas ações de Educação Ambiental nos projetos de assentamento da SR-07/RJ.

Ações de Gestão Ambiental - foram efetuadas em 2015 visitas de fiscalização / monitoria de áreas em potenciais de risco e de danos ambientais efetivos nos seguintes Projetos de Assentamento: Santo Amaro; Prefeito Celso Daniel e Vinte e Cinco de Março.

e) Situação dos projetos de assentamento com potencial de impacto ambiental significativo, passíveis de licenciamento ordinário

Na SR-07/RJ não se registram projetos de assentamento com potencial de impacto ambiental significativos, passíveis de licenciamento ordinário. Entretanto, ressalta-se a existência de dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável: PDS Sebastião Lan II e PDS Osvaldo de Oliveira, que tendem a demandar processos de licenciamento ambiental complexos, uma vez que ambos se encontram com Ações Civis Públicas sob liminar. Nesse sentido, iniciaram-se discussões acerca da elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento / Plano de Utilização capazes de atender às determinações judiciais.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2015 e anteriores para fins de registro
Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

O registro contábil dos imóveis rurais consiste em levantar os valores pagos de TDAs, benfeitorias, sobras de TDAs e TDAs complementares. Esta atividade foi determinada para cumprimento do Acórdão TCU nº 557/2004.

Sobre o estágio atual das ações empreendidas pela Divisão de Obtenção, para o cumprimento da recomendação relacionada à inscrição dos 81 imóveis adquiridos mediante desapropriação, compra e venda e demais modalidades, nas contas específicas, será iniciada em 2016 a apuração dos valores referentes ao custo demandado nas aquisições e/ou desapropriações e montagem dos Kits para lançamento no SPIUnet e SIAFI.

O prazo acordado para finalização dos trabalhos passou para 31/12/2018 conforme estabelecido no cronograma inicial encaminhado pela Sede em Brasília - Orientação Técnica Nº 01/15/DAC/DA, ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Levantamento de imóveis obtidos por desapropriação	51*	Jul/2016	SR(07)T
Levantamento de imóvel obtido por arrecadação	2	Jul/2016	SR(07)T
Levantamento de imóvel obtido por outras modalidades	28	Jul/2016	SR(07)T

OBS * no Sipra consta 53 imóveis por desapropriação entretanto deverá ser corrigido, em razão de 02 áreas (PA Sebastião Lan e PDS Sebastião Lan II) que foram arrecadadas terem sido lançadas equivocadamente por desapropriação.

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

1.2.3.2.1.04.24	Imóveis Registrados Destinados à Reforma Agrária *	0
-----------------	--	---

Fonte: Siafi.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

- a. Número de pessoas inscritas no PNRA ainda não atendidas (passivo) na jurisdição da superintendência e os custos projetados para o assentamento deste contingente:

Existem 915 candidatos inscritos no SIPRA para os projetos de assentamento na jurisdição da SR(07), sendo os mais antigos de 19/09/2007. Considerando o histórico recente da SR de assentar a maior parte das famílias em lotes vagos nos projetos já existentes e a baixa capacidade de retomar lotes irregularmente ocupados, deduz-se que a maior parte desses candidatos não serão contemplados.

- b. Principais resultados obtidos na criação de projetos de assentamento, na seleção e no assentamento de famílias contempladas no PNRA no exercício e planejamento para o próximo exercício:

Pelas dificuldades de obtenção de áreas novas no estado do Rio de Janeiro para fins de Reforma Agrária e, especialmente pela morosidade do poder judiciário, não havia como prever para o ano de 2015 a criação de projetos de assentamento. Os resultados alcançados foram decorrentes da imissão de posse do Incra, neste ano, em duas áreas obtidas por desapropriação, a Fazenda Ribanda e Anexo Sítio Rio Bandar, que deu origem ao PCA Terra, e a Fazenda da Pedra, que originou o PA Irmã Dorothy, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 18 - Projetos de Assentamento criados em 2015

IMÓVEL	PROJETO	MUNICIPIO	ÁREA	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	FAMILIAS ASSENTADAS
Faz. Ribanda e Anexo Sítio Riobandar	PCA Terra	Paracambi	432,117	20	20
Fazemda da Pedra	PA Irmã Dorothy	Quatis	1049,051	53	0

Fonte: Divisão de Obtenção.

Nesses dois assentamentos, há uma capacidade total de 73 famílias, sendo 20 no PCA Terra e 53 no PA Irmã Dorothy. Entretanto, devido à necessidade de correção de perímetro da área de um dos assentamentos, que resultou na redução da área, o quantitativo possível de homologação de assentamento em áreas onerosas também foi reduzido. A seleção das famílias no PCA Terra foi realizada, tendo sido homologado o assentamento de 20 famílias. No PA Irmã Dorothy, pela indefinição do marco temporal do direito de preferência, não foi possível concluir o processo de seleção das famílias, embora tenha sido efetuado o cadastro de todas as famílias.

Em termos de assentamento de famílias, foi estabelecida uma meta de homologação de 180 famílias, embora a SR tenha informado que a meta plausível para o estado do Rio de Janeiro seria de 100 famílias, pelos motivos já expostos. Dessa forma, a SR realizou a homologação de 129 famílias, sendo 21 em novos assentamentos, 38 em assentamentos antigos e 70 em assentamentos reconhecidos.

Acresce-se que o quantitativo de assentamento ter ficado abaixo do proposto se deu também devido a medidas judiciais em face do INCRA que impediram a homologação dos assentamentos no PDS Osvaldo de Oliveira e no PDS Sebastião LAN II, criados em 2014.

Em se tratando de planejamento para 2016, considerando toda a situação exposta, pretende-se realizar estudo e ações que atendam à decisão judicial referente ao PDS Osvaldo de Oliveira e conclua o cadastro, a seleção e a homologação das famílias desse PDS nos lotes vagos; dê continuidade à discussão acerca da proposta do PDS Osvaldo de Oliveira, também com elaboração de estudo e execução de ações que viabilizem esse PDS, e, da mesma forma, possibilite a retirada da ação civil pública e o assentamento das famílias, ainda com todos os lotes vagos; buscar o entendimento jurídico quanto à questão do marco temporal relativo ao direito de preferência; e, por fim, mas não menos importante, efetivar a proposta de reestruturação da supervisão ocupacional nos assentamentos existentes, o que viabilizará a homologação de um quantitativo de assentamento muito superior ao de assentamento em áreas novas, tendo em vista os procedimentos possibilitarem agilizar e qualificar o reassentamento de famílias em lotes vagos.

- c. Resultados obtidos na exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária e ainda atendidos pelo Programa: O volume de exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária foi baixo, tendo sido realizadas 05 retomadas administrativas e 02 judiciais, totalizando 07 exclusões.
- d. Resultado das ações empreendidas pela SR para dar publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, conforme determina o item 2.8 do Acórdão nº 753/208 – Plenário: A publicidade da Ação de Titulação, é feita em Boletim de Serviço do INCRA. E divulgado no site da Autarquia (www.incra.gov.br/titulacao), na aba de Ações e Programas, basta clicar no estado desejado, e tem se lista de Titulações empreendidas.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

Para controle do gestor, visando à fidedignidade dos registros inseridos no Sistema de Informação Rural-SIR, do Modulo de Monitoramento, disponível no INCRANET, a Superintendência realiza, semanalmente, reuniões de CDR, nas quais são discutidos, entre outros, assuntos relativos às atividades inerentes a cada Divisão.

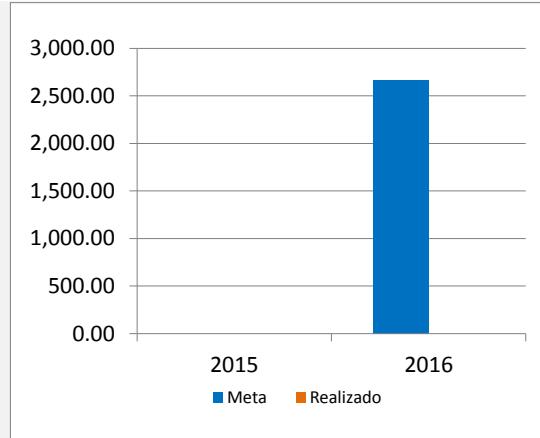
As atividades inerentes à Divisão de Obtenção de Terras, dentro de seus respectivos Serviços: Obtenção (vistoria e avaliação de imóveis rurais e pagamentos de imóveis rurais), Implantação (cadastro de famílias) e Meio Ambiente (Regularização Ambiental e Gestão Ambiental) são monitoradas pelo SIR, através do Modulo de Monitoramento, disponível no INCRANET. Para alimentação desse sistema, há em todos os Serviços, planilhas de controle que são regularmente atualizadas com todas as informações que permitam tanto o preenchimento do Módulo quanto ao atendimento de solicitações internas e externas.

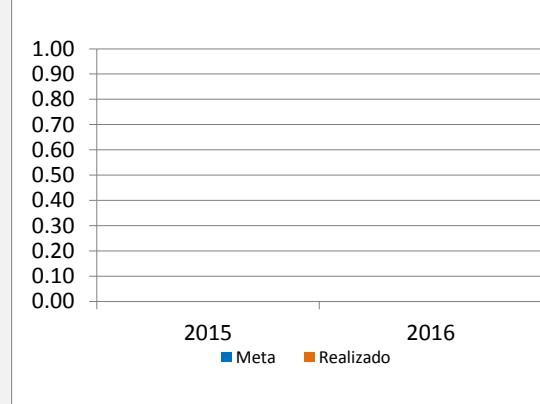
Os processos administrativos de desapropriação e de adjudicação que se encontram em andamento são acompanhados a cada semana em seus trâmites internos e externos, com a devida anotação em planilha de acompanhamento e registro. Tais planilhas são caracterizadas por nome do imóvel, número do processo, código no SNCR, município, região, indicação de movimento social, modalidade de obtenção, área, fase atual, dentre outras informações que vão se acrescentando conforme a necessidade. Essas informações são constantemente compartilhadas com o Gabinete e com a Sede, visando à constante atualização em todos os níveis. Nos processos judiciais há informações atualizadas das decisões.

Para garantir a normativa dos processos faz-se atividade de conferência, verificando se a instrução processual está adequada, especialmente por ocasião da atuação do Grupo Técnico que faz a análise do Laudo de Vistoria e Avaliação (LVA) e do ECGR, quando necessário, e também durante a elaboração do Parecer Revisor. Houve esforços da SR em 2015 para realizar capacitação sobre instrução processual, possibilitando uma melhor estrutura operacional para as atividades de instrução, conferência, revisão e

processos de acordo com a legislação vigente, entretanto, não foi possível realizar. Pretendemos realizar o mesmo em 2016.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

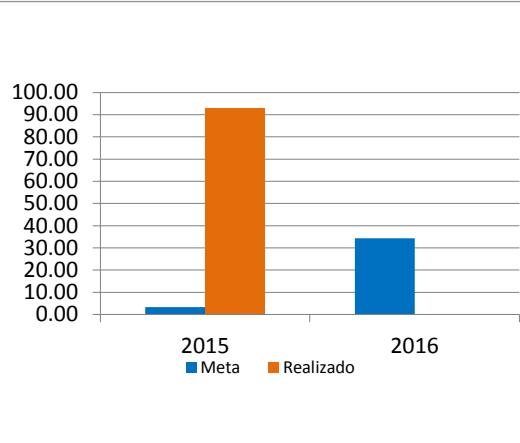
Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)							
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício						
 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor (R\$/ha)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>0.00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>2,500,00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor (R\$/ha)	2015	0.00	2016	2,500,00	<p>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</p> <p>Os gastos com obtenção de terras estão diretamente relacionados ao número de imóveis em fase de pagamento, que por sua vez também depende da disponibilidade orçamentária e de decisões judiciais, fatores externos que fogem a governança da SR. Não foi possível estabelecer meta para este índice para os anos de 2014/ 15. A meta apontada no gráfico ao lado, foi estabelecida pela média dos últimos 04 anos, conforme indicado na memória do cálculo no item 9.3. Nossa estratégia para cumprimento desta meta em 2016 é continuar os esforços junto ao Poder Judiciário e ao aprovisionamento de recursos para o pagamento das indenizações.</p>
Ano	Valor (R\$/ha)						
2015	0.00						
2016	2,500,00						

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento							
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício						
 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>0.00</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>0.00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor	2015	0.00	2016	0.00	<p>Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício</p> <p>Não há mais previsão de solicitação de protocolo de licença ambiental para Projetos de Assentamento. Segue-se a orientação da DTM de licenciar apenas atividades agrossilvipastorais e os empreendimentos de infraestrutura passíveis de licença.</p>
Ano	Valor						
2015	0.00						
2016	0.00						

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico

Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício



Destaca-se, a elaboração do Termo de Cooperação Técnica - TCT entre o INCRA e o INEA, cujo objetivo central é a inserção dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do Rio de Janeiro no Cadastro Ambiental Rural – CAR. O TCT foi amplamente discutido nos anos de 2012/2013, assinado no final de 2013 e em execução a partir de 2014, e conclusão prevista para o ano de 2016.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Não se aplica.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

A seguir apresentamos a demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas:

Quadro 19– Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do Macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	0	7.100,00	6.934,09	6.934,09	6.934,09	0
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	472	189	*1.133.878,00	0	0	0	0	0
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	0	0	26.378,00	26.378,00	17.360,58	17.360,58	17.360,58	0
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Proj de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	180	150	165.000,00	0	0	0	0	0
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	2	0	0	0	0	0	0
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	158	0	10.200,00	7.313,24	7.313,24	7.313,24	0
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	23	38	0	11.500,00	8.006,45	8.006,45	6.506,45	0
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	0	0	17.257,00	16.234,25	16.234,25	16.234,25	0
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	0	23.384,65	21.227,37	21.227,37	21.227,37	0
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	135	0	0	0	0	0	0
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)158	0	54	0	2.110,00	1.911,82	1.911,82	1.911,82	0

* Descentralização de recursos do Crédito Instalação direto pela instituição financeira – não descentralizado a Superintendência.

Quadro 20 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	981.166,49	0	770.900,97	210.265,52
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0	0	0	0	0
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	33	47	231.363,64	0	46.947,64	184.416,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Proj de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	0	149.353,21	0	149.091,75	261,46
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	0	3.916,11	0	1.121,79	2.794,32
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	0	33.000,00	0	1.000,00	32.000,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	0	0	0	0	0
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	0	4.276,20	0	351,93	3.924,27
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	419,42	0	419,42	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

A Divisão de Desenvolvimento é responsável por gerenciar e coordenar os Programas e Ações desde a implantação, até a consolidação dos Projetos de Assentamento no Estado do Rio de Janeiro. Trabalha visando a integração das políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo. Todas as

Como é de conhecimento de todos, a crise econômica atingiu todos os setores da sociedade, no Incra não foi diferente. A Superintendência do Rio de Janeiro, como todas as demais, enfrentou muitos problemas na execução das metas, tais como suspensão de execução de ações como Supervisão Ocupacional e titulação, atraso na aplicação do crédito instalação, bem como a falta de recurso financeiro, o que pode ser percebido, no resultado dos Restos a Pagar.

Neste ano, além do financeiro que já vinha em percentuais muito baixos, também enfrentamos problema na descentralização do orçamentoário, o que impediu a execução de algumas ações. O Plano de Ação/Caderno de metas foi elaborado em julho/15 e ainda teve cortes durante a sua execução, com metas alteradas pela Direção Central sem consulta às SR's.

INCRA/SR(07)

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

A Norma de Execução N° 111 de 17 de Março de 2014, passou a estabelecer critérios objetivos de prioridades para seleção de Projetos de Assentamento que receberão obras de construção e/ou complementação de estradas vicinais, sistemas de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica.

O Art. 5º estabelece os critérios de **SELEÇÃO**, na seguinte sequencia: I – Situação de calamidade pública; II – Abrangidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida; III – Abrangidos pelo Programa Brasil Sem Miséria e IV – Abrangidos pelo programa Territórios da Cidadania.

Já o Art. 6º, após definida a seleção, se fez a **PRIORIZAÇÃO**, dos Projetos de Assentamento obedecendo-se à seguinte ordem de preferência: I – Situação de Calamidade Pública; II - Existência de PDA e PRA; III – Projetos criados a partir de 2010; IV – Menor número de casas de casas a construir; V – Projetos de Assentamento que já possuem infraestrutura básica e que necessitam de sua complementação para atingir as metas de estradas vicinais de acesso, abastecimento de água e energia elétrica; VI – Maior distância do assentamento à sede do município; VII Maior área do projeto de Assentamento e VIII – A existência de entidades organizadas

Dentro desses critérios foram **SELECIONADOS** os seguintes Projetos de Assentamento:

Prioridade 1 – Programa Minha Casa Minha Vida

- P.A. Irmã Dorothy
- Pca Terra
- P.A. Capelinha
- P.A. Chico Mendes
- P.A. Francisco Julião
- P.A. Ademar Moreira
- P.A. Paz Na Terra
- P.A. João Batista Soares
- P.A. Utt
- Pds Osvaldo Oliveira
- Pds Sebastião Lan II

Prioridade 2 – Programa Brasil Sem Miséria

- P.A Nova Esperança Do Aré
- P.A. Florest De Belém

Prioridade 3 – Programa Territórios Da Cidadania Com Pda/Pra

- P.A. 25 De Março
- P.A. Santo Amaro
- P.A. Zé Pureza
- P.A. Antonio De Farias
- P.A. Bem Dizia
- P.A. Che Guevara
- P.A. Ilha Grande
- P.A. Josué De Castro
- P.A. São Fidélis
- P.A. Zumbi Dos Palmares
- P.A. Oziel Alves

Prioridade 4 - Programa Territórios Da Cidadania Sem Pda/Pra

- P.A. Dandara Dos Palmares
- P.A. Terra Conquistada
- P.A. Tipity

Prioridade 5 – Jurispudência Com Pda/Pra

- P.A. Roseli Nunes
- P.A. Fazenda Do Salto
- P.A. Terra Da Paz
- P.A. Visconde

Prioridade 6 – Jurispudência Sem Pda

- P.A. Vida Nova

O diagnóstico do déficit de infraestrutura necessita de complementação, com a inclusão da quantificação de custos para cada obra. No entanto, à priori podemos desde já afirmar que dadas às limitações orçamentárias para investimentos, bem como as limitações de pessoal na SR-07, as obras de engenharia deverão ser implantadas apenas em parte de Projetos de Assentamento, incluídos no Programa Minha Casa Minha Vida, na seguinte ordem de

- Prioridade: 1 - P.A. Irmã Dorothy: Construção de 2 pontes (20 e 30 metros); recuperação de 8 km de estradas; construção de 3,5 km de estradas.
- Prioridade 2 – P.A. Ademar Moreira: construção de 1 km de estradas
- Prioridade 3 – P.A. Terra União e Trabalho: recuperação de 1,8 km de estradas

Por último, a Superintendência deverá executar as obras priorizadas por meio de convênios com os Municípios, devendo, de imediato capacitar os servidores na operacionalização do Sistema de Convênios.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

No início do ano de 2015 projetou-se uma meta de 195 vistorias de Supervisão Ocupacional a serem realizadas no exercício. Essa projeção baseou-se na verificação da média atingida nos anos anteriores, e não em um planejamento prévio das atividades.

Ao final do ano, atingiu-se a quantidade de 158 vistorias realizadas, ou seja, 81% da meta projetada. Esse total foi atingido entre as vistorias realizadas em lotes cujos beneficiários já haviam quitado seus títulos e requisitaram a liberação das cláusulas resolutivas (33 vistorias), ou seja, demandadas por iniciativa do próprio interessado, e as realizadas em projetos de assentamento ainda em consolidação (125 vistorias).

Das vistorias realizadas em lotes de projetos em consolidação, apenas 59% foram realizadas em ações que cobriram projetos inteiros, sendo 53 no PA 25 de Março, no município de Carapebus, em agosto, e 21 no PA Ademar Moreira, no município de São Pedro da Aldeia, em setembro. As demais referem-se a vistorias pontuais realizadas em lotes específicos de assentamentos em consolidação, para verificar situações emergenciais ou atender, sem planejamento da superintendência, demandas de lideranças locais.

A experiência atípica vivenciada em 2013, quando foi determinada pela direção da autarquia uma força-tarefa para vistoriar todos os 1.251 lotes do município de Campos dos Goytacazes, demonstrou que a capacidade operacional da superintendência pode ser muito superior a da média que vem sendo atingida habitualmente, inclusive em 2015, bem como seus resultados poderão ser muito melhores, se a atividade for realizada de acordo com um planejamento lógico, se estiver inserida numa rotina administrativa

adequada e, evidentemente, se os recursos necessários a sua realização forem disponibilizados em tempo hábil.

No ano de 2015, além de prosseguir com o trabalho de saneamento das situações irregulares verificadas em 2013, somadas às que foram verificadas em 2014 e ao longo do ano em curso, paralelamente, iniciou-se a materialização de um trabalho conjunto com a Divisão de Obtenção de Terras para a implantação de bases que possibilitarão a execução da atividade com a qualidade, quantidade e presteza desejável. Assim, foi criado um instrumento de gerenciamento dos projetos de assentamento, acessível de forma rápida por todos os servidores da superintendência, e que consiste de planilhas específicas para cada projeto, contendo as informações e pendências de cada lote, as quais vêm sendo alimentadas com as informações dos processos individuais dos beneficiários e as constantes do SIPRA.

iv. Demonstraçao das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Crédito Instalação

- a. reformulação, planejamento e concessão de créditos instalação e a cobrança desses créditos;

Com relação à atividade “*Supervisionar e fiscalizar a concessão do crédito - antigo CI*”, foram atendidas 02 famílias.

Com relação à atividade “*Concluir a aplicação ou devolver os recursos restabelecidos a partir da publicação da Portaria 352, de 18 junho de 2013*”, foram concedidos créditos (aplicados) nas modalidades “Aquisição de Materiais de Construção” no valor total de R\$ 34.560,30.

É importante destacar que este pequeno valor (e número de famílias atendidas) deve-se ao fato de estarmos em processo final para conclusão da aplicação do antigo crédito instalação.

Já com relação ao recolhimento dos recursos (devolver os recursos) ao Tesouro Nacional, muito embora conste na Norma de Aplicação do Crédito o procedimento de recolher recursos via GRU quando não utilizados, na época (meados de 2014), a Divisão de Desenvolvimento foi orientada pela DD (Diretoria de Desenvolvimento) para que fosse enviado a eles um MEMO quando necessário proceder ao recolhimento desses valores (estes seriam recolhidos pela própria DD). A partir desta orientação, tal procedimento foi executado por esta Regional com o encaminhamento de alguns memorandos. Restam apenas duas áreas (dois assentamentos) a serem concluídas para restituição dos recursos remanescentes.

A previsão para conclusão da aplicação dos créditos antigos (recursos restabelecidos a partir da publicação da Portaria 352 de 18 junho de 2013) é para o mês de julho do exercício de 2016. O valor a ser pago para concluir os trabalhos, caso não ocorra a aplicação dos rendimentos, é de aproximadamente R\$ 27.000,00.

No exercício de 2015, o SNCCI (Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação) foi alimentado com 242 Contratos de Crédito na modalidade “Apoio Inicial I”, referente à Resex Mar Arraial do Cabo, e 7 Contratos de Crédito na modalidade “Apoio Inicial I”, referente ao Projeto de Assentamento União, Terra e Trabalho, totalizando 249 Contratos de Crédito alimentados no Sistema. O Valor total desses créditos é de R\$ 597.600,00 (R\$ 2.400 p/ família).

É importante observar que “alimentar o Sistema” com os contratos “assinados e digitalizados” é a última etapa do processo conferida às Superintendências Regionais. Desta forma, consideram-se créditos efetivamente concedidos somente quando descentralizados os recursos pelo Banco para que as famílias possam acessá-los através do cartão magnético. Esta etapa, no entanto, é de exclusiva competência do Banco, a partir de um comando da Coordenação do INCRA Sede (BSB). Este comando só é realizado a

partir do momento em que é verificada a correta alimentação no SNCCI dos Contratos de Crédito. Consultando o SNCCII verificamos que foram efetivamente aplicados pelo banco 189 créditos.

- b. planejamento para cobrança do passivo de crédito instalação no exercício, meta estabelecida para o exercício, análise das intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2012-2015.

Desde o exercício de 2014, a equipe de crédito vem lançando mão de grandes esforços para localizar, organizar e sanear todos os processos individuais das famílias beneficiárias envolvidas no processo de concessão de Crédito Instalação (apenas naquele período e naqueles assentamentos em que a atual equipe de crédito trabalhou).

Além disso, tem sido realizada a aplicação dos recursos remanescentes restabelecidos a partir da publicação da Portaria 352, de 18 junho de 2013 (antigo crédito instalação). A conclusão (aplicar ou recolher a totalidade dos recursos restabelecidos) está prevista para o mês de julho de 2016.

Paralelamente a esses trabalhos, a equipe tem trabalhado também com a planilha encaminhada pela DD (Anexo 4) objetivando inserir todas as informações referentes aos assentamentos e as famílias que receberam recursos do Programa de Crédito para realizar a Mala Direta e posterior inserção dessas informações nos processos individuais.

Por fim tem sido alimentado o sistema SNCCI (Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação) com todas as informações levantadas, referente aos assentamentos trabalhados nos últimos anos pela atual equipe de crédito.

A previsão para o final o exercício 2016 é de que todas as informações referentes aos assentamentos e as famílias que receberam recursos do Programa de Crédito nos últimos anos (apenas aqueles trabalhados pela atual equipe de crédito) seja inserida no sistema para a efetiva cobrança desses valores.

Outra meta prevista pela Divisão de Desenvolvimento para 2016 é a de continuar aplicando a nova modalidade de Crédito “**Apoio Inicial I**” visando atender **520** famílias.

Planeja ainda trabalhar o programa de habitação rural com o envio de RB's às entidades organizadoras objetivando assegurar o acesso à moradia às famílias demandantes de construção e que não foram contempladas com o antigo crédito instalação. Ainda para o exercício de 2016, também serão trabalhadas, caso seja efetivada a contratação.

2. Agroindustrialização

No exercício de 2015, foi realizada a Feira e Exposição de Produtos da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, que constitui um espaço de diálogo entre agricultores de assentamentos de Reforma Agrária e consumidores da cidade do Rio de Janeiro, o evento possibilitou a comercialização de diversos produtos/alimentos e a divulgação da realidade socioeconômica, cultural e organizativa dos assentamentos. Além da Feira e Exposição, também aconteceram apresentações musicais e atividades formativas no espaço intitulado “Diálogos da Terra”.

Esta feira faz parte das atribuições da Ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol, que atendeu 150 famílias agricultoras e agricultores vindos de assentamentos de Reforma Agrária do estado do Rio de Janeiro, organizados através de diversos coletivos, incluindo coletivos de mulheres e três cooperativas, sendo: Cooperativa de Produtores

Agroecológicos (COOPATERRA) da Região Baixada Fluminense; Cooperativa de Assentados de Campelo e Região (COOPSCAMP), Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Marrecas e Babosa (COOPAMAB) e o Coletivo de Mulheres Regina Pinho da região Norte Fluminense.

3. Assistência Técnica Especialista para Agroindustrialização

Não houve assistência técnica as famílias no exercício de 2015.

4. Educação no campo

No âmbito da educação do campo, em Março, foram iniciadas duas Residências através do TED nº 19 com o CNPQ: a) Residência Jovem, com a Fiocruz/CNPq com 37 alunos, b) Residência Agrária, com a UFRRJ/CNPq, com 36 alunos. Em julho/15, formaram duas turmas de 50 alunos cada no TED nº 26/CNPq. E em dezembro, 20 alunos concluirão o curso de Serviço Social oferecido pela UFRJ, iniciado em 24/02/2011, restando 34 alunos para formar em Julho/16.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

Na DD desta Regional, o maior volume de atendimento ao público concentrou-se nas ações de Supervisão ocupacional onde a demanda de lotes a serem regularizados é grande e dela depende o desdobramento de algumas ações para fixação do homem no campo. Outra demanda relevante é a de Assistência Técnica em Assentamentos, ação esta, imprescindível ao aumento da produção e comercialização dos produtos oriundos do PA's atendidos pela ATER. No entanto, neste ano não houve ATER.

As atividades da Divisão de Desenvolvimento foram prejudicadas quanto a insuficiência e a não descentralização em tempo hábil dos recursos orçamentários e financeiros referentes as ações prioritárias para o desenvolvimento de nossos projetos, como por exemplo créditos nas modalidades Fomento I e II, Crédito Apoio Inicial em área reconhecida pelo INCRA como a RESEX Marinha de Arraial do Cabo, bem como a suspensão de atividades inerentes a supervisão ocupacional, prejudicando consideravelmente as ações sucessórias.

As ações são acompanhadas pelos asseguradores, designados por intermédio de Ordens de Serviços do Superintendente Regional. Esses asseguradores repassam mensalmente os resultados alcançados e as atividades desempenhadas nos respectivos PA's.

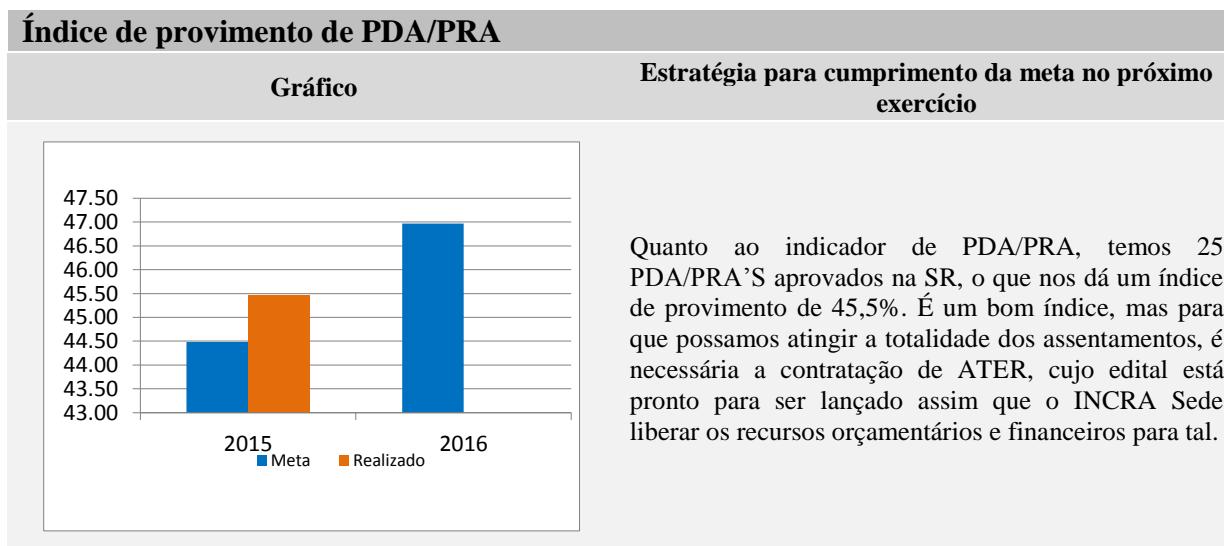
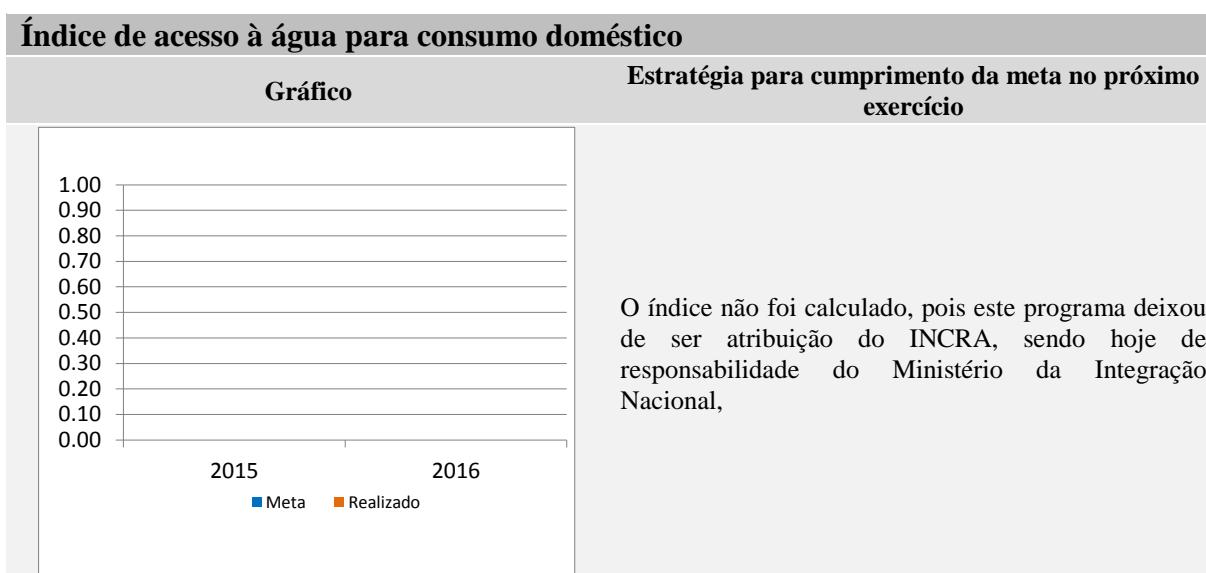
Foram implementadas reuniões mensais com todos os servidores visando um melhor acompanhamento e monitoramento dos resultados, proporcionando assim uma avaliação que permita o redirecionamento de atividades em virtude de entraves e/ou problemas que tenham surgido.

O modelo adotado para assegurar o controle e a fidedignidade das informações, bem como o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício se deu através de reuniões mensais previamente agendadas com os asseguradores de cada uma das ações. Nestas reuniões são discutidos o desenvolvimento das atividades, visando adequar a relação metas x gastos, a fim de otimizar recursos e a capacidade operacional. Além das reuniões mensais com os asseguradores das ações e a chefia da Divisão de Desenvolvimento, foram efetivadas reuniões trimestrais com os servidores da Divisão para repasse de

informações e discussões sobre a metodologia de trabalhos para cada uma das ações, a fim de tornar do conhecimento de todo o andamento dos trabalhos com foco na meta estabelecida e para colher opiniões sobre a condução das atividades da Divisão. Além destas reuniões internas, algumas atividades são discutidas semanalmente na reunião do CDR com as demais chefias, onde são repassadas as informações sobre cada uma das ações executadas para ser avaliada pelas demais chefias e pelo Superintendente Regional.

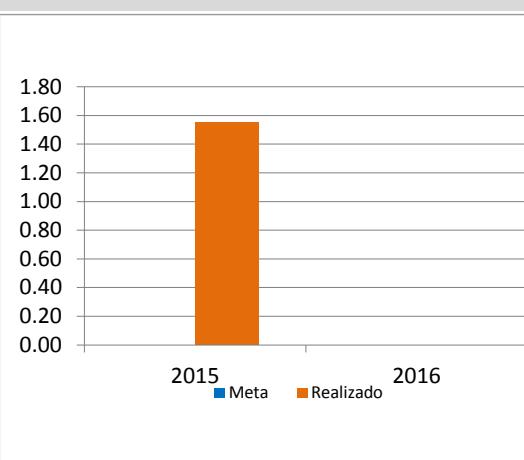
Ainda, mantém-se permanente contato com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, mais especificamente com os gestores das respectivas ações, repassando informações sobre o andamento dos trabalhos, bem como solicitando liberação e descentralização de recursos, mediante apresentação de metas e plano de trabalho.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício



Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Gráfico

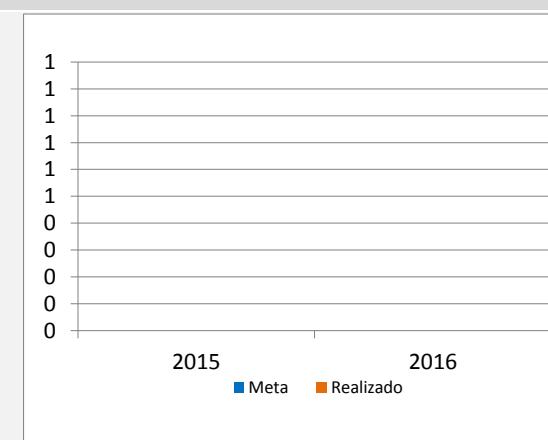


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

O resultado do indicador de moradia é baseado nos dados de casa construída, de processos que sofreram análise e encerramento no ano. Foram concluídas 2 casas do saldo pendente de execução do sistema anterior, resultados gerados com a análise e o encerramento dos processos antigos. Vale destacar que o crédito instalação foi transferido para Minha casa Minha Vida Rural, tendo a CEF e o Banco do Brasil com agentes financeiros e executados por Entidades Organizadoras escolhidas pelos beneficiários. A SR-07 até o momento não foi contatada por Entidades Organizadores, logo não foi possível estabelecer meta para 2016.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico

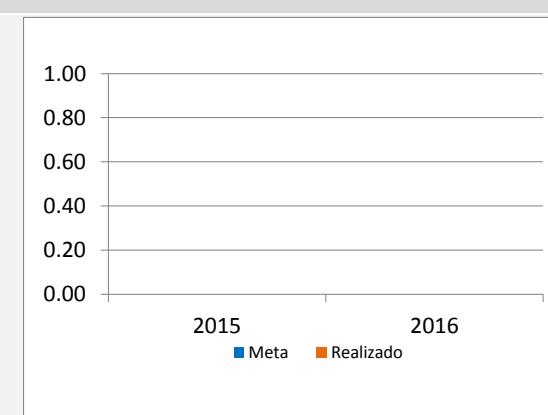


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Com vista a qualificar o monitoramento destes contratos, foi solicitado ao Banco Central, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, que o Sistema de operação do PRONAF passasse a permitir a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária, contudo, até o momento tal mecanismo não ocorreu, logo não há como coletar estas informações para o estabelecimento e acompanhamento de metas.

Índice de provimento de assistência Técnica

Gráfico

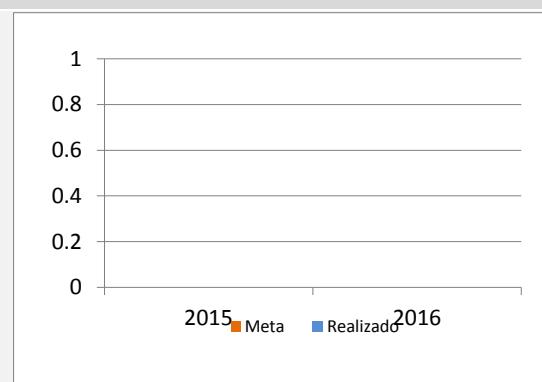


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A SR-07 não teve contratos de ATER em 2015, logo não foi possível calcular este índice. O edital para 2016 já foi elaborado e esperamos poder prestar Assistência Técnica ao longo de 2016.

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

Gráfico

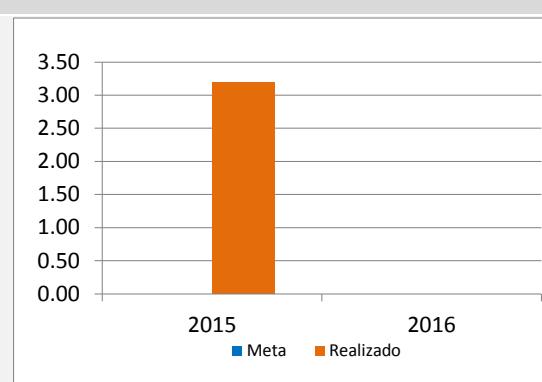


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Não foi possível aferir a renda média das famílias no ano de 2015. O INCRA não possui instrumentos para este tipo de avaliação no momento.

Índice de parcelas supervisionadas

Gráfico

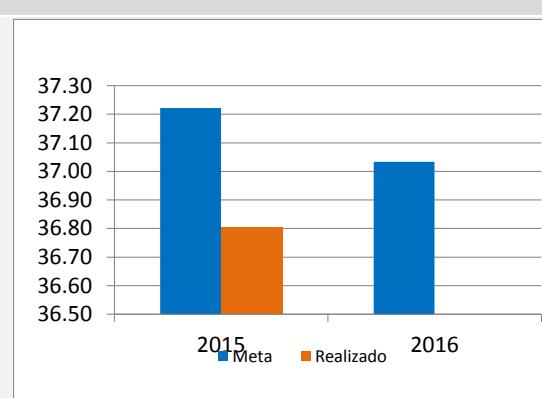


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Não houve meta estabelecida para esta ação, pois a mesma encontra-se suspensa por ordem da Sede. No entanto, foram supervisionadas 158 parcelas. A ação continua suspensa para 2016, logo não houve projeção de meta para este ano.

Índice de consolidação de assentamentos

Gráfico



Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Este indicador demonstra o numero de PA's já consolidados (36,80%). O principal entrave para atingirmos o objetivo da consolidação dos PAs decorre da falta de conclusão dos processos judiciais de desapropriação que impede a transmissão definitiva da propriedade das áreas ao INCRA o que impede o avanço na titulação das parcelas e consequente consolidação do PAs. A estratégia adotada é gestão junto ao poder judiciário para agilizar a conclusão dos processos de desapropriação.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

Não se aplica.

viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Os últimos contratos de ATER tiveram sua vigência expirada em 22/12/2014. Dessa forma, a Superintendência Regional do Rio de Janeiro, não reuniu elementos para elaboração de relatório sobre a atuação de agentes, resultados, custos e avaliação de prestadoras de serviços de ATER em projetos de assentamento, para o ano de 2015, haja vista, que não tivemos nenhum contrato assinado.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Não se aplica.

4- Governança

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

Não houve atuação da auditoria interna no exercício. As inserções foram memorandos alertando a Superintendência sobre as deliberações do TCU.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Todas as informações apresentadas neste relatório tem base nos dados e informações oriundos dos sistemas de monitoramento da instituição, bem como dos sistemas federais aos quais os elementos apresentados se vinculam como exemplo os dados orçamentários.

Institucionalmente ainda não existe um sistema de controle interno formalizado, em que deveriam estar estabelecidas práticas sistêmicas de controle interno. Em quase todas as ações descritas no Relatório de Gestão contam com normativos específicos que orientam e definem atribuições e incluem mecanismos de divisão de tarefas, alçadas decisórias e elementos para o seu gerenciamento. Muitas delas estão atreladas a Sistemas de Informação que na sua estrutura guardam elementos de controle.

A Direção Central vem demonstrando preocupação e sensibilização à gestão dos controles internos e avaliação de riscos institucional, destaque-se, o grupo de trabalho formalizado através da Portaria/INCRA/P/Nº2013 de 13 de maio de 2015, que elaborou a Política de Avaliação de Risco do Incra, esta ainda não disseminada nas Superintendências.

Como pode ser observado, os objetivos e metas institucionais estão definidos e formalizados nos instrumentos que coordenam as ações executadas, como o Caderno de Metas, publicado após aprovação pelo Conselho Diretor do INCRA.

Um importante sistema de controle da instituição está ancorado no Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais – SIR, estando grande parte das ações abrangidas e as respectivas execuções acompanhadas em relação aos objetivos institucionais.

Entretanto, existe precariedade quanto ao processo de produção de informações qualificadas, de confirmação de dados, de fornecimento tempestivo, estando esse sistema voltado essencialmente para o fornecimento de dados, principalmente quanto a execução dos elementos do planejamento operacional e seus indicadores, obrigando as Superintendências alimentarem planilhas com o detalhamento da execução de cada ação para posterior postagem na Wiki/incra.

Tal detalhamento deveria existir em um sistema de acumulação de informações, isto facilitaria o levantamento de demanda, por exemplo, que cada Projeto de Assentamento queira.

Na Superintendência, está sendo implantado um banco de dados com o detalhamento da execução das atividades de todas as ações, é este banco que vai alimentar o módulo monitoramento e a wiki/incra todos os meses.

Os principais sistemas de controle da Superintendência Regional do Rio de Janeiro que garantem o cumprimento dos objetivos são: SIAFI, SIASG, SIPRA, SNCR, SNCCI, CAR, SIGEF, SNCI, SIATER, SICONV, SISPROT, SISDOC, SISPAD, CGU/PAD, Sala da Cidadania, SIR/Módulo de Monitoramento de Execução das ações e suas respectivas metas.

Persistem as dificuldades para controlar o número de atendimento feito, devido aos problemas com sistemas de protocolo e sala da cidadania, porém detém informações de:

- N° de pessoas inscritas no PNRA, nº de pessoas acampadas no Estado do Rio de Janeiro;
- Pessoas Acampadas no Estado;
- Crédito Instalação;
- Contratos de Ates;
- Execução de ações e Metas
- Termo de Cooperação com UMC's;
- Cadastro de Imóveis Rurais;
- Titulação, etc;

A regularidade normativa dos processos instituídos na UJ, também é preocupação do Gestor, principalmente no que concerne a segregação das funções executados pelos servidores (CPL, contabilidade e etc), a conferência e revisão processual é uma constante, além de outras atividades de controle exercidas no âmbito da UJ.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

Como pode ser observado, em cada Macroprocesso os gestores das divisões apresentaram a situação dos controles nas áreas.

Como já dito, persistem os problemas com os sistemas de registros de atendimento a clientela, tais como SISPROT, SISDOC e Sala da Cidadania. Como pode ver, são três que ainda não dão conta de atender a necessidade das Superintendências, de controlar prazos, número de atendimentos, etc.

Tal problema já foi encaminhado junto a direção do Incra, que está providenciando um novo sistema de documentos digitalizados, que deverá solucionar tal problema. Já foram feitos o levantamento dos processos, junto as SR's, com expectativa de ser implantado em 2016.

A SR(07)RJ está implantando desde dezembro/15 uma rotina mensal de acompanhamento das ações, através do Banco de Dados criado pelo setor de Planejamento e Controle. Tem uma Ordem de Serviço designando cada assegurador das ações, e estes vem cumprindo o que determina esta OS – alimentando o banco até o 5º dia útil de cada mês. O acompanhamento mensal com o detalhamento da execução assegura a fidedignidade das informações das metas, pois possibilita a correção imediata de erros que por ventura aconteçam.

Há ainda, sob a responsabilidade do Planejamento e Controle, uma planilha que faz o acompanhamento de todas deliberações do TCU/CGU que é acompanhada semanalmente, e faz com que, a SR trabalhe para atender no prazo as recomendações.

A Superintendência Regional do Rio de Janeiro trabalha sempre, em consonância com os vários sistemas implantados no Órgão e que estes são de responsabilidade da Sede.

A responsabilidade desta UJ é de alimentá-los de acordo com as normas pré-estabelecidas para tal, tais como, indicar gestor para cada sistema, sendo que este é responsável pelo controle de acesso liberados para servidores diretamente ligados aquela atividade.

Ainda estamos aguardando uma providência da Direção Central, quanto a implantação da Política de Avaliação de Riscos, que com certeza terá um modo diferente de controles.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

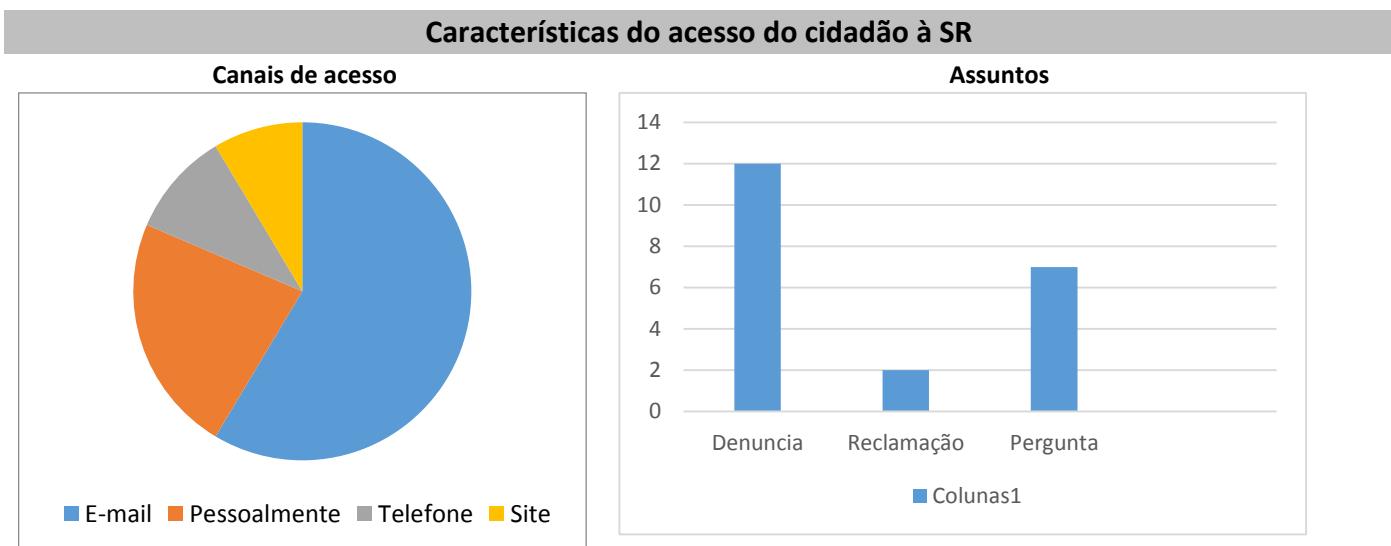
A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Relacionamento com a sociedade

5.1- Canais de acesso do cidadão

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2015			
<i>Demandas e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Regional que se referem à atuação da Superintendência</i>			
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia...	12	10	8
Reclamação...	2	2	2
Sugestão...	0	0	0
Pergunta...	7	7	7
...			

Fonte: Ouvidoria Agrária SR(07)RJ



Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

A Ouvidoria Agrária Regional - OAR é responsável regimentalmente pela mediação e prevenção de conflitos no campo e atende, principalmente por meio de atendimentos pessoais e mensagens de correio eletrônico, recebidas diretamente na OAR ou encaminhadas por outros setores do INCRA. Devido a esta atribuição regimental a OAR não faz um papel de ouvidoria de Órgão público propriamente dito, ou seja, não atende a reclamações quanto a, por exemplo, atendimento mal feito ao público. Quando este tipo de reclamação ou denúncia, não ligada a conflito agrário, são recebidas pela OAR apenas encaminhadas para o Gabinete da Superintendência sem acompanhamento dos encaminhamentos posteriores.

No ano de 2015 a Ouvidoria Agrária atendeu aproximadamente 1015 famílias acampadas no estado do Rio de Janeiro que demandam a atuação do INCRA para que tenham acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Os números de atendimentos específicos quanto a denúncias, reclamações e perguntas pelos canais supracitados encontram-se no gráfico acima. Os principais problemas para os atendimentos da Ouvidoria Agrária Regional são: 1) denúncias que na realidade não dizem respeito a atuação do Órgão e sim a atuação de outros Órgãos públicos, i.e., denúncias de ameaças, denúncia de ausência de prestação de algum serviço público no assentamento (coleta de lixo, por exemplo) etc; e 2) reclamações de serviços prestados pelo INCRA que são encaminhados para as divisões finalísticas do INCRA para resposta aos interessados porém sem retorno a OAR.

Quanto ao primeiro item, o procedimento da OAR é de encaminhar as denúncias ou solicitações aos órgãos responsáveis (polícia militar, polícia civil, defensoria pública, ministério público etc., preferencialmente, para as estruturas de prevenção de conflitos agrário, como o Policial Militar agrário do Rio de Janeiro) e monitorar as respostas. Entretanto, como as respostas dependem de órgãos externos nem sempre é possível monitorar o atendimento da denúncia e/ou reclamação, não havendo muito que a OAR possa fazer a respeito.

Quanto ao segundo item, as reclamações direcionadas a serviços prestados pelas divisões finalísticas do órgão e que não tem relação direta com conflitos agrários são, como já foi colocado acima, encaminhadas ao gabinete da superintendência, mas não existe procedimento específico para acompanhar as respostas das divisões, o que dificulta o monitoramento do atendimento da demanda.

Também foram atendidas famílias acampadas conforme Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Atividade	Produto	Quantidade
Cestas de alimentos disponibilizadas	Família	1.029
	Unidade	3.769
Família acampada assistida com outras formas de atendimento	Família	0
Famílias Acampadas	Familias	-

Fonte: Módulo Monitoramento/15

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

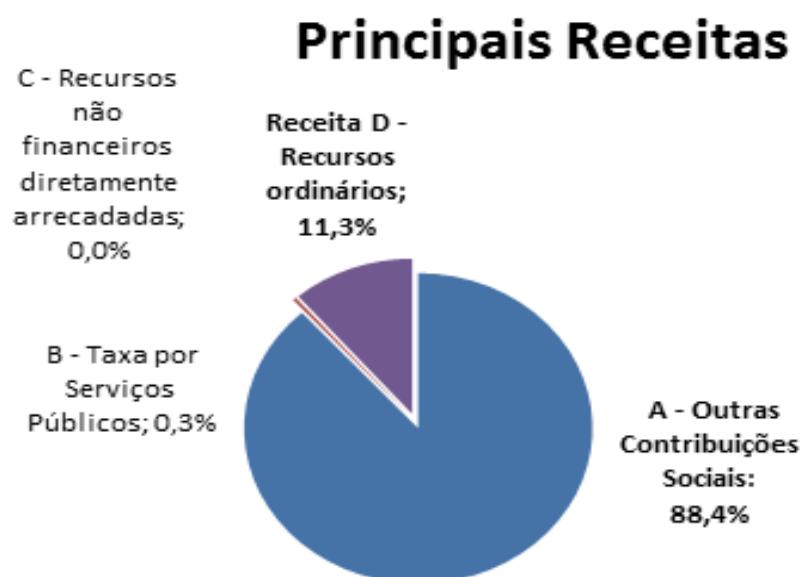
6- Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1 - Desempenho financeiro do exercício

As Regionais são órgãos descentralizados as quais compete coordenar e executar as atividades de respectivas unidades, na área de atuação, definidas e regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos / créditos descentralizados da Sede, em Brasília-DF, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária - INCRA. Nesse sentido, as informações consideradas como receitas são os créditos descentralizados, assim a tabela e gráfico demonstrarão os valores por cada ação em que ocorreram (foram descentralizados).

Receitas	2014	2015	2016	% 2015
Receita A - Outras Contribuições Sociais	0,00	5.389.489,23	0,00	88,4
Receita B - Taxa por Serviços Públicos	0,00	18.503,70	0,00	0,3
Receita C - Recursos não financeiros diretamente arrecadadas	0,00	0,00	0,00	0
Receita D - Recursos ordinários	0,00	691.049,72	0,00	11,39
Total	0,00	6.099.042,65	0,00	

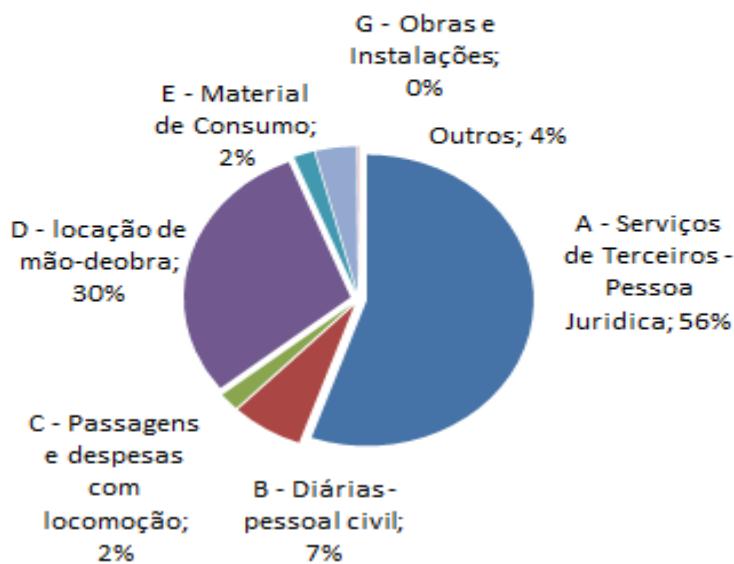
Fonte: Siafi



Principais Despesas	2014	2015	2016	2015%
A - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	522.8919,66	226.3182,7	0	56%
B - Diárias - pessoal civil	457.750,07	274.065,59	0	7%
C - Passagens e despesas com locomoção	66.359,91	89.967,4	0	2%
D - locação de mão-deobra	1.373.221,73	1.197.170,79	0	30%
E - Material de Consumo	105.762,25	65.124,43	0	2%
G - Obras e Instalações	125.955,7	0	0	0%
Outros	137.651,91	149.622,85	0	4%
Total	7.495.621,23	4.039.133,76	0,00	

Fonte: Siafi

Principais Despesas



6.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balanço Orçamentário_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro
Balanço Patrimonial_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro
Balanço Financeiro_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro
Fluxo de Caixa_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro
Variações Patrimoniais_2015	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/-2015/sr-07-rio-de-janeiro

A SR(07)/RJ disponibiliza ao Público em Geral as Demonstrações Exigidas pela Lei 4.320/64, assim, as demonstrações referentes ao exercício de 2015 encontram-se publicadas no portal do Incra conforme acima.

.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

6.3.1 Empréstimos concedidos

Nota da Diretoria de Gestão Administrativa:

A Conta 121110301 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Entretanto, em 26 de dezembro de 2013 foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Com isso tornou-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos.

Segundo dispõe os artigos 1º a 6º da referida MP, hoje convertida na Lei 13.001/14, fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao desenvolvimento do **Módulo Cobrança do SNNCI**, o qual já encontra-se concluso desde setembro/2014 (com exceção da parte relativa a renegociação do crédito em virtude da falta da regulamentação prevista na MP 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014).

Por meio do Módulo Cobrança será possível emitir todas as guias de recolhimentos (GRU Cobrança), bem como gerar os relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais citados no parágrafo anterior. Além disto, permitirá evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Ressalte-se, inclusive, que no dia 23 de outubro de 2014, às 10hs, foi realizada videoconferência nas dependências da CGU em Brasília, onde foi apresentado o SNNCI (Módulos Cadastro e Cobrança), a qual contou com a participação das representações da CGU nos Estados, sendo franqueado após a apresentação o envio de perguntas, as quais foram prontamente respondidas pelos representantes do INCRA.

Crédito Antigo - Lei 13.001/2014

Foram realizadas durante o período de fevereiro a dezembro de 2014, 16 Oficinas-Pólo nas SR-01/BL; SR-02/CE; SR-03/PE; SR-05/BA; SR-06/MG; SR-08/SP; SR-09/PR; SR-11/RS; SR-12/MA; SR-

13/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-27/MBA; SR-28/DFE; SR-30/ STA; SEDE e estas contaram inclusive com a participação de servidores de outras Regionais que não sediaram Oficinas.

As Oficinas - Pólo tiveram os seguintes objetivos:

a) aplicar/desenvolver aprimorar uma metodologia visando o saneamento simplificado dos Processos Individuais (PI), extraíndo dados e informações dos Processos de Concessão (PC) do Crédito Instalação, para identificar os beneficiários que foram remitidos pela MP636/2013 e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida.

b) cadastrar os beneficiários das diversas modalidades do Crédito Instalação, no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação - SNCCI;

c) orientar sobre os procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP; e

d) capacitar os técnicos das Regionais que trabalham com a concessão do Crédito Instalação sobre os trabalhos objeto da Oficina, bem como torná-los multiplicadores, assegurando assim a continuidade/realização do trabalho nas Superintendências. Observamos que os beneficiários remitidos e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida, que neste caso (renegociação), deverão aguardar a publicação de Decreto que regulamentará a MP/Nº 636/13).

As Oficinas-Pólo das SR-05/BA; SR-06/MG; SR-12/MA; SR(13)/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-30/ STA e SEDE contaram também com a participação de representantes da Diretoria de Gestão Administrativa que prestaram orientações quanto aos procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP.

Via Memorando Circular/DD/Nº 237/2014 foram prestadas orientações quanto aos procedimentos a serem adotados pelas Superintendências Regionais, visando os saneamentos dos processos individuais, cadastramentos no Sistema SNCCI, gerar relação de remitidos e de baixa contábil, dentre outros.

Importante ressaltar que no decorrer da realização das Oficinas o Sistema SNCCI disponibilizou funcionalidade para gerar relação de remitidos e de baixa contábil.

Crédito Novo - Decreto 8.256/2014:

Com o intuito de ampliar as ações de qualificação para a concessão dos novos Créditos Instalação, via SNCCI, o INCRA com apoio do MDA - SECEX e DPMTR realizou em 2015 Oficinas Regionais de Capacitação de servidores do INCRA que atuam na área de crédito.

O processo de capacitação envolveu também servidores das demais áreas com interface com o crédito, como Ates e CCU, visando o entendimento mais profundo dos atuais instrumentos de concessão. Também participaram das oficinas, técnicos que atuam no SIPRA, já que este Sistema contém a base de dados que permite exportar informações cadastrais para o SNCCI, além de ser fonte de consulta para atender exigências legais dispostas no Decreto n. 8.256/2014, para a concessão dos novos Créditos Instalação.

Foram realizadas 15 (quinze) oficinas, contemplando todas as regiões do país, com a participação de técnicos do Incra, das prestadoras de Ates e representantes dos movimentos sociais, totalizando 458 participantes, 28 Superintendências Regionais e 13.919 cadastros de beneficiários, nas modalidades Fomento Mulher e Apoio Inicial I, enviados para o Banco do Brasil.

O módulo Concessão do Crédito Novo do SNCCI foi homologado em agosto de 2014 e as primeiras remessas de arquivos de cadastro e de crédito para o Banco do Brasil foram realizadas pelo

INCRA Sede. Somente em 2015 o módulo foi disponibilizado para os usuários nas Superintendências Regionais. Entretanto, evoluções continuaram sendo implementadas, algumas indispensáveis para o aprimoramento do Sistema.

No exercício de 2015 foram emitidos 28.553 cartões da modalidade Apoio Inicial I e 23.647, da modalidade Fomento Mulher. Foram concedidas 10.218 operações do Apoio Inicial I, totalizando R\$ 24.523.200,00 e 6.948 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 20.844.000,00.

1. Saneamento processual, conforme Memorando DA/DD/PFE 378/2013 (crédito antigo):

- 1.1 Verificação de todos os créditos concedidos aos assentados (contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento pelo beneficiário);
- 1.2 Emissão de informação declaratória e juntada aos autos do Processo Individual do beneficiário;
- 1.3 Cadastramento de todos os créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (em andamento e finalizados);
- 1.4 Conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência que está disponível no menu RELATÓRIOS GERENCIAIS.
- 1.5 Após digitação, conferência e ajuste, se necessário, deve-se encerrar o cadastro de créditos recebidos pelo beneficiário por meio da funcionalidade Encerrar Cadastro de Modalidades do Crédito Antigo.

2. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação foi inclusa conjuntamente com os valores do título atentamos o seguinte:

O SNCCI já está apto ao registro de créditos cuja cobrança tenha sido inclusa nos títulos.

2.1.1 Se todos os créditos foram inclusos no título e todas as parcelas foram devidamente pagas (ainda que não cadastradas no SNCCI), não há que se falar em cobrança ou remissão, pois houve a liquidação dos débitos pelo beneficiário. Entretanto, o cadastro no SNCCI deve ser feito para fins de registro e verificação pelos Órgãos de Controle. Além disto, o sistema permite que sejam anexados documentos no registro do crédito cuja a cobrança foi inclusa no título.

2.1.2 Independentemente de qualquer modalidade de crédito ter sido inclusa ou não no valor do título, todos os créditos concedidos devem ser cadastrados no SNCCI, para fins de confirmação, se o valor total originalmente recebido pelo beneficiário, não ultrapassa o montante de R\$ 10.000,00, conforme dispõe o art. 3º da MP nº 636/2013.

3. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação não foi inclusa conjuntamente com os valores do título ou cuja parcela ainda não foi titulada, deve-se observar o seguinte:

- 3.1 Seguir o disposto no item 1. Saneamento processual anteriormente descrito;

3.2 Sendo verificado que o beneficiário tem direito à remissão de sua dívida, o sistema disponibiliza relatório contendo a relação dos créditos remitidos.

3.3 Na hipótese do beneficiário não ter direito à remissão, ou ainda quando os créditos não estão sujeitos à remissão, será disponibilizado futuramente funcionalidade no SNCCI visando a renegociação dos débitos, cuja previsão para implementação depende da edição de decreto regulamentador.

4. Remissão das dívidas

4.1 As hipóteses de remissão estão definidas no caput do art. 3º, Parágrafo 1º da MP nº 636/2013:

“Art. 3º Ficam remitidos os créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária com fundamento no inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 1964, e no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 1993, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

§ 1º Os créditos previstos neste artigo excluem as modalidades de que trata o § 1º do art. 1º e incluem todos aqueles realizados ao amparo do Programa de Crédito Implantação e Crédito de Instalação às famílias assentadas, sob as modalidades de:

- I - Crédito para Apoio;*
- II - Apoio Inicial;*
- III - Alimentação;*
- IV - Insumos;*
- V - Apoio à Instalação;*
- VI - Apoio Mulher;*
- VII - Fomento;*
- VIII - Adicional Fomento;*
- IX - Crédito Emergencial;*
- X - Semi-Árido;*
- XI - Adicional de Semi-Árido;*
- XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e*
- XIII - Crédito Ambiental.”*

5. Renegociação (parcelamento ou quitação integral) das dívidas

5.1. Na hipótese da soma dos créditos constantes do Paragrafo 1º do art. 3º da MP nº 636/2013 ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00, deve ser observado o disposto no Parágrafo 2º A 6º e respectivos incisos, do art. 3º da referida MP:

“§ 2º Os créditos de instalação cuja soma dos valores originalmente concedidos seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação, observadas as seguintes condições:”

- liquidação: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e do desconto de valor fixo; e

II-renegociação: na forma definida no regulamento, inclusive com a concessão de bônus de adimplência.

§ 3º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, quando se tratar de créditos coletivos ou grupais, os valores serão apurados pelo resultado da divisão do valor originalmente concedido pelo número de pessoas beneficiadas com o crédito.

§ 4º A opção pela liquidação ou pela renegociação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos e não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 5º A remissão de que trata este artigo não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 6º O regulamento estabelecerá termos, condições, bônus de adimplência, prazos e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo.”

5.2 Os valores relativos aos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 1º da MP nº 636/2013, não estão sujeitos à remissão, portanto, deverão ser pagos na forma dos Parágrafos 2º a 8º e regulamentação complementar a ser editada posteriormente pela autoridade competente.

“Art. 1º Os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, efetivados por meio de crédito de instalação de que trata o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de assistência financeira de que trata o inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º O disposto neste artigo alcança as seguintes modalidades de créditos concedidas pelo INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural:

- I - Crédito de Habitação;
- II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e
- III - Crédito Recuperação - Material de Construção.

§ 2º Os valores concedidos, descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano desde a data da concessão até a data da formalização.

§ 3º Para efeito de enquadramento dos créditos nas condições de pagamento do PNHR, será considerado exclusivamente o valor contratado, atualizado na forma do § 2º, conforme as faixas estabelecidas em ato do Poder Executivo federal, não sendo aplicáveis os limites e faixas de renda de que trata o § 3º do art. 13 da Lei nº 11.977, de 2009.

§ 4º A adesão ao benefício para liquidação de que trata o caput implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos relativos aos valores apurados nos termos deste artigo.

§ 5º A gestão dos créditos de que trata o caput permanecerá sob responsabilidade do INCRA, que poderá contratar instituição financeira federal para a sua operacionalização.

§ 6º As condições de liquidação de que trata este artigo aplicam-se ao herdeiro legítimo, desde que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 7º As condições de pagamento previstas no caput beneficiarão o ocupante atual do lote de reforma agrária, no caso de substituição de beneficiário na forma estabelecida em regulamento, após a devida exclusão do candidato desligado do programa.

§ 8º O regulamento a que se refere o caput estabelecerá termos, condições, prazos, rebates para liquidação.

6. Sobre os Saldos:

No exercício de 2015, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 24.215.488,92, mesmo saldo inicial do referido ano. Logo, não houve redução através de remissão de dívidas de assentados.

Devido as mudanças trazidas pela nova legislação, entendemos, salvo melhor juízo, que não cabe mais apontar saldo vencido de créditos antigos, já que o normativo dá aos assentados nova condição, sendo fundamental darmos prosseguimento os procedimentos de remissão, para destacarmos a parcela passível de pagamento, mediante procedimentos de liquidação ou renegociação, os quais somente serão possíveis de realizar após a regulamentação da Lei 13.001/2014.

7. Sobre o tratamento da inadimplência:

Conforme previsão do Art. 5º da MP 636, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, às obrigações não regularizadas decorrentes de créditos de instalação (antigo) concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, sem prejuízo de outras sanções definidas em

regulamento. Desta forma, após os procedimentos de remissão, liquidação e renegociação previsto no marco legal, os beneficiários que não forem remitidos e que não aderirem aos procedimentos necessários terão os encaminhamentos dados conforme disposto acima.

Em relação aos créditos novos, as primeiras parcelas venceram em janeiro/2016. Portanto, não temos por enquanto como falar em quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980, bem como em quantidades de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.

8· Sobre a evidenciação contábil:

A partir da edição da MP 636/2013 não é possível até o momento realizar a qualificação do crédito antigo quanto as perspectivas de efetivo recebimento, assim como ações decorrentes desta atividade, pelos motivos já descritos anteriormente. Em relação ao crédito novo, os primeiros recebimentos ocorreram em Janeiro/2016, cuja arrecadação foi feita por meio da emissão de GRU Cobrança emitida pelo SNCCI.

Por fim, considerando que segundo estimativas preliminares boa parte do saldo da conta de empréstimos concedidos (crédito antigo) será baixada decorrente da remissão e/ou recolhimento dos saldos e ainda que somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do SNCCI será possível iniciar o processo de cobrança dos créditos não remíveis, não é possível, ao menos por enquanto, estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos.

Informação da SR(07)RJ

Até **Dezembro de 2014**, a conta contábil para registro de **Empréstimos Concedidos a Receber** foi a **1.2.2.3.1.00.00**, e em **2015**, com novo plano de contas adotado pelo STN, a conta contábil é **1.2.1.1.1.03.01**. Também foi verificado que não houve movimentação da conta em 2015, conforme CONRAZÃO de 2015 comparado com 2014.

	2015	2014
Empréstimos Concedidos	24.215.488,92	24.215.488,92

6.3.2 Créditos a receber de parceleiros

Nota da Diretoria Administrativa

A conta 121219808 - Créditos a receber em parcelas/lotes registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2015 o saldo final da conta era R\$ 68.255.172,55.

Encontra-se sobre a Coordenação da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF a condução da discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de assentamentos, visto que há uma previsão que a titulação de assentamentos também fique sob gestão a Coordenação-Geral de Regularização Fundiária.

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DF e Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET. A previsão é que o SNT seja desenvolvido em módulos. Em face da não regulamentação da Lei 13.001/2014 e da necessidade de revisão da Instrução Normativa 80, a opção preliminar é iniciar a construção pelo módulo Quilombola.

Informação da SR(07)RJ

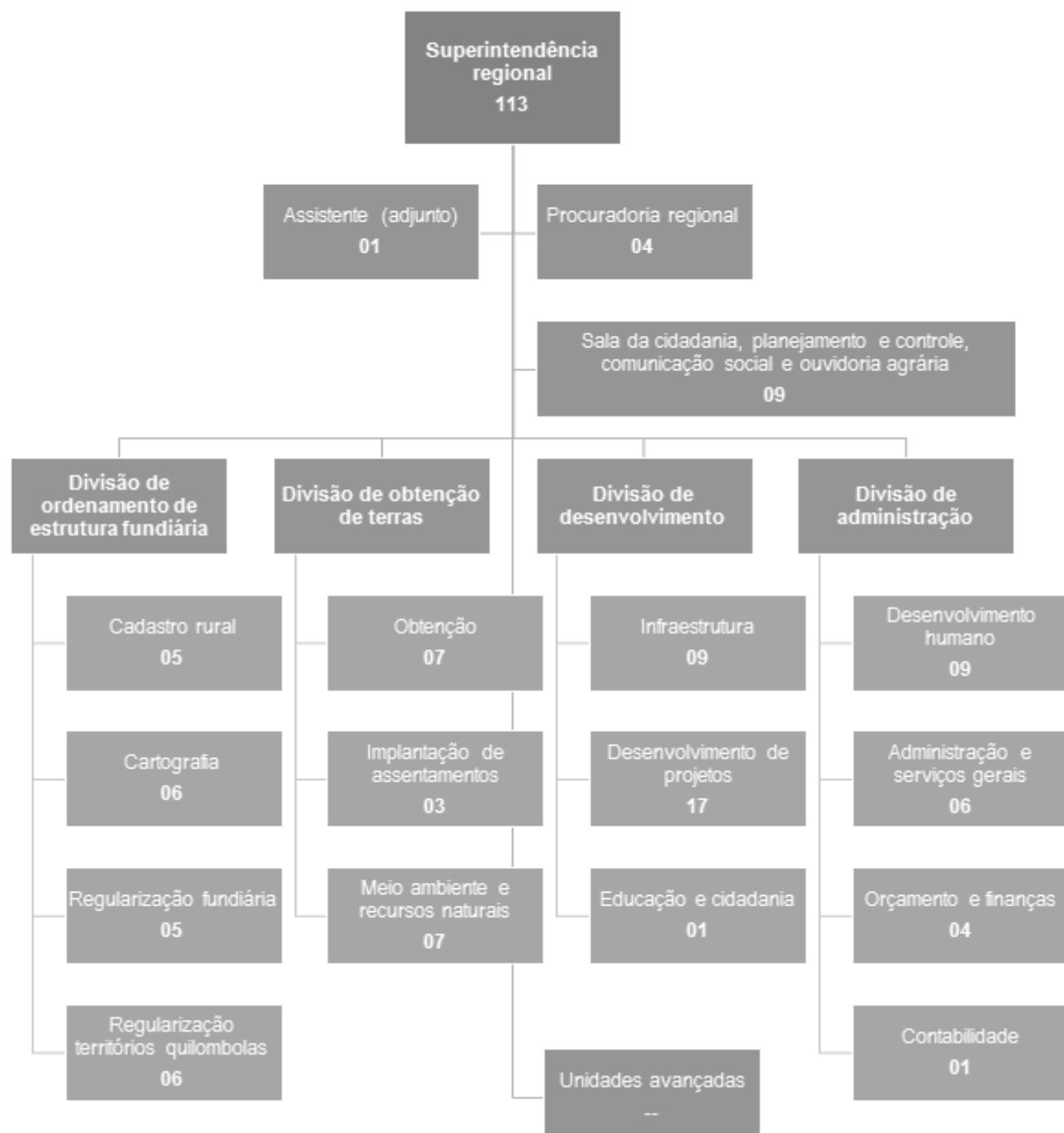
Até Dezembro de 2014, a conta contábil para registro de Empréstimos Concedidos foi a 1.2.2.4.9.10.00, e em 2015, com novo plano de contas adotado pelo STN, a conta contábil é 1.2.1.2.1.98.08, Também foi verificado que não houve movimentação da conta em 2015, conforme CONRAZÃO de 2015 comparado com 2014.

	2015	2014
Créditos a Receber	68.255.172,55	68.255.172,55

7- Áreas especiais da gestão

7.1- Gestão de pessoas

7.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

O organograma hierárquico da Superintendência obedece ao Regimento Interno do Órgão e a distribuição da força de trabalho atual entre as áreas é realizada como estratégia de gestão levando-se em conta as especificidades dos cargos que compõem o quadro de servidores, como também as necessidades de cada Unidade/Divisão/Serviço – conforme Tabela 3 abaixo.

Os dados abaixo mostram uma distribuição relativamente equilibrada nos números de servidores entre as quatro divisões. Entretanto, há de se pontuar que continua a necessidade de mais um contador, engenheiro cartógrafo e civil, Analistas na área de Regularização Fundiária e mais um servidor na área de planejamento. Demanda essa que depende de concurso público ou remoção.

Tabela 3 - Distribuição de Servidores

LOCAL	QTD	Distribuição %
GABINETE	13	11,50%
PROCURADORIA	04	3,54%
ADMINISTRAÇÃO	21	18,60%
DESENVOLVIMENTO	28	24,78%
OBTENÇÃO	18	15,93%
FUNDIÁRIA	23	20,35%
CEDIDOS	06	5,30%
TOTAL	113	100 %

Fonte: RH SR(07)/RJ

Em relação à mão-de-obra terceirizada a SR-07/RJ tem o total de 40 (quarenta) pessoas contratadas, incluindo-se o apoio administrativo, segurança e vigilância patrimonial, e conservação e limpeza, conforme descrito abaixo.

- Apoio administrativo: 05 funcionários na secretaria, distribuídos pelas divisões da SR-07/RJ.
- Segurança e vigilância: 10 funcionários, prestando serviço dividido entre a sede administrativa e a garagem da Superintendência Regional no Rio de Janeiro.
- Conservação e limpeza: 10 funcionários, todos prestando serviço dividido entre a sede administrativa e a garagem da Superintendência Regional no Rio de Janeiro.
- Tecnologia: 8 funcionários, divididos entre os cargos de administrador de rede e operador de micro, prestando serviço na sede administrativa da Superintendência Regional, no Rio de Janeiro.
- Mão de obra temporária (Boy Service): 02 funcionários, na sede administrativa da Superintendência Regional no Rio de Janeiro.
- Motoristas: 05 funcionários.

Tabela 4 – Informações sobre Contratos de Mão-de-obra Terceirizada

Nº do Contrato	CNPJ	Razão Social	Objeto do Contrato	Total de Contratos
4000/12	68.565.530/0001-10	Angel's Serviços Técnicos Ltda	Tec. Secretariado	5
3000/12	32.185.480/0001-07	NTL Nova Tecnologia Ltda	Administrador De Rede	1
3000/12	32.185.480/0001-07	NTL Nova Tecnologia Ltda	Operador De Micro	7
6000/15	06.979.037/0001-90	Inova Serviços de mão-de-obra LTDA	Boy Service	2
4000/10	05.703.030/0001-88	Cardeal Construções, Comércio e Serviços Ltda	Aux. de Serviços Gerais	10
4000/11	07.613.468/0001-09	HBS Vigilância e Segurança Ltda	Vigilante	10
1000/15	10.915.598/0001-00	SEEX Serviços Encomendas EIRELI ME	Motoristas categoria B	4
3000/15	07.406.955/0001-92	All Bussinness Serviços de coleta e tratamento de resíduos LTDA ME	Motorista categoria "D"	1
TOTAL DE CONTRATOS				40

Fonte: Divisão de Administração - RH

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

A Superintendência do Rio de Janeiro possui 113 servidores (106 efetivos, sendo seis cedidos) e 06 DAS externos. Para o ano de 2015 a meta de capacitação foi de 19 servidores com oportunidades de capacitação. No decorrer do exercício de 2015 foram realizados 52 eventos de capacitação. Segue análise dos eventos realizados:

- 50 presencial (96,15%) e 02 à distancia (3,85%);
- 36 na cidade do Rio de Janeiro (69,23%) e 16 (30,77%) em outros Estados;
- 09 (17,30%) em instituições privadas e 38 (82,70%) em instituições públicas, desses, 14 no próprio órgão.
- 33 (63,46%) realizadas por servidores da área finalística e 19(36,54%) a servidores da área meio (Administração).
- Carga horária total de 611,5 horas de capacitação.

Dos dados acima descritos observa-se que foi superada a meta para o exercício de 2015. Foi dada prioridade aos cursos realizados na cidade do Rio de Janeiro e maior parceria com instituições públicas, adequando, portanto, os recursos disponibilizados.

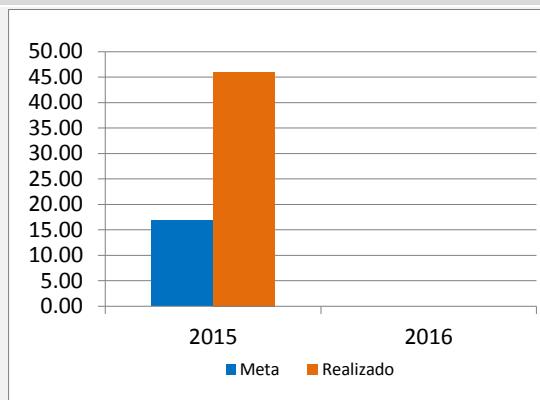
O ensino à distancia é uma realidade nos dias atuais, entretanto, muitos servidores da SR ainda resistem a essa modalidade de aprendizagem, devendo a mesma ser reforçada pelas chefias em CDR's (Comitê de Decisões Regional) e juntos aos servidores para que a meta 2016 seja melhor atingida e superada.

Diante do exposto, a meta prevista foi superada com recursos moderados e estima-se que as promoções de eventos internos cresçam, como também as parcerias com as escolas de governo e ensino à distancia bem como os cursos “*in company*”, que está sendo oferecido pela área de capacitação da Sede.

Indicadores relacionados

Índice de abrangência de capacitação

Gráfico

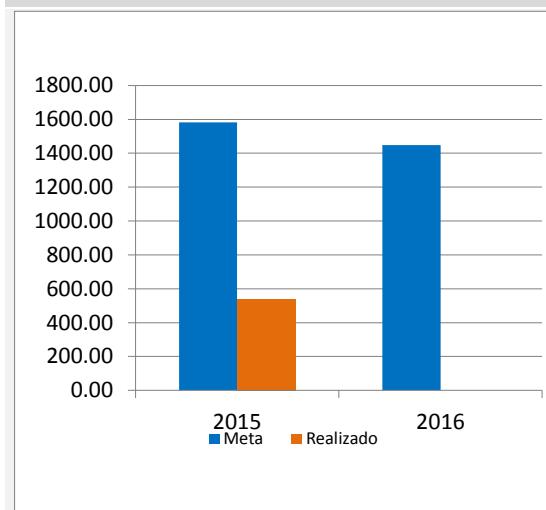


Análise

A meta prevista foi superada devido aos esforços tanto da superintendência quanto da Sede. Espera-se que a promoção de evento internos cresçam, como também as parcerias com as escolas de governo e ensino à distância, possibilitando um alcance ainda maior de capacitação de servidores a custos cada vez mais reduzidos.

Índice de horas de capacitação

Gráfico



Análise

Não existe no âmbito do INCRA o estabelecimento de meta a ser alcançada em relação à quantidade de horas de treinamentos a serem ofertados. A meta ilustrada no gráfico, foi estabelecida utilizando a média dos últimos 03 (três) anos, onde tivermos servidores realizando mestrados, o que elevou a média. Em 2015, foram 611,5 horas realizadas de capacitação.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Não houve Acórdãos destinados à Superintendência do Rio de Janeiro no ano de 2015.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 21 - Recomendações da CGU

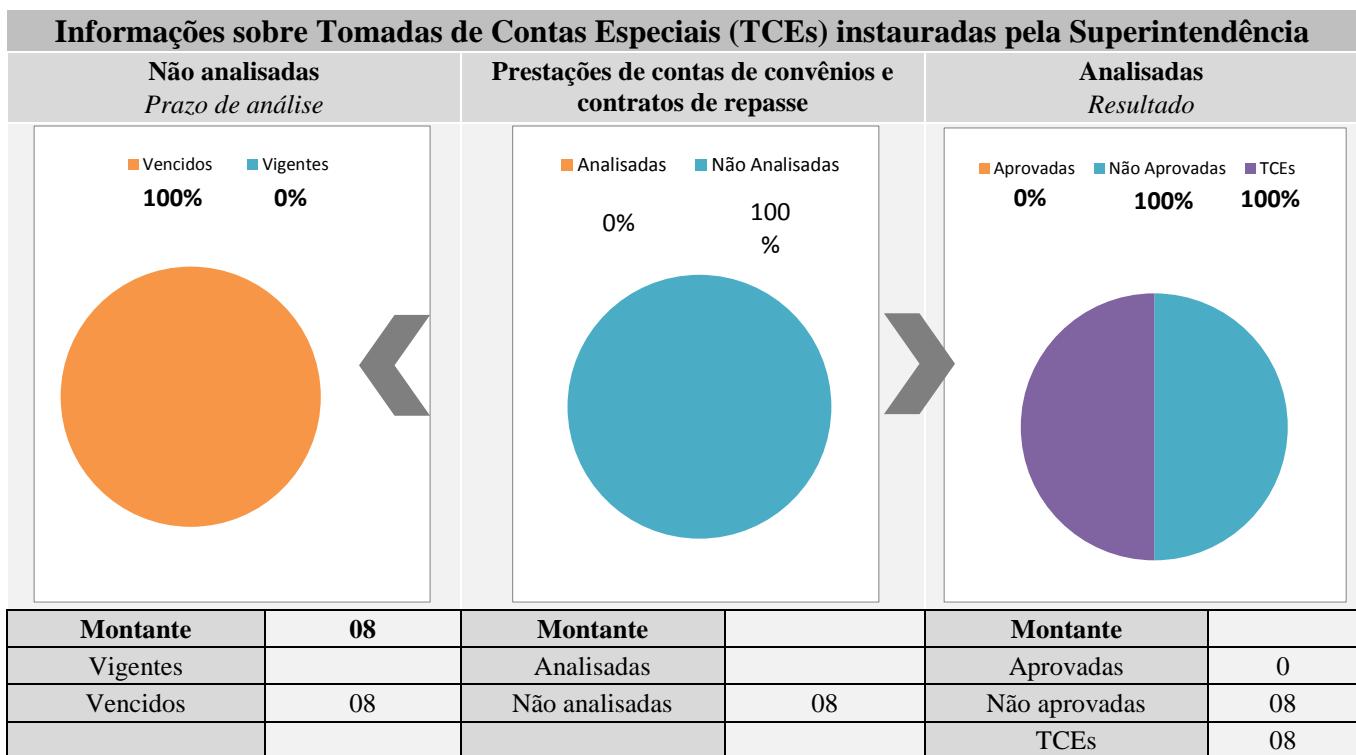
Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU 201109243	39204	Mantenha seus processos organizados, numerados e com todos os documentos necessários, de modo a resguardar a transparência dos atos e fatos, bem como propiciar as condições necessárias aos controles administrativos.	A Divisão de Administração em conjunto com as unidades organizacionais desta Superintendência Regional, vem realizando dia a dia, desde o exercício de 2014, sistematicamente, varredura nos processos administrativos, relacionando, detectando e solucionando possíveis falhas nos autos processuais, bem como procedendo a inserção de numeração. Cabe acrescentar que, foi indicado servidor da casa para participar de treinamento / capacitação / curso de instrução processual que estava previsto para o início do exercício de 2015, o que não ocorreu até a presente, data em decorrência da falta de recursos orçamentário / financeiro. Pretendemos oferecer o curso no primeiro semestre de 2016.
Relatório CGU 201305961	58693	Concluir todas as prestações de contas de CPGF, inserindo documentos tais com: solicitações de aquisição/contratações de serviços, justificativa para cada ato de saque, GRU com devolução de valores sacados acima da despesa, aprovação do ordenador de despesa da prestação de contas, documentos comprobatórios originais da aquisição do material ou do serviço contratado organizados por elemento de despesa e ordenados por data de emissão atestados pelo demandante da despesa, numeração contínua das páginas e faturas fornecidas pela instituição operadora do Cartão.	O contador da Superintendência foi capacitado por servidores do INCRA da Superintendência de Tocantins sobre o uso, controle e prestação de contas do CPGF no primeiro semestre de 2015. A medida que os processos são localizados, são enviados à contabilidade para análise. Solicitamos o prazo de 180 dias para conclusão de todas as prestações de contas.

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU 201109243	65219	Execute as multas definidas na cláusula nona e a responsabilização civil e penal contidas na cláusula décima, parágrafo segundo do contrato nº 6000/2008 para a primeira contratada e o mesmo valendo para a segunda contratada com relação ao contrato nº 7000/2009.	No que diz respeito ao contrato nº 6.000/2008 firmado com a empresa TECNOPAV, a mesma encontra-se em local incerto e não sabido. Face o exposto, foi solicitado saldo de conta junto a Caixa Econômica Federal – CEF, e posteriormente será requerido a inversão em favor da Autarquia. Os autos foram encaminhados no mês em curso para a Procuradoria Federal Especializada – PFE, para a proposição de cobrança judicial. Quanto ao contrato sob o nº 7.000/2009 firmado com a empresa PFMP Construtora LTDA., a mesma foi notificada e advertida sobre a aplicação de multa, conforme cláusula contratual sendo apresentado recurso pela referida empresa que está sendo analisado pelo PFE/RJ para proposição de ajuizamento da ação judicial, sem prejuízo da inscrição na Dívida Ativa da União, CADIN e SICAF, além do Portal Transparência.
Relatório CGU 20150381	143830	Implementar rotinas que evitem a desorganização/falhas nos procedimentos inerentes aos registros no Sistema CGU-PAD.	Foi criado Grupo de Trabalho para implementar rotinas que evitem a desorganização/falhas nos procedimentos inerentes aos registros no Sistema CGU-PAD, através da Portaria nº 21 de 15/10/2015. Ficou estabelecido que todos os processos de Sindicância desta regional, formalizado a partir desta data, deverá ser encaminhado ao Planejamento para registro no Sispad e CGU-PAD, bem como após as demais movimentações dos autos, estes deverão retornar ao Planejamento para atualização de registro. A Portaria é o Anexo 1, deste PPP. Solicitamos prazo de 180 dias para que todos os processos desta superintendência estejam inseridos nos dois sistemas.
Relatório CGU 20150381	143831	Rever os procedimentos internos referentes a todas as fases da execução dos convênios, bem como da conclusão dos ajustes, de modo que a Superintendência detenha as informações precisas sobre os convênios e sobre os respectivos processos de instauração de Tomadas de Contas Especiais.	O treinamento de análise de prestação de contas de convênios não foi realizado por falta de recursos e pela greve. Está sendo providenciado a realização do mesmo com a normalização das atividades do Órgão, se possível ainda este ano. Ainda não há uma sala equipada para a análise de prestações de contas e convênios, uma vez que há uma indefinição com relação à mudança ou não de Sede e pouco espaço disponível no prédio alugado, o que dificulta o trabalho que necessita de silêncio e concentração. Com relação às TCE, uma equipe foi designada para procurar os processos de TCE ainda não localizados e posteriormente enviá-los à Comissão permanente de TCE para que sejam novamente instruídos e encaminhados à Auditoria Interna para providências. Os processos já localizados estão de posse da Comissão permanente de TCE e as novas instruções estão sendo feitas. Solicitamos um prazo de 180 dias para poder finalizar as análises de convênios e de TCEs.

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU 201503811	143832	Implementar rotinas que evitem falhas nos procedimentos inerentes aos registros no Sistema SISAC.	Posicionamento da CGU em 06/11/2015: Atendimento
Relatório CGU 201503811	143833	Implementar rotinas que evitem falhas nos procedimentos inerentes à tempestividade dos registros no Sistema SISAC.	Posicionamento da CGU em 06/11/2015: Atendimento

Fonte: Planejamento e Controle SR(07)RJ

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário



Análise.

A SR dispõe de 12 convênios. Destes 05 estão em inadimplência efetiva, e 07 com inadimplência suspensa, sendo que 08 estão com TCE deflagrada. Não houve necessidade de abertura de TCE no exercício de 2015, pois a SR não faz convênios desde 2009..

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os contratos firmados por esta Superintendência Regional do Rio de Janeiro são originários de procedimentos licitatórios, nas modalidades de pregão eletrônico, dispensa e inexigibilidade de licitação, utilizando os valores em moeda nacional, obedecendo à ordem cronológica para liquidação das despesas, suas exigências na formalização dos empenhos e consequentemente a liquidação das despesas, tudo em conformidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.666 / 1993. Considerando as restrições financeiras por parte do governo federal durante o exercício de 2015, o cronograma para cumprimento das obrigações de pagamento, conforme legislação, ficou comprometido.

No que diz respeito ao cumprimento fiel nas datas de vencimento das faturas relativas aos contratos firmados pela Superintendência Regional do Rio de Janeiro, ocorreram atrasos significativos, não acarretando, entretanto, qualquer tipo de correção e/ou multas sobre os valores pactuados/faturados entre esta SR/07 – RJ e seus fornecedores. Mesmo em atraso, as despesas foram pagas mediante liberação dos recursos orçamentários e financeiros provenientes da sede, em Brasília/DF, conforme a ordem, disponibilidade e classificação da despesa via sistema SIAFI.

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
4	Informação e comunicação					

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados					Valores
	1	2	3	4	5
4.1					X
4.2					X
4.3					X
4.4					X
4.5					X
5	Monitoramento				
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
Legenda dos valores					
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.				
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.				
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.				
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.				

Através de reunião com os gestores foi elaborado o quadro. Não houve muitas alterações quanto ao resultado do ano anterior porque não houve implantação de novos controles.

Quanto a avaliação de risco, ainda não está implantada, espera-se a orientação sobre a política de avaliação de risco pela Sede. Porém, entende-se que essa avaliação, de alguma forma, mesmo não sistematizada é realizada.

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Serviço A					
Serviço B					
Serviço C					
Serviço D					
Serviço E					
...					

Esta informação resta prejudicada em virtude da fragilidade dos sistemas utilizados pelo Incra quando trata-se deste assunto, atendimento ao público externo.

Com relação ao atendimento ao público externo, existem dois sistemas atualmente em uso pela Superintendência Regional, Sistema de Protocolo – SISPROT e Sistema de Documentos – SISDOC, que lidam com o cadastramento e trâmite de processos e cadastramento e trâmite de documentos, respectivamente que, em tese, poderiam gerar informações sobre alguns atendimentos realizados, porém não possuem relatórios que possam subsidiar o preenchimento desse item com o nível de detalhamento solicitado. Estudos estão sendo feitos no sentido de substituí-los tendo em vista utilizarem tecnologia obsoleta que inviabiliza a manutenção evolutiva dos mesmos. Outros atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária – Sipra e Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Sigef.

Em abril de 2014 a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Do Sistema de Sala da Cidadania Digital e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), foram extraídas pela Diretoria de Gestão Estratégia as seguintes informações:

Por problemas técnicos no Sistema de Sala da Cidadania Digital só foi possível extrair dados do Pronaf conforme segue:

Dividas do PRONAF liquidadas em 2015 através da Sala da Cidadania:

Beneficiários com PRONAF liquidado em 2015 - Sala da Cidadania

SR	Total de operações
SR 07 -RJ	79
Total Geral	4.398

Fonte: Sala da Cidadania - DET x SIPRA.

Nota: Sem repetições da mesma operação para o mesmo beneficiário

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
RJ	57	5,21%	63

Fonte: e-SIC extraído em 23/2/2016 14:19:56

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.1

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)			
			2016
Meta	Realizado	Meta	
80,37	99,07	86,18	

Memória de cálculo: Índice 2015: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (4.336.939,26 - Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada em 30/06/2015.) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (4.377.795,00 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)			
			2016
Meta	Realizado	Meta	
80,00	114,97	107,75	

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (192 - Fonte: SNCI e SIGEF) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (167 - Fonte: SNCI e SIGEF) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de Regularização Fundiária (%)			
			2016
Meta	Realizado	Meta	
0,00	0,00	0,00	

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte: Divisão Fundiária) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte: Divisão Fundiária) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)			
			2016
Meta	Realizado	Meta	
5.149,70	0,00	2.663,85	

Memória de cálculo: Índice 2015: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: SIAFI) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: Siafi)
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo: Índice 2015: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano de metas do exercício (0 - Fonte: Caderno de Metas 2015) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Plano de metas (100%). Plano de metas 2016 ainda não publicado

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
3,33	92,86	34,29

Memória de cálculo: Índice 2015: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (39 - Fonte: SIR) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (42 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo: Índice 2015: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: O INCRA não realiza esta pesquisa, sendo é impossível calcular o índice.) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (129 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de provimento de PDA/PRA (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
44,48	45,45	46,97

Memória de cálculo: Índice 2015: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (25 - Fonte: ATES/SIPRA) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (55 - Fonte: ATES/SIPRA) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	1,55	0,00

Memória de cálculo: Índice: 2015: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (2 - Fonte: SIR) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (129 - Fonte: SIR) multiplicado por 100. Metas: 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Caderno de Metas 2015) dividido pela Meta de assentamento de famílias (180 - Fonte: Caderno de Metas 2015) multiplicado por 100. 2016: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ²
0	0	0

Memória de cálculo: Realizado 2015: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: sir) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR). Meta 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR), 2016: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado)

Índice de provimento de assistência técnica (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (0 - Fonte: SIR) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (129 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2015: Meta de famílias a serem atendidas com ATES (0) Fonte: Caderno de Metas 2015, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas (180) Fonte: Caderno de Metas 20152016: Meta de famílias a serem atendidas com ATES () Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ¹
	0,00	

Fonte/Metodologia de amostragem: O INCRA não realiza esta pesquisa, sendo é impossível calculá-lo.

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
0,00	3,19	0,00

Memória de cálculo: Realizado 2015: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (158 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (4949 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Meta 2015: Meta Supervisão (0 - Fonte: Caderno de Metas 2016) dividido pela Meta de famílias assentadas (5129 - Fonte: Caderno de Metas 2016 SIPRA) multiplicado por 100. 2016: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (4949 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
37,22	36,80	37,03

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (1549 - Fonte: SIPRA) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (4209 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ²
16,81	46,02	0,00

Memória de cálculo: Índice 2015: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (52 - Fonte: Leitura de Execução de 05-02-16 do SIR) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (113 - Fonte: RH da Superintendência Regional) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2015: Meta capacitação (19) Fonte: Caderno de Metas - Revisão de Nov-2015, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (113) Fonte: RH da Superintendência Regional2016: Meta capacitação (0) Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (113) Fonte: RH da SR.

Índice de horas de capacitação (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
1581,35	541,15	1448,56

Memória de cálculo: Índice 2015: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (612 - Fonte: SIR - 2015) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (113 - Fonte: RH da SR)

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

Quadro 22 - Acompanhamento do Protocolo e Emissão do Cadastro Rural – CAR do perímetro do PA's

Quadro: ACOMPANHAMENTO DO PROTOCOLO E EMISSÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR DO PERÍMETRO DO ASSENTAMENTO

CÓDIGO DO SIPRA	PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	EMPRESA RESPONSÁVEL PELO TRABALHO *	DATA DE REQUERIMENTO DO CAR (dd/mm/aaaa)	Nº DO REQUERIMENTO GERADO NO SISTEMA = RECIBO
RL0015000	PA SANTO INÁCIO	TRAJANO DE MORAES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305901-31B30549758F41ECBBA8024D7792F70
RJ0017000	PA ALPINA	TERESÓPOLIS	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305802-4E28B87E4DEF462586D5574C91CB2A11
RJ0018000	PA CANTAGALO	RIO DAS OSTRAS	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3304524-14D5C70E4D11482F90A62269A3474E06
RJ0020000	PA MORRO GRANDE	DUQUE DE CAXIAS	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301702-567CC7EC248B48B3926BBE8A9039AE28
RJ0024000	PA TIPIY	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3304755-717B1C627D514492A0A6077B61D2ED1A
RJ0025000	PA REMANESCENTES CAMPOS NOVOS	CABO FRIO	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3300704-7CBBC54F53D4483A80ACFA7BFAECA33D
RJ0028000	PA TAQUARI	PARATI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3303807-E72671B40A50433F96F2A2D9A5933D4E
RJ0029000	PA CAMBUCAES	SILVA JARDIM	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305604-82172358183B4AC385F73CE56A1D713A
RJ0030000	PA BARRA GRANDE	PARATI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3303807-E107794C79344DA792CF9924BE21E50
RJ0032000	PA CAPELINHA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301405-32520EE811A34B2BA9E470D06812EF5
RJ0033000	PA FAZENDA DO SALTO	BARRA MANSA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3300407-19E15EDB6EBC4EE4844896F3F3A63963
RJ0034000	PA ZUMBI DOS PALMARES	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-A988FA0D9EB64DA9A8F14523F664CB0B
RJ0037000	PA VISCONDE	CASIMIRO DE ABREU	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301306-8551A5FC8C6C4550A5116E4AFF248811
RJ0038000	PA BEM-DIZIA	MACAÉ	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3302403-61C3647E6724475D8E264462B1F3C1C6
RJ0054000	PA SEBASTIÃO LAN	SILVA JARDIM	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305604-0561AA2FBA7F48EFA9261AEE7D8CD02
RJ0055000	PA CHE GUEVARA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-48D4FE18870A440F940840EF9BBBA216
RJ0058000	PA ANTONIO DE FARIA'S	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-9224E9A34F0C4001B22D43EDDA2AF5B9
RJ0059000	PA ILHA GRANDE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-546F5B520B7542DF9D59318B4F465B8B
RJ0004221	PA TERRA CONQUISTADA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-7068FCA960FB499F8BE67A6D051D8DA2
RJ0004224	PA DANDARA DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-5073D1BC26024B9B93F0BCBE8AD4217A
RJ0004225	PA SANTO AMARO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-B85E0DC360404CED8A2AA934D4DCF8D5
RJ0004234	PA ADEMAR MOREIA	SÃO PEDRO DA ALDEIA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3305208-1335E345142948CC8D8F2B2C9FB870DF
RJ0004237	PA VIDA NOVA	BARRA DO PIRAI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3300308-442D0658281B4E8ABE922E2EDB9FCB97
RJ0004238	PA FLORESTA DE BELÉM	ITAPERUNA	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3302205-761E112BB83A4A2081F13CAFBB5370D1
RJ0004240	PA ZÉ PUREZA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301405-8E7206C3FED44123BECC061EB540D7D9
RJ0004241	PA TERRA DA PAZ	PIRAI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3304003-51887078A0E1484DAB2DEB38521C6791
RJ0004244	PA ROSELI NUNES	PIRAI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3304003-59353787CE6242118C0BE9304FEB3679
RJ0004248	PA OZIEL ALVES I	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-898DABCBD304BA3A51555E6D03CCCE
RJ0004252	PA JOSUÉ DE CASTRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3301009-54C2F54C58754E5AA03307C8C22AC0C2
RJ0004258	PA UNIÃO TERRA E TRABALHO	ITAGUAI	U.F.LAVRAS	04/05/2015	RJ-3302007-45659B7B48674A249B06DC3F1C49EAA08
RJ0004235	PA 25 DE MARÇO	CARAPEBUS	U.F.LAVRAS	15/06/2015	RJ-3300936-4261B4AE1B0E4B51A53AFBA48141F7BC
RJ0062000	PA SÃO FIDÉLIS	SÃO FIDELIS	U.F.LAVRAS	22/06/2015	RJ-3304805-C210844B9C734146B8EBF6AAD40F61E9
RJ0004219	PA PREFEITO CELSO DANIEL	CARAPEBUS	U.F.LAVRAS	22/06/2015	RJ-3300936-8C2E268F06774A97A4468298D37FA370
RJ0004233	PAZ NA TERRA	CARDOSO MOREIRA	U.F.LAVRAS	22/06/2015	RJ-3301157-9F6053Aff34A4C6469442CA1546A88
RJ0004245	PA FRANCISCO JULIÃO	CARDOSO MOREIRA	U.F.LAVRAS	22/06/2015	RJ-3301157-4AD6372DB214497BB38C3632025FFF45

Fonte: Divisão de Obtenção